

Jenifer Lourenço Borges Vieira

**MEDIAÇÕES ENTRE POLÍTICAS DE LAZER E EXPERIÊNCIAS
CULTURAIS: um estudo de caso a partir do olhar da gestão do PELC-Bahia**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2022

Jenifer Lourenço Borges Vieira

**MEDIAÇÕES ENTRE POLÍTICAS DE LAZER E EXPERIÊNCIAS
CULTURAIS: um estudo de caso a partir do olhar da gestão do PELC-Bahia**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos do Lazer.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisângela Chaves
Co-orientador: Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli

Linha de pesquisa: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer.

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2022

V658m Vieira, Jenifer Lourenço Borges
2022 Mediações entre políticas de lazer e experiências culturais: um estudo de caso a partir do olhar da gestão do PELC-Bahia. [manuscrito] / Jenifer Lourenço Borges Vieira – 2022.
165 f.: il.

Orientadora: Elisângela Chaves
Coorientador: José Alfredo Debortoli Oliveira

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 148-158

1. Lazer – Teses. 2. Lazer – Aspectos sociais – Teses. 3. Esportes – Aspectos sociais – Teses. 4. Cultura – Teses. 5. Políticas públicas – Teses. I. Chaves, Elisângela. II. Oliveira, José Alfredo Debortoli. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. IV. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: n° 2106, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER

ATA DA 87ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

JENIFER LOURENÇO BORGES VIEIRA

Às 13h00min do dia 30 de setembro de 2022 reuniu-se presencialmente no Mini Auditório, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho “Mediações entre políticas de lazer e experiências culturais: um estudo de caso a partir do olhar da gestão do PELC-Bahia”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Elisângela Chaves, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Profa. Dra. Elisângela Chaves (Orientadora)	X	
Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli (Coorientador)	X	
Prof. Dr. Coriolano Pereira Rocha Junior (UFBA)	X	
Profa. Dra. Khellen Cristina Pires Correia Soares (IFTO)	X	
Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva (UFMG)	X	
Prof. Dr. Vagner Miranda da Conceição (Fac. Pitágoras)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: **APROVADA**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pela Presidenta da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Miranda da Conceição, Usuário Externo**, em 30/09/2022, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Alfredo Oliveira Debortoli, Professor do Magistério Superior**, em 01/10/2022, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Chaves, Professora do Magistério Superior**, em 02/10/2022, às 01:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Pereira da Silva, Diretor(a)**, em 03/10/2022, às 07:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Coriolano Pereira da Rocha Junior, Usuário Externo**, em 03/10/2022, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Khellen Cristina Pires Correia Soares, Usuário Externo**, em 04/10/2022, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1797784** e o código CRC **E47B63DE**.

*Para José Ricardo, meu companheiro para toda hora, confidente, cúmplice,
amigo, eterno amor...*

*Para Gabriel e Miguel, vocês são a minha melhor parte, uma benção que Deus
me concedeu para que eu descobrisse o que é o amor de verdade...*

AGRADECIMENTOS

Agradecer! Retribuir um gesto ou uma atitude... e foram tantos nessa jornada de quatro anos. Gestos de carinho, força, compreensão em momentos que fizeram toda a diferença. Por isso, agradeço de coração...

À Deus, pois sem Ele nada disso seria possível.

Ao meu esposo e eterno namorado **José Ricardo**, pela paciência e por ser a minha inspiração diária de convivência e admiração. Você conseguiu deixar essa trajetória mais leve e fácil de percorrer. Te amo demais!

Aos meus filhos **Gabriel e Miguel**, peço perdão pelos momentos de ausência. Agradeço por confiarem em meu sucesso quando nem mesmo eu estava confiante. Agradeço pelos abraços, beijos e carinhos quando eu mais precisei... Amo vocês eternamente!

Aos meus pais, **Lêda e Farley**, à minha segunda mãe **Ana Cristina** (sogrinha), ao meu sogro **Adilson**, por serem uma referência no amar e no compartilhar.

À minha irmã **Jordane**, e às minhas cunhadas e cunhados, **Priscila, Yasmine, Aida, Paula, Maicon, RichardE, Weverton** (Rei), por me aturarem quando eu só falava e pensava na escrita da tese.

À professora **Elisângela**, minha orientadora, e ao professor **José Alfredo**, meu coorientador, por acreditarem em mim, compreenderem minhas dificuldades e por me conduzirem por todo esse caminho.

Aos professores que aceitaram compor a banca de defesa, por participarem dessa etapa da minha formação.

Aos meus amigos e colegas de profissão, **Daniel e Daniella**, por dividirem comigo os conhecimentos da geografia, me orientando quando necessário; **Giovanna**, por revisar os meus textos, mesmo ocupada com as suas próprias demandas do doutorado; **Francine**, por aturar os memes sobre a pós-graduação que eu enviava (todos os dias praticamente); **Thaís**, pelos almoços regados a desabafos; **Felipe**, por se disponibilizar a ser meu "psicólogo" e dividir angústias dos nossos doutorados. Muito obrigada!

Aos meus amigos, **Renata e Daniel** (novamente), por escutarem as confidências, as angústias e os anseios... e, principalmente, pelos conselhos. Vocês não imaginam como foi e está sendo importante para mim!

Aos colegas de doutorado, especialmente **Joyce, Rodrigo e Ana Elenara**, por me auxiliarem com as demandas do curso, prazos e normas, orientando quando necessário.

Aos colegas do SMMEC, do qual precisei me afastar, por compreenderem a razão do meu afastamento e por não deixarem as minhas alunas do ballet desamparadas.

Aos professores do PPGIEL, que fizeram parte e engrandeceram essa minha trajetória.

Ao **Danilo**, secretário do PPGIEL, por sua presteza, eficiência e solicitude.

Aos funcionários da SUDESB, que proporcionaram a realização dessa pesquisa, principalmente **Susi e Mariza**. Sem o auxílio de vocês, nada disso seria possível.

Ao Pas De Quatre (escola de dança), em especial à minha professora **Débora Samarino** (Dedé), que me proporcionou momentos de descontração e fuga da escrita dessa tese, sendo a minha válvula de escape quando eu precisava descarregar as energias acumuladas e voltar renovada para a continuação dos meus estudos.

RESUMO

O presente estudo coloca em foco as experiências culturais concebidas no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), desenvolvido no Estado da Bahia pela Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) em parceria com o Ministério de Esporte (ME) / Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre os anos de 2017 e 2019, período de vigência efetiva do programa. A compreensão do lazer a partir da diversidade de experiências culturais vivenciadas/desenvolvidas no PELC-Bahia pode possibilitar uma análise sobre como o direito ao lazer, promovido pelo programa, auxilia (ou não) na elaboração dos processos de formação identitária no que diz respeito à identidade cultural do povo, a partir do olhar da equipe gestora do mesmo. Assim, a problemática deste estudo se volta para a compreensão dos processos de mediação cultural que ocorreram no âmbito do programa e que, através das experiências culturais desenvolvidas no PELC, possibilitaram ou não a formação e/ou valorização da identidade cultural dos envolvidos sob a ótica dos estudos do lazer. Baseado no entendimento de lazer como dimensão da cultura que dialogicamente se completa com a noção da experiência de lazer como prática social, levando em consideração dados do PELC-Bahia que demonstram o movimento de tais experiências culturais no programa. O estudo apresenta como base empírica para a análise as entrevistas semiestruturadas realizadas com a coordenação geral, coordenação pedagógica, coordenadores de núcleo e agentes sociais, além de um questionário aplicado aos coordenadores de núcleo e agentes sociais que atuaram no programa.

Palavras-chave: Experiências Culturais. PELC. Mediação Cultural. Lazer.

ABSTRACT

The present study focuses on the cultural experiences conceived within the scope of the Sport and Leisure Program of the City (PELC), developed in the State of Bahia by the Superintendence of Sports of the State of Bahia (SUDESB) in partnership with the Ministry of Sport (ME) / Federal University of Minas Gerais (UFMG) between 2017 and 2019, the effective period of the program. Understanding leisure from the diversity of cultural experiences lived/developed in PELC-Bahia can enable an analysis of how the right to leisure, promoted by the program, helps (or not) in the elaboration of identity formation processes regarding cultural identity of the people, from the perspective of the management team. Thus, the problem of this study turns to the understanding of the cultural mediation processes that took place within the scope of the program and that, through the cultural experiences developed in the PELC, enabled or not the formation and/or appreciation of the cultural identity of those involved from the perspective of leisure studies. Based on the understanding of leisure as a dimension of culture that dialogically completes itself with the notion of the leisure experience as a social practice, considering data from PELC-Bahia that demonstrate the movement of such cultural experiences in the program. The study presents, as an empirical basis for the analysis, semi-structured interviews carried out with the general coordination, pedagogical coordination, nucleus coordinators and social agents, in addition to a questionnaire applied to nucleus coordinators and social agents who worked in the program.

Keywords: Cultural Experiences. PELC. Cultural Mediation. Leisure.

RESUMEN

El presente estudio se centra en las experiencias culturales concebidas en el ámbito del Programa Deporte y Recreación de la Ciudad (PELC), desarrollado en el Estado de Bahía por la Superintendencia de Deportes del Estado de Bahía (SUDESB) en colaboración con el Ministerio de Deporte (ME) / Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG) entre 2017 y 2019, período de vigencia del programa. Comprender el ocio a partir de la diversidad de experiencias culturales vividas/desarrolladas en PELC-Bahia puede posibilitar un análisis de cómo el derecho al ocio, promovido por el programa, ayuda (o no) en la elaboración de procesos de formación identitaria en lo que se refiere a la identidad cultural de las personas, desde la perspectiva del equipo directivo. Así, el problema de este estudio gira en torno a la comprensión de los procesos de mediación cultural que se dieron en el ámbito del programa y que, a través de las experiencias culturales desarrolladas en el PELC, posibilitaron o no la formación y/o valoración de la identidad cultural. de los implicados desde la perspectiva de los estudios del ocio. A partir de la comprensión del ocio como dimensión de la cultura que dialógicamente se completa con la noción de la experiencia del ocio como práctica social, teniendo en cuenta datos del PELC-Bahia que demuestran el movimiento de tales experiencias culturales en el programa. El estudio presenta, como base empírica para el análisis, entrevistas semiestructuradas realizadas a la coordinación general, coordinación pedagógica, coordinadores de núcleo y agentes sociales, además de un cuestionario aplicado a coordinadores de núcleo y agentes sociales que trabajaron en el programa.

Palabras clave: Experiencias Culturales. PELC. Mediación Cultural. Ócio.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Convênios do PELC ativos em 2019 em todo o território nacional	25
Tabela 2: Municípios do Estado da Bahia em que o PELC estava sendo desenvolvido	84
Tabela 3: Divisão dos núcleos do PELC-Bahia em polos	87
Tabela 4: Primeiras formações em bloco, Módulos Introdutórios	92
Tabela 5: Formações em bloco, Módulos de Avaliação	93
Quadro 1: Alguns dos principais temas tratados na formação dos agentes sociais.....	124
Quadro 2: Conteúdos a serem trabalhados na formação dos agentes sociais.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Oficinas ofertadas nos 208 espaços de atendimento do PELC-Bahia, tanto núcleos quanto subnúcleos.....	95
Gráfico 2: Respostas ao questionário sobre a residência do indivíduo quando ele atuava no PELC Bahia.....	97
Gráfico 3: Respostas ao questionário sobre a troca de atividades sistemáticas ofertadas nos núcleos e subnúcleos do PELC Bahia.....	101
Gráfico 4: Oficinas ofertadas nos 208 espaços, tanto núcleos quanto subnúcleos do PELC-Bahia.....	104
Gráfico 5: Participação e envolvimento dos beneficiários nas atividades sistemáticas do PELC-Bahia de acordo com os participantes da pesquisa....	107
Gráfico 6: Participação e envolvimento dos beneficiários nas atividades assistemáticas do PELC-Bahia de acordo com os participantes da pesquisa.....	115
Gráfico 7: Participação dos agentes sociais e coordenadores de núcleo nas formações ofertadas em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais.....	127
Gráfico 8: Importância das formações para a atuação dos indivíduos no PELC.....	128
Gráfico 9: Trocas culturais nas formações do PELC-Bahia.....	131

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado da Bahia contendo os municípios atendidos pelo PELC-Bahia e local de fala dos entrevistados.....	30
Figura 2: Mapa do Estado da Bahia contendo os municípios atendidos pelo PELC-Bahia.....	85
Figura 3: Legenda do mapa do Estado da Bahia contendo os municípios atendidos pelo PELC-Bahia.....	86
Figura 4: Mapa do Estado da Bahia contendo os polos dos núcleos do PELC-Bahia.....	88
Figura 5: Mapa do Estado da Bahia contendo os Territórios de Identidade.....	89

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

CDFB – Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LUME – Repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ME – Ministério do Esporte

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MET – Ministério do Esporte e Turismo

MFB – Movimento Folclórico Brasileiro

MG – Minas Gerais

MIMBOÉ – Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Administrativo

MTur – Ministério do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PELC – Programa de Esporte e Lazer da Cidade

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania

REDA – Regime Especial de Direito Administrativo

RJ – Rio de Janeiro

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

SUDESB – Superintendência dos Desportos da Bahia

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI – Territórios de Identidades

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	18
2 DA PROBLEMATIZAÇÃO E DO PERCURSO DA PESQUISA	22
2.1 Percursos metodológicos	25
3 DO CONTEXTO DA PESQUISA: O PELC, O LAZER E A CULTURA POPULAR.....	37
3.1 Compreendendo o PELC a partir das diretrizes	37
3.1.1 O Ministério do Esporte e o PELC	37
3.1.2 Princípios e objetivos do PELC: as iniciativas do programa.....	40
3.1.4 Sobre os convênios e desenvolvimento dos núcleos.....	47
3.1.5 Sobre os recursos humanos do programa	54
3.2 Interfaces entre o lazer e a cultura (ou as culturas?).....	58
3.3 Lazer, produção e identidade cultural.....	70
4 O PELC DA SUDESB	77
4.1 Da “Caravana do Lazer” ao PELC-Bahia.....	77
4.2 O lugar: as identidades, as temporalidades, as culturas.....	85
4.3 As formações do PELC-Bahia.....	94
4.4 Os núcleos e suas atividades	97
5 A MEDIAÇÃO CULTURAL NO PELC-BAHIA – EIXOS DE ANÁLISE	109
5.1 Atividades sistemáticas (oficinas).....	109
5.2 Atividades assistemáticas (festas e eventos).....	117
5.3 As formações do PELC como possibilidade de mediação cultural	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	154
APÊNDICE II – Questionário digital	156
ANEXO A – Carta de Anuência da Secretaria Especial de Esporte (Ministério da Cidadania).....	159
ANEXO B – Carta de Anuência SUDESB.....	160

1 APRESENTAÇÃO

As experiências lúdicas fazem parte do cotidiano dos indivíduos em vários momentos de suas vidas. Seja na infância, na juventude, na vida adulta ou na velhice, tais vivências podem ser entendidas como possibilidade de lazer. Conforme Gomes *et al.* (2016), um dos possíveis âmbitos para se discutir conceitualmente o lazer é justamente entendendo-o como uma vivência cotidiana.

Mesmo antes da graduação, essas experiências lúdicas já despertavam o meu interesse, motivo este que me levou a escolha da Educação Física como profissão, tanto pela aproximação com elas quanto pela possibilidade de pesquisas nesta área. As experiências lúdicas, sejam através de brincadeiras, jogos, danças, entre outras, despertam o interesse não somente pela prática em si, mas principalmente pelas histórias de vida e visões do mundo relacionadas a elas, além dos contextos socioculturais em que estão inseridas.

Durante o curso de mestrado, passei a estudar então essas experiências, entendendo-as como possibilidade de lazer. Na referida pesquisa, as manifestações folclóricas foram exploradas como possibilidade de lazer, fazendo uma aproximação entre três grandes áreas do conhecimento: o lazer, a cultura e o folclore. Para configurar essa aproximação, foi utilizada uma das possíveis configurações do lazer, que o define como a representação de uma das dimensões da cultura. Apesar do termo “representação” ser bastante genérico para definir lazer, é possível entendê-lo como um componente da cultura e não sinônimo dela. Werneck (2003) explica que a cultura é composta por um emaranhado simbólico, constituído de elementos como, do ponto de vista antropológico, os processos de socialização, de aprendizagem, de tradições, de valores. Além disso, a cultura representa ainda, para a autora, “um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras e instruções – que orientam o comportamento humano” (p. 69). Dessa forma, o lazer seria um desses elementos constitutivos da cultura.

Para contextualizar a cultura na referida pesquisa, iniciamos a reflexão a partir do que pontua Werneck (2003). A autora explica que cultura constitui um campo privilegiado de produção humana, conforme os processos de

socialização, aprendizagem, tradições, valores dos sujeitos, dentre outros. O lazer, nesse caso, representa apenas uma de suas dimensões. Dessa maneira, pode-se dizer que ele não é sinônimo de cultura, mas uma dimensão analítica da própria cultura que oferece elementos para, através de suas manifestações lúdicas, compreendermos um grupo social em um determinado período, suas formas de vida e relações sociais.

Constituído conforme as peculiaridades do contexto no qual se desenvolve, o lazer pode acarretar produção de cultura – no sentido de construção e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos pelas pessoas, grupos e instituições. No entanto, quando relacionamos a cultura ao lazer, não estamos reduzindo-a a um único conteúdo, pois isso seria uma visão parcial. Nessa perspectiva, a ação do lazer é construída em um tempo/espaço, dialoga e sofre interferência das demais esferas da vida em sociedade e nos permite ressignificar continuamente a cultura em sua totalidade.

A partir de tal pesquisa (VIEIRA, 2013), compreendendo o lazer como uma dimensão da cultura e necessidade humana¹ e aproximando conceitos importantes (lazer, cultura e folclore), as experiências lúdicas que tanto despertavam interesse passaram a ser compreendidas também como direitos dos indivíduos². Isto deu margem para questionamentos como: as pessoas em geral têm conhecimento deste direito? Como elas fazem para usufruir dele?

No segundo semestre de 2014, me aproximei do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), atuando como tutora nos seus cursos de formação à distância. Durante tal aproximação, pude compreender que se tratava de um programa social federal que, referenciado em experiências de ações e políticas municipais de esporte e lazer, desenvolvia uma proposta de política pública e social para atender às necessidades de esporte recreativo e de lazer da população (BRASIL, 2008), promovendo a valorização da cultura e fazendo a apropriação de manifestações da cultura local como possibilidade de lazer. De acordo com Pintos e Amaral (2018), o PELC era um programa voltado para a

¹ Gomes (2014) aborda da temática do lazer compreendendo-o como uma necessidade humana e como uma dimensão da cultura. Seguindo tal interpretação, o lazer seria estabelecido a partir da ludicidade e seria constituído como uma “prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais situadas em cada contexto – e não somente nas chamadas sociedades modernas, urbanizadas e industrializadas” (GOMES, 2014, p. 9).

² De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, o lazer e o esporte são direitos sociais.

“democratização do acesso ao esporte e ao lazer enquanto direito social de todas e todos, sem distinção, incluindo-se as pessoas com deficiência” (p. 11).

Durante a minha atuação como tutora, tive contato tanto com gestores atuantes no programa (coordenadores e agentes) e formadores quanto com pessoas atendidas por ele, os chamados beneficiários. E, nesse contato, pude perceber que algumas práticas desenvolvidas no PELC retratavam os costumes de cada comunidade. Apesar de ser um programa desenvolvido a nível nacional, e de ter diretrizes comuns a serem seguidas, cada comunidade conseguia configurar os núcleos de atendimento do PELC de acordo com a realidade de sua cultura local. Quando atuei como tutora no curso de Dança e Lazer, por exemplo, foram citadas experiências vivenciadas pelos cursistas, envolvidos no programa, típicas de cada um dos locais e de forma muito natural, como se aquela prática fosse corriqueira e todos já nascessem sabendo como realizá-la. O interessante a ser pontuado neste caso é que as diretrizes do PELC estipulavam, por exemplo, que os gestores deveriam instituir uma grade de oficinas (atividades sistemáticas) a serem ofertadas à população atendida, porém não estava imposto pelas mesmas quais deveriam ser essas práticas. No momento de decidirem quais práticas ofertar, de alguma forma, àquelas que a comunidade já realizava ou já estava acostumada a realizar entravam no quadro de oficinas. Tal fato me chamou atenção, pois, fazendo o link com a pesquisa de mestrado, algumas manifestações tidas como folclóricas acabavam aparecendo como práticas ofertadas através dessas atividades sistemáticas desenvolvidas nos núcleos ou como atividades assistemáticas do programa (festas, comemorações e eventos).

Analisando o programa, verificamos que ele foi instituído a partir de conceitos, princípios, diretrizes e valores que orientam as políticas públicas participativas, considerando também seus conteúdos principais e as formas de implementação deles. O programa possui, como objetivo geral ou principal, “democratizar o lazer e o esporte recreativo” (BRASIL, 2014, p. 7). Porém, a partir desse objetivo geral, foram pensados objetivos específicos:

Nortear ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos lazer e esporte recreativo; Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos; Orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo; Promover a formação continuada de agentes sociais de lazer e esporte recreativo; Incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte recreativo para envolver a população local para além dos núcleos; Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo. (BRASIL, 2014)

Um dos seus objetivos, conforme consta nas diretrizes do programa³ (BRASIL, 2013; BRASIL, 2014; BRASIL, 2016; BRASIL, 2019), é justamente valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo. Assim, no que diz respeito ao reconhecimento das qualidades da cultura, o PELC foi pensado para valorizar e fortalecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo. No âmbito do programa, “cada município, cada contexto e cada comunidade têm costumes e tradições próprias que se manifestam, por exemplo, nas danças, nos jogos e nas brincadeiras próprias de cada local” (SILVA; GOMES, 2017). Sendo assim, tais práticas são reconhecidas como importantes no programa, sendo colocadas em evidência pelo PELC.

³ Os objetivos são exatamente os mesmos nas diretrizes referentes aos anos de 2014, 2016 e 2019.

2 DA PROBLEMATIZAÇÃO E DO PERCURSO DA PESQUISA

A aproximação com o Programa de Esporte e Lazer da Cidade - PELC despertou questionamentos acerca do funcionamento do mesmo para além da sua formação à distância, área em que atuei. A mediação proposta pelos indivíduos envolvidos no Programa (agentes, coordenadores, formadores) referente ao acesso dos beneficiários às diferentes linguagens, bens e manifestações culturais implicava também na formação desses beneficiários, seja intencional ou não intencional⁴, uma vez que a ideia era provocar/desenvolver neles uma perspectiva crítica sobre os elementos da cultura envolvidos nas práticas desenvolvidas no PELC. Nas diretrizes do PELC, está posto que o programa possui meta de garantir

o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros por meio de ações educativas na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário; valorizando a diversidade cultural e as práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional. (BRASIL, 2016, p. 6)

Logo, torna-se possível questionar a experiência cultural, mais precisamente aquela vivenciada pelos indivíduos envolvidos no programa, nas atividades desenvolvidas no PELC-Bahia. A compreensão do lazer a partir da diversidade de experiências culturais vivenciadas/desenvolvidas no PELC-Bahia pode possibilitar uma análise sobre como o direito ao lazer, promovido pelo programa, auxilia (ou não) na elaboração dos processos de formação identitária no que diz respeito à identidade cultural do povo. A ideia então é compreender o processo de formação identitária a partir das práticas de lazer desenvolvidas no âmbito do programa.

Aqui, torna-se importante salientar que, para compreender esse processo de formação identitária, a noção de lazer como dimensão da cultura e necessidade humana passa então a dialogar com a ideia de experiência de lazer como prática social complexa. Sobre tal diálogo, Gomes *et al.* (2016) chamam a atenção do leitor no texto Formação de agentes sociais dos programas Esporte

⁴ O termo não intencional aqui explicitado diz respeito à possível visão dos participantes e não dos agentes, coordenadores, formadores do PELC. O Programa apresenta sim um objetivo de formação dos indivíduos explícito. O participante por outro lado pode estar envolvido nas ações sem necessariamente ter como objetivo a sua formação, e sim o usufruto do seu lazer.

e Lazer da Cidade e Vida Saudável: uma discussão conceitual sobre lazer, esporte e cultura, publicado em 2016. Eles explicam que

o debate acerca da noção de cultura intensifica a percepção das práticas sociais como formas de relação e produção cotidiana da vida social e, nesse sentido, das políticas de direito e das experiências de lazer como possibilidade de promover uma reflexão antropológica capaz de repensar a relação entre corpo, práticas sociais e ambiente, problematizando a percepção de que a constituição social das pessoas revela-se em habilidades práticas que se constituem como processos identitários e propósitos sociais. (GOMES *et al.*, 2016, p. 115)

Sendo assim, a problemática deste estudo se volta para a compreensão dos processos de mediação cultural que vieram a ocorrer no âmbito do programa e que, através das manifestações e práticas culturais desenvolvidas no PELC, possibilitaram ou não a formação e/ou valorização da identidade cultural dos envolvidos sob a ótica dos estudos do lazer. Como essa política pública de financiamento para o esporte e lazer contribuiu para valorização da cultura local?

A ideia é problematizar o lazer como dimensão da cultura e como prática social complexa para se pensar na importância das políticas de lazer, a exemplo do PELC, como políticas culturais nesse processo de mediação cultural e formação e/ou valorização da identidade cultural. Uma política pública de lazer (ou política cultural) como essa tem potência para gerar relações sociais, envolvimento, diversidade de práticas com riqueza de relações, a ponto de promover a mediação cultural?

Como afirmam Perrotti e Pieruccini (2014), o termo mediação cultural pode ser utilizado em diferentes contextos, recobrando um conjunto multiforme de práticas culturais. Sendo assim, para fins dessa pesquisa, iremos tratar a mediação cultural como noção situacional, ou seja, categoria pensada em relação a contextos e processos específicos. Tal distinção é importante pois, como afirmam os autores,

se pode falar tanto em mediação cultural em contextos difusos, como em museus, bibliotecas, teatros e outros equipamentos culturais, considerando-se, ainda, em relação a estes uma gama diversificada de manifestações diferenciadas em cada um desses equipamentos. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4)

Ao tentar definir a mediação cultural, Davallon (2007) explica que, a nível funcional, ela visa

fazer aceder um público a obras (ou saberes) e a sua acção consiste em construir uma interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objecto cultural) com o fim precisamente de permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro. (DAVALLON, 2007, p. 5)

Porém, o próprio autor pontua que, na prática, o termo mediação cultural diz respeito também a outras vinculações como a própria prática profissional dos mediadores (entendidos por ele como mediadores de museus ou de património, por exemplo), ou a produtos destinados a explicar ou a apresentar a arte ao público em geral, dentre vários outros cenários. Por isso, a mediação cultural deve ser contextualizada e situada, uma vez que essa definição que parece fazer consenso não é capaz de designar realidades muito diferentes (DAVALLON, 2007).

Seguindo essa linha de pensamento, podemos afirmar que os processos de mediação cultural devem ser compreendidos como sendo profundamente contextuais, além de serem dependentes da “perspectiva cultural adotada e das posições socioculturais dos atores envolvidos” (SANTOS, 2021, p. 20). Conforme afirma Santos (2021), torna-se possível conceber a mediação como uma “ação semiótica de tradução e produção de signos” (p.20). Logo, para fins dessa pesquisa, iremos caracterizar a mediação cultural como condição que leva a considerar “os elementos que constituem seus processos não simplesmente como ferramentas, mas como signos, portadores de sentidos, agregados à economia das significações” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 83-84).

Gomes, Isayama, Debortoli e Silva (2016) explicam que, cada vez mais, um modelo hegemônico de sociedade, aquele visto como ocidental, capitalista, industrializado e urbano, é difundido, em termos mundiais. E, assim, determinados entendimentos e determinadas vivências de lazer são disseminadas, como se fossem parte de um modelo universal e totalizante de sociedade.

Porém, torna-se necessário reconhecer que existem outros modos de vida e outras formas de vivências de lazer diferentes do modelo citado. Os mesmos autores pontuam que o reconhecimento dessa diversidade suscita desafios que mobilizam programas sociais como o PELC, no sentido de problematizar o lazer

em diferentes realidades e perspectivas, para tentar garantir esse direito social a amplas camadas da população brasileira. No caso deste estudo, as peculiaridades históricas, culturais, sociais e políticas das comunidades atendidas pelo programa estão em foco.

2.1 Percursos metodológicos

No intuito de realizar um trabalho apropriado, no que diz respeito aos estudos na área do lazer, esta pesquisa foi dividida em duas partes. Partindo do pressuposto de que as diretrizes do PELC fazem uma ponte entre a apropriação de manifestações da cultura local, e a possibilidade de formação e/ou valorização da identidade cultural do povo sob a ótica dos estudos do lazer, a primeira parte do estudo se constituiu em uma apresentação do programa. Inicialmente, o PELC foi analisado e apresentado ao leitor a partir de suas diretrizes, as quais relacionam a cultura local e, principalmente, a valorização dela, ao lazer da população envolvida no programa. Em sequência, foi feita uma análise acerca da temática cultura, pensada em suas várias dimensões e/ou facetas, e sua relação com o lazer.

O levantamento bibliográfico é essencial para fundamentar a pesquisa e guiar o leitor para as temáticas que norteiam a mesma. As possíveis relações que se estabelecem entre os estudos do lazer, os estudos culturais e o próprio PELC sustentam o percurso da pesquisa, assim como poderão fornecer bases empíricas para as reflexões provocadas pela pesquisa.

O PELC ao longo dos anos foi problematizado e analisado tanto na base de sua criação, o próprio Ministério do Esporte, quando no meio acadêmico. Motivo pelo qual foi realizado todo um rastreamento destas produções para a realização desta pesquisa. Podemos citar como exemplos: Almeida e Marchi Júnior (2010), que trata do investimento financeiro do Estado em programas federais de esporte e lazer no Brasil e cita o PELC como exemplo desses programas; Areias *et al.* (2009), que avalia a ação do Estado junto à sociedade no campo do lazer utilizando o desenvolvimento do PELC no município de Vitória/ES como referência para essa ação; Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015), que também voltam o seu olhar ao financiamento do esporte e do lazer no Brasil, mais precisamente à Política Nacional do Esporte e Lazer (PNEL), e

cita o PELC como exemplo de materialidade de políticas públicas nessa área; Costa Júnior (2009), que cita o PELC, desenvolvido no município de São Gonçalo/RJ, especificamente no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM), como uma ação pedagógica crítico-reflexiva não excludente que trata o lazer como direito social; Ewerton (2010) e Ewerton e Ferreira (2009), que focam na formação profissional dos agentes sociais que atuam no PELC; Figueiredo (2009), que também trata da formação profissional dos trabalhadores do lazer, porém com o foco no PELC desenvolvido no Distrito Federal; Goellner *et al.* (2010), que foca nas desigualdades de gênero no acesso às políticas públicas de esporte e de lazer, tendo como objeto de análise o PELC desenvolvido em Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ; Húngaro e Melo (2007), que analisa o PELC desenvolvido em Santo André/SP com foco no esporte e no lazer como direito social; Lião Júnior, Sampaio e Behmoiras (2009), que traz o PELC como exemplo de materialidade da ação do Estado, no caso de políticas públicas, e utiliza esse exemplo para problematizar o controle social; Mendes (2009) e Mendes e Cunha Junior (2009), que trazem a discussão conceitual sobre as concepções e compreensões do lazer e utiliza o PELC, suas diretrizes e o Projeto Básico como materialização dessa discussão, com ênfase na dimensão do esporte recreativo; Pintos e Athayde (2017), que discutem temáticas relacionadas a municipalização do PELC e trazem como exemplo a tentativa do PELC de Ivoti – RS; Pintos e Isayama (2016), que organizam um livro com textos que versam sobre a trajetória, a memória e as experiências desenvolvidas ao longo da existência do PELC e do programa Vida Saudável; Ramos (2011), que traz informações gerais sobre o PELC e foca na contextualização das formações no âmbito do programa; Rechia, Tschoke e Moro (2012), que relatam como ocorreu a implantação do PELC na Universidade Federal do Paraná, no período de 2008 a 2009; Sagrillo, Baccin e Both (2007), que analisam o PELC como uma política pública de esporte e lazer; Silva e Gomes (2017), que versam sobre os princípios teóricos-metodológicos do PELC; Soares (2017), que analisa o financiamento, a expansão e a projeção das políticas públicas de esporte e lazer no PELC, englobando o período de 2008 a 2015; Souza *et al.* (2010), que apresentam o foco nos sistemas de monitoramento e avaliação do PELC e do Programa Segundo Tempo (PST); Starepravo e Marchi Júnior (2013), que discutem o surgimento e

desenvolvimento do PELC a partir dos aspectos técnicos, conceituais e políticos; Suassuna (2009), que problematiza o PELC como uma política de formação para o trabalho e discute o papel dos agentes sociais; Teixeira *et al.* (2014), que trazem a discussão do PELC como sendo uma política social de esporte e lazer desenvolvida no Governo Lula; Vieira (2011), que traz a discussão sobre a gestão do PELC.

Alguns dos estudos citados como exemplos de produção sobre o PELC trazem uma visão positiva e romântica sobre o desenvolvimento do programa, como se ele fosse a resolução para vários problemas sociais; porém, outros estudos indicam as dificuldades encontradas no processo de implantação dele e trazem informações sobre experiências consideradas pouco exitosas. Além das referências citadas, para a contextualização do PELC a nível nacional, foram utilizadas também fontes documentais obtidas no acervo do LUME – Repositório Digital da UFRGS, aproveitando o projeto “Memória dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento acerca das entidades convenentes e municípios com convênios vigentes e/ou em andamento no ano de 2019 em todo o território brasileiro. Encontramos um total de 61 entidades parceiras nas quais o PELC estava sendo desenvolvido, através de chamamento público ou emenda parlamentar, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Convênios do PELC ativos em 2019 em todo o território nacional.

Unidade Federativa (UF)	Entidade convenente
Acre	- Prefeitura Municipal de Rio Branco
Alagoas	- Prefeitura Municipal de Igaci
Bahia	- Prefeitura Municipal de Itapicuru - Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB
Ceará	- Prefeitura Municipal de Groaíras - Prefeitura Municipal de Maranguape - Prefeitura Municipal de Cedro - Prefeitura Municipal de Salitre
Espírito Santo	- Prefeitura Municipal de Guaçuí
Goiás	- Governo do Estado do Goiás - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Rubiataba)
Maranhão	- Prefeitura Municipal de Vargem Grande
Mato Grosso do Sul	- Prefeitura Municipal de Aral Moreira
Minas Gerais	- Prefeitura Municipal de São João das Missões - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - Prefeitura Municipal de Frutal - Prefeitura Municipal de Bonito de Minas - Prefeitura Municipal de Contagem - Prefeitura Municipal de Santa Luzia - Prefeitura Municipal de Sete Lagoas
Pará	- Prefeitura Municipal de Aveiro
Paraíba	- Prefeitura Municipal de Cacimbas
Paraná	- Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão
Pernambuco	- Prefeitura Municipal de Taracatu - Prefeitura Municipal de Sertânia - Prefeitura Municipal de Petrolina
Piauí	- Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí
Rio de Janeiro	- Prefeitura Municipal de Seropédica - Prefeitura Municipal de Itaboraí - Universidade Federal Fluminense - Prefeitura Municipal de São Gonçalo - Prefeitura Municipal de Belford Roxo - Prefeitura Municipal de Silva Jardim - Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude do Rio de Janeiro - Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ - Prefeitura Municipal de Pirai - Universidade Federal Fluminense - (Município de Três Rios/RJ) - Prefeitura Municipal de Quatis - Prefeitura Municipal de Rio Claro
Rio Grande do Norte	- Prefeitura Municipal de Parazinho - Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes
Rio Grande do Sul	- Prefeitura Municipal de Passa Sete - Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras - Prefeitura Municipal de Viamão - Prefeitura Municipal de Santo Ângelo
Roraima	- Prefeitura Municipal de Aveiro
Santa Catarina	- Prefeitura Municipal de Calmon - Prefeitura Municipal de Araranguá
São Paulo	- Prefeitura Municipal de Guarujá - Prefeitura Municipal de Estância Turística de Eldorado - Prefeitura Municipal de Osasco/SP - Prefeitura Municipal de Boraceia - Prefeitura Municipal de Registro - Prefeitura Municipal de Fernandópolis - Prefeitura Municipal de Suzano - Prefeitura Municipal de Taboão da Serra
Sergipe	- Prefeitura Municipal de São Cristóvão
Tocantins	- Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão - Prefeitura Municipal de Araguaína
TOTAL UF – 22	Total entidades convenentes – 61

Fonte: Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania, 2019.

Dentre todas estas entidades convenientes encontradas, o convênio⁵ entre o antigo Ministério do Esporte (atual Secretaria Especial de Esporte) e a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB nos chamou atenção, primeiramente pela quantidade de núcleos ativos, pois era um convênio com 100 núcleos ativos. Tal convênio mobilizava 78 municípios no estado da Bahia com cerca de 40.000 atendimentos.

Além da quantidade de núcleos ativos, outros fatores nos chamaram atenção. Durante os Encontros de Formação e dos Seminários de Avaliação do PELC, realizados entre os anos de 2018 e 2019, tanto na cidade de Belo Horizonte/MG quanto na cidade de Brasília/DF, a aproximação com os envolvidos no convênio com a SUDESB se mostrou frutífera para a pesquisa. Ficou evidenciado que, em tal convênio, eram desenvolvidas atividades que promoviam a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo. E isso nos fez pensar sobre a valorização e o fortalecimento da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo. Será que as manifestações e práticas culturais desenvolvidas nos núcleos e subnúcleos desse convênio suscitavam de alguma forma a possibilidade de formação e/ou valorização da identidade cultural dos envolvidos, sejam beneficiários ou agentes e coordenadores? O programa fazia o papel de mediador cultural?

Em conversa com alguns formadores⁶ (do PELC) da UFMG, responsáveis pelas formações presenciais em parceria com a entidade conveniente, nesse caso a SUDESB, verificamos que se tratava mesmo de um convênio diferenciado. Os relatos feitos por tais formadores indicavam que a diversidade de manifestações culturais envolvidas nas atividades desenvolvidas nos núcleos do convênio da SUDESB, era empolgante. Além disso, eles relataram também o envolvimento das comunidades atendidas pelo programa e, principalmente o sentimento de pertencimento relacionado ao PELC demonstrado por elas.

⁵ O Convênio nº 804894/2014 do PELC-Bahia ficou em vigor de 2017 a 2019, conforme Relatório de Cumprimento de Objeto.

⁶ Os formadores eram profissionais envolvidos com o lazer, indicados pela Universidade Federal de Minas Gerais para atuarem nas formações do programa junto aos envolvidos (coordenadores e agentes sociais) no momento do planejamento e durante o desenvolvimento do PELC (nos momentos de avaliação do programa). No decorrer do texto, o termo será esclarecido com mais detalhes.

Todos os fatores citados nos levaram a escolha deste convênio específico para a realização da segunda parte da pesquisa. A partir dessa escolha, realizamos então a contextualização do referido convênio, fundamentada nos documentos oficiais e não oficiais do mesmo e, também, em uma entrevista⁷ semiestruturada executada com a coordenadora geral do PELC/SUDESB, convênio esse denominado de PELC-Bahia pela coordenação.

Nessa parte da pesquisa, procuramos versar sobre o convênio selecionado, buscando trazer informações sobre como aconteceu a estruturação do programa, como foi o processo de contratação dos agentes sociais, como ocorreram as formações, como foram organizadas as atividades sistemáticas e assistemáticas do PELC-Bahia, dentre outras informações pertinentes à pesquisa. Durante a realização da entrevista com a coordenadora geral, ela indicou mais duas pessoas a serem entrevistadas: a coordenadora pedagógica e a coordenadora setorial. Após contato, conseguimos entrevistar somente a coordenadora pedagógica do PELC-Bahia.

Após a realização dessa contextualização, a pesquisa segue examinando, no convênio estudado, a presença da apropriação das manifestações culturais em atividades sistemáticas (oficinas) e/ou assistemáticas (festas) do programa, assim como a participação e o envolvimento dos beneficiários nelas. Para, tal foi elaborado um questionário para ser aplicado via e-mail, no modelo de *Survey* digital, aos 100 coordenadores de núcleo de tal convênio, envolvidos diretamente na organização, formação, atuação e gestão do convênio estudado.

A escolha por tal instrumento se deu pelas características de sua aplicabilidade em todos os municípios da Bahia onde o PELC-Bahia foi desenvolvido, e principalmente pelo fato de respeitar o distanciamento social imposto pela pandemia do Covid-19 que assolou o Brasil no ano de 2020. A possibilidade de uso deste instrumento por meio digital para a coleta dos dados facilitou a logística da pesquisa, diminuindo o seu tempo de aplicação quando comparado ao presencial e não onerou financeiramente a sua execução.

Tendo como referência uma planilha disponibilizada pela própria SUDESB, contendo os contatos oficiais dos coordenadores de cada um dos

⁷ O Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG deu o seu consentimento para a realização desta pesquisa por meio do parecer CAAE nº 23086619.9.0000.5149.

núcleos do PELC-Bahia, foram encaminhados os convites para participarem da pesquisa e, também, os questionários digitais, precedidos de uma carta de abertura e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os coordenadores que responderam positivamente ao convite de participação à pesquisa foram orientados a replicarem o link do *Survey* digital aos agentes sociais que atuaram no PELC-Bahia sob sua coordenação.

Dessa maneira, conseguimos atingir também alguns agentes sociais, ampliando o público-alvo para coordenadores de núcleo e agentes sociais dos 100 núcleos do PELC-Bahia. Alguns coordenadores reagiram negativamente à pesquisa, indicando que não participariam e justificando tal fato. Eles indicaram descontentamento ou com o término do programa ou com relação a algumas informações contraditórias que receberam sobre o programa em seu município e se recusaram a participar.

A grande maioria dos coordenadores que responderam ao convite, em um primeiro momento, entenderam o nosso contato como vindo do antigo Ministério do Esporte, e demonstraram interesse em participar da pesquisa acreditando que o PELC-Bahia iria continuar. Após os devidos esclarecimentos, eles foram orientados sobre a pesquisa e sobre a não vinculação dela com o governo federal. Levando em consideração os possíveis participantes dessa parte da pesquisa (100 coordenadores de núcleo e 600 agentes sociais), em termos de porcentagem, conseguimos atingir apenas 32% dos coordenadores de núcleo e 10,9% dos agentes sociais que atuaram no programa.

O tipo de *Survey* utilizado foi um misto entre o factual e o atitudinal (MAY, 2004), pois ao mesmo tempo em que elenca os dados concretos sobre as pessoas envolvidas e sobre as atividades desenvolvidas em cada núcleo do PELC-Bahia, ele também foi direcionado para a obtenção de dados a respeito da opinião dos envolvidos sobre conceitos amplos abordados no estudo e eventos em particular. O questionário digital foi elaborado pela pesquisadora e pelos orientadores da pesquisa, englobando 36 questões, divididas em três seções.

A primeira seção foi denominada como Caracterização da amostra. Tal seção teve como tópico de análise a identificação dos participantes, focando no núcleo em que ele atuou, na sua relação com a comunidade e na sua

escolaridade. Essa seção do questionário digital foi composta por 7 perguntas, sendo 5 de múltipla escolha e 2 discursivas.

A segunda seção foi denominada como Atividades desenvolvidas no PELC-Bahia, e como o próprio nome sugere, ela apresentou como tópico de análise as atividades ofertadas, sistemáticas e assistemáticas, além do envolvimento e participação da comunidade nelas. Essa seção do questionário digital foi composta por 16 perguntas, sendo 5 de múltipla escolha e 11 discursivas. Dessas 11 perguntas discursivas, 5 delas eram complementos das perguntas de múltipla escolha, e só deveriam ser respondidas dependendo da opção marcada na questão de múltipla escolha a qual ela se referia.

Já a terceira e última seção foi denominada como Mediação Cultural. Tal seção apresentou como tópico de análise o mapeamento da participação dos indivíduos nas formações ofertadas pelo Ministério do Esporte e UFMG, além do levantamento sobre a percepção do sujeito acerca das trocas culturais ocorridas ou não no âmbito do programa. Após as três seções do questionário, foram inseridas mais duas perguntas sobre a possibilidade de participação em uma entrevista virtual, para que o indivíduo pudesse opinar nesse sentido.

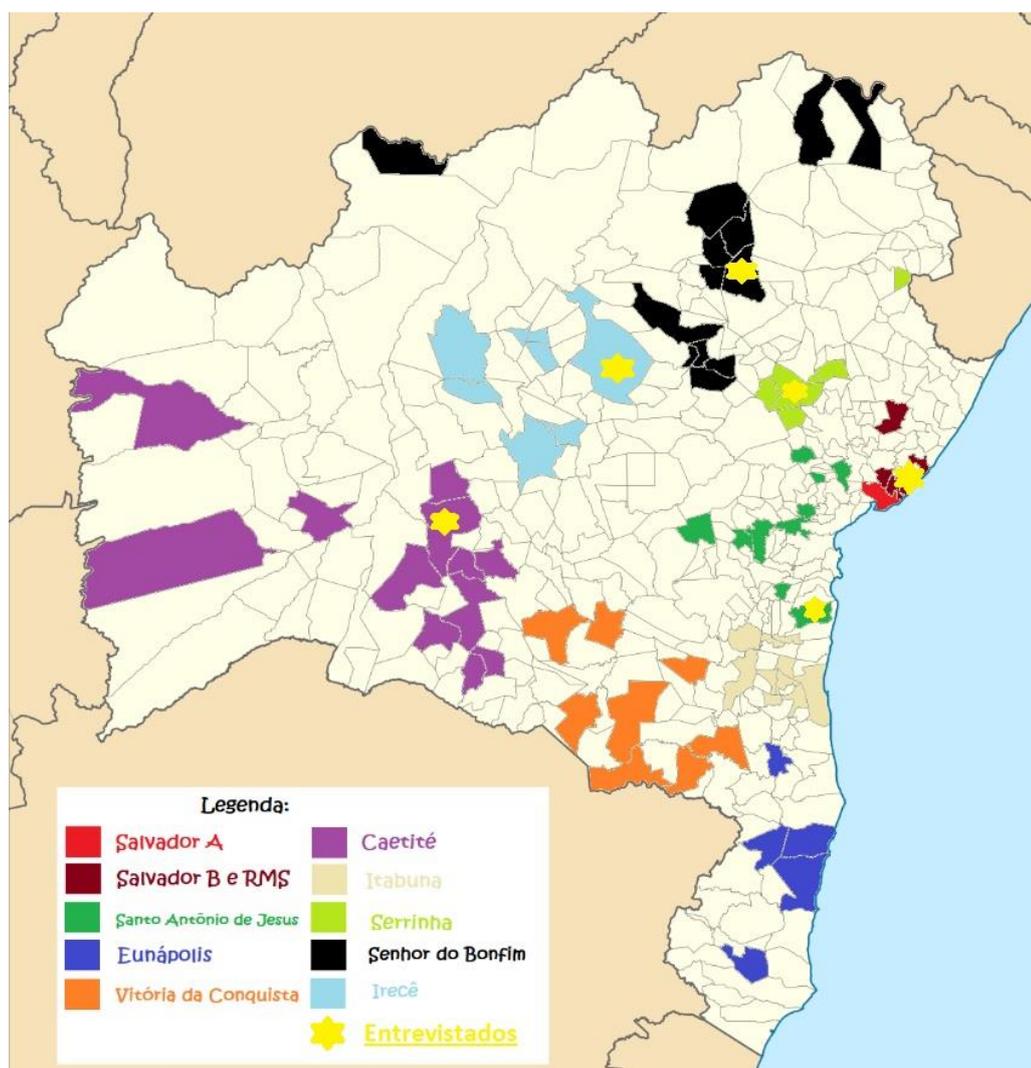
Uma vez configurado e contextualizado o convênio do PELC-Bahia e as atividades de lazer desenvolvidas nele, e a partir das respostas obtidas pelo questionário, foram selecionados os indivíduos para a realização de entrevistas. No caso dessa parte da pesquisa, a proposta inicial era selecionar os coordenadores de núcleo e agentes sociais a partir de suas respostas ao questionário aplicado.

Como os núcleos do PELC-Bahia foram divididos em polos para facilitar a gestão do programa, iríamos selecionar pelo menos um coordenador de núcleo e um agente social de cada um dos polos, totalizando assim 20 indivíduos para serem entrevistados. Porém, nessa parte da pesquisa, novas dificuldades apareceram.

Havíamos selecionado os participantes das entrevistas observando dois critérios: a indicação da resposta positiva quanto à possibilidade de participação nas entrevistas e ter atuado no programa por todo o período de desenvolvimento dele. Quando entramos em contato novamente com os indivíduos a respeito da realização das entrevistas, obtivemos poucas respostas e alguns indivíduos que haviam assinalado essa disponibilidade em participar mudaram de ideia. Por

isso, retiramos o critério relacionado ao tempo de atuação no programa e disparamos o convite a todos aqueles que responderam ao questionário. Assim, conseguimos entrevistar 9 indivíduos nessa parte da pesquisa (45%). A figura a seguir representa os locais de fala dos entrevistados, representantes dos polos do Programa de Esporte e Lazer da Cidade desenvolvido no estado da Bahia.

Figura 1 – Mapa do Estado da Bahia contendo os municípios atendidos pelo PELC-Bahia e o local de fala dos entrevistados na pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As entrevistas foram realizadas de maneira semiestruturada, de forma a fazer uma sondagem a respeito do entendimento dos participantes sobre as experiências culturais desenvolvidas no núcleo ou subnúcleo em que ele atuou, sua relação com as diretrizes do PELC, principalmente sobre a diretriz *Difusão*

da cultura local, além da noção de pertencimento e identidade cultural. A ideia nessa fase da coleta de dados é observar a diferença no que diz respeito à diversidade de práticas e intencionalidade dos envolvidos nas atividades sistemáticas (oficinas) e/ou assistemáticas (festas) ofertadas.

Os dados foram analisados focando na mensagem propriamente dita – em seu valor informacional, nas palavras, nos argumentos e nas ideias expressas – constituindo, portanto, uma análise temática. Visto que a análise de conteúdo possibilita diferentes formas de se conduzir o processo de interpretação dos dados descritos, nesta pesquisa, os dados foram examinados explorando seu conteúdo latente, ou seja, a investigação foi caracterizada de forma indutiva, gerativa, construtiva e subjetiva (MORAES, 1999).

No decorrer do texto dessa tese, as informações advindas das perguntas discursivas do questionário aplicado foram citadas informando o número do indivíduo participante, seguido do nome do polo ao qual faz parte e da indicação do núcleo do PELC, entre parênteses após a citação. Exemplo: Indivíduo 50, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Camaçari. E as informações advindas das entrevistas com os coordenadores de núcleo e agentes sociais seguem a mesma orientação, incluindo a palavra Entrevista antes da informação sobre o indivíduo. Exemplo: Entrevista Indivíduo 50, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Camaçari. As duas exceções são as entrevistas com a coordenadora geral e com a coordenadora pedagógica do PELC Bahia.

Por se tratar de uma informação de domínio público e por termos a autorização de ambas, não foi necessário suprimir a identidade das duas coordenadoras. No caso dessas entrevistas, elas foram identificadas com o sobrenome de cada uma delas e ano de realização, precedidas do termo Entrevista. A partir dos dados obtidos e do levantamento realizado, o texto ficou dividido nos capítulos a seguir.

O capítulo 3 apresenta ao leitor o contexto sob o qual se deu a pesquisa, trazendo informações sobre o PELC, mas também sobre o próprio lazer e sobre a cultura popular. Sendo assim, o primeiro tópico exhibe o PELC para o leitor tendo como alicerce para essa apresentação principalmente as diretrizes do programa. Dessa forma, o leitor poderá compreender o PELC desde sua elaboração, planejamento, desenvolvimento e avaliação.

Já o segundo tópico disserta sobre o lazer, trazendo para a discussão suas interfaces com a cultura, entendida aqui no plural. Nesse tópico, o leitor poderá compreender o lazer como necessidade humana e, ao mesmo tempo, dimensão da cultura. Para indicar as interfaces desse com a(s) cultura(s), o tópico tenta levar o leitor a conceber a cultura, no contexto dessa pesquisa, como uma mescla cultural ou hibridação cultural.

E, no terceiro tópico do capítulo, o leitor irá se deparar com a relação entre lazer, produção cultural e identidade cultural. Nesse tópico, essa relação é problematizada, indicando que o lazer pode implicar na produção de cultura e a identificação cultural do sujeito está diretamente relacionada com essa cultura produzida e vivenciada socialmente por ele.

O capítulo 4 apresenta ao leitor o PELC da SUDESB. Sendo assim, ele terá acesso a informações sobre o planejamento e a execução do programa no âmbito do estado da Bahia. O primeiro tópico desse capítulo traz informações sobre como o PELC foi pensado para ser desenvolvido a partir de um outro programa denominado Caravanas do Lazer. A origem do projeto, as dificuldades enfrentadas pela coordenação para que a ordem de início fosse dada são retratadas nesse tópico.

Já no segundo tópico, o leitor poderá compreender os locais onde o PELC foi desenvolvido no estado da Bahia. A discussão sobre os territórios de identidade da Bahia irá auxiliar na compreensão dos processos de mediação cultural que serão enfatizados mais a seguir.

O terceiro tópico desse capítulo discorre sobre as formações no âmbito do PELC-Bahia. Quais foram as formações, como e onde elas ocorreram são o foco nesse tópico. E, no quarto tópico, o foco está nos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia. Nesse tópico, as atividades desenvolvidas são apresentadas ao leitor. Quais são, como foram escolhidas e a relação dos coordenadores de núcleo e agentes sociais com a comunidade onde elas são desenvolvidas são problematizadas.

O capítulo 5 disserta sobre a mediação cultural no PELC-Bahia. Nele, o leitor é convidado a pensar a mediação cultural como noção situacional, ou seja, categoria pensada em relação a contextos e processos específicos. Sendo assim, o capítulo ficou dividido em três tópicos. O primeiro tópico apresenta como foco para a discussão a mediação cultural nas atividades sistemáticas

desenvolvidas nos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia. Ou seja, o leitor é convidado a refletir sobre as oficinas desenvolvidas no programa e a possibilidade de mediação cultural.

O segundo tópico traz para o leitor o convite de reflexão sobre as atividades assistemáticas do PELC-Bahia: as festas e comemorações. E, no terceiro e último tópico, as próprias formações no âmbito do PELC-Bahia ficam em evidência. Nesse último tópico, a reflexão sobre a mediação cultural enfatiza a relação entre os agentes sociais, coordenadores de núcleo e formadores, deixando de lado nesse momento os beneficiários do programa.

3 DO CONTEXTO DA PESQUISA: O PELC, O LAZER E A CULTURA POPULAR

3.1 Compreendendo o PELC a partir das diretrizes

3.1.1 O Ministério do Esporte e o PELC

Silva e Gomes (2017) explicam que, até o ano de 2002 no Brasil, as ações voltadas para o esporte⁸ e para o turismo, elaboradas e desenvolvidas na esfera federal, eram de responsabilidade de uma única pasta política, o Ministério do Esporte e Turismo (MET). Esse Ministério foi criado pela Medida Provisória nº 1.794-8, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, no ano de 1998. Porém, no início do ano de 2003, tal Ministério foi dissolvido em dois outros.

No primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, tivemos a criação do Ministério do Esporte (ME) e do Ministério do Turismo (MTur), a partir das mudanças realizadas no âmbito do governo federal (SILVA e GOMES, 2017; STAREPRAVO, MEZZADRI e MARCHI JÚNIOR, 2015). Tais estruturas institucionais passaram a contar então com orçamentos próprios.

O Ministério do Esporte (ME) assumiu, desde sua criação, o compromisso e a responsabilidade de construir a Política Nacional de Esporte e Lazer. Para isso, em 2004 foram realizadas as Conferências Nacionais de Esporte e Lazer, que, contando com a participação popular, levantaram as bases da política nacional que foram aprovadas no ano seguinte, em 2005. Para concebê-las e implementá-las, foram adotadas como referência três formas de manifestação: o chamado “esporte de rendimento”, o “esporte educacional” e o “esporte de participação e lazer”. (SILVA e GOMES, 2017, p. 14)

Conforme Silva e Gomes (2017), essa classificação das formas de manifestação do esporte foi embasada no trabalho de Tubino (1992). Em termos legais, tal classificação das formas manifestação do esporte foi explicitada na Lei 9.615/1998, também conhecida como “Lei Pelé”. De acordo com Pintos, Athayde e Godoflite (2017),

⁸ Aqui, não estamos dizendo que não existiam ações voltadas para o esporte, turismo ou para a cultura. Apenas estamos reforçando que tais ações existiam e eram de responsabilidade de uma única pasta política: o Ministério do Esporte e Turismo.

esse instrumento normativo tem como objetivo complementar a CF de 1988, regulamentado o desporto nacional. Uma de suas contribuições é a classificação do esporte a partir de três manifestações, quais sejam: educacional, participação e alto rendimento. (PINTOS, ATHAYDE e GOGOFIL, 2017 p. 432)

Assim, é considerado esporte de rendimento aquele relacionado com a performance esportiva, regido pelas regras e institucionalizado através das estruturas formais. Essa classificação está intimamente relacionada à iniciativa privada (SILVA e GOMES, 2017). Já o esporte educacional seria aquele com propósitos formativos e relacionado a instituições socioeducativas, como a escola; diferente das instituições esportivas de alto rendimento. E a terceira e última classificação, o esporte participação ou de participação seria aquele direcionado à todas as pessoas, não tendo obrigatoriedade em sua prática e podendo ser relacionado ao lazer dos indivíduos. Esse tipo de esporte é o foco do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

O próprio Ministério do Esporte acabou utilizando essa classificação das formas de manifestação do esporte para sua organização interna, como explicam Silva e Gomes (2017):

Apesar de o lazer não se restringir às manifestações esportivas, pois envolve vários outros tipos de interesses (como os sociais e os artísticos, por exemplo), e embora essa classificação possa ser questionada e criticada por diversas razões, o ME foi organizado de acordo com essa lógica e passou a contar com três estruturas principais: a Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. (SILVA e GOMES, 2017 p. 14)

Silva e Gomes (2017) ainda pontuam que “uma das primeiras ações empreendidas pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL) foi a concepção do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)” (p. 15). Assim, o PELC foi criado em 2003 e instituído em 2004 pela SNDEL do Ministério do Esporte, com o objetivo de promover, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do lazer e do esporte recreativo.

Sobre a implementação do PELC em 2004, Silva e Gomes (2017) afirmam que

o PELC foi deflagrado no início de 2004, por meio de um projeto-piloto da SNDEL, implementado mediante convênios firmados entre o ME e 10 prefeituras. Os critérios para definir os municípios foi a experiência com gestão municipal pautada na participação popular e na tradição no desenvolvimento de projetos esportivos de cunho social. Para

ampliar a abrangência territorial do PELC, essa nova política pública de esporte e de lazer foi concretizada em municípios situados em distintas regiões do país: Bagé-RS, Caetés-PE, Castanhal-PA, Dionísio Cerqueira-SC, Imperatriz-MA, Ipatinga-MG, Ji-Paraná-RO, Juína-MT, Niterói-RJ e Xapuri-AC. (SILVA e GOMES, 2017 p. 16)

O desenvolvimento do projeto-piloto foi avaliado e, verificado a sua efetividade, ele pode ser implementado em outras localidades brasileiras a partir de convênios firmados entre o ME e os municípios, os estados e instituições do Terceiro Setor (CASTELLANI FILHO, 2007).

A estrutura organizacional do ME, ao longo dos anos, foi sendo modificada. No que tange o PELC, a mudança mais significativa foi a junção de duas secretarias: a Secretaria de Esporte Educacional e a Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Silva e Gomes (2017) explicam que foi criada, a partir dessa junção, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), “que acolheu o PELC e se encarregou de prosseguir e aprimorar as políticas públicas e sociais no campo das manifestações esportivas educacionais, recreativas e de lazer” (p. 17).

Para atingir seu objetivo central de promover, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do lazer e do esporte recreativo, o PELC viabiliza diferentes práticas corporais, culturais e de lazer para pessoas de todas as idades, incluindo pessoas com deficiência, estimulando a convivência social, a formação de gestores e a atuação de lideranças comunitárias. Além disso, o programa também se propunha a fomentar a pesquisa e a promover a socialização de conhecimento a respeito do esporte e do lazer. Figueiredo (2009) nos informa que o PELC chegou para “preencher uma lacuna ao se propor materializar o que diz a Constituição Federal (1988), quando pretende assegurar o direito a todos, a acesso ao esporte e lazer” (p. 33).

Sobre o PELC, Starepravo e Marchi Júnior (2013) pontuam que

o PELC se difere de outros programas esportivos sociais por ter sido concebido a partir de experiências oriundas do “subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer”⁹ e das experiências de gestões municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), e desenvolvido sob a égide de uma disputa política entre os dois partidos que durante anos administraram o Ministério do Esporte

⁹ Os autores explicam que esse subcampo diz respeito ao “espaço social (campo ou subcampo) de produção científica” (p.925). Para eles, “no caso brasileiro, pode-se dizer que esse espaço social se estrutura como um campo científico/acadêmico, lócus de relações, tendo como protagonistas agentes, que têm por delegação produzir conhecimento científico” (p. 925).

(Partido Comunista do Brasil – PCdoB e PT), garantindo a ele um caráter distintivo em termos de políticas públicas de esporte e lazer. (STAREPRAVO e MARCHI JÚNIOR, 2013, p. 924-925)

3.1.2 Princípios e objetivos do PELC: as iniciativas do programa

O programa foi instituído a partir de conceitos, princípios, diretrizes e valores que orientam as políticas públicas participativas, considerando também seus conteúdos principais e as formas de implementação deles. Eram objetivos do programa, conforme as suas diretrizes¹⁰ (BRASIL, 2019): (a) nortear ações voltadas para públicos diferenciados (faixa etária, gênero, etnia, pessoas com deficiência, entre outros) nos núcleos de lazer e esporte recreativo; (b) estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos; (c) estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo; (d) promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo; (e) valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo; (f) promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo; (g) democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, principalmente às comunidades menos favorecidas estimular a gestão participativa.

Sobre tais objetivos é importante salientar que, no que diz respeito ao reconhecimento das qualidades¹¹ da cultura, o PELC foi pensado para valorizar e fortalecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo. No âmbito do programa, cada município, cada contexto e cada comunidade têm costumes e tradições próprias que se manifestam, por exemplo, nas danças, nos jogos e nas brincadeiras próprias de cada local. Tais práticas podem ser vistas como manifestações folclóricas regionais, e são reconhecidas como importantes no programa, sendo colocadas em evidência pelo PELC (BRASIL, 2012; 2013; 2014; 2016; 2019).

¹⁰ Utilizamos na pesquisa, como referência, as diretrizes do programa dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2016 e 2019.

¹¹ O termo qualidades da cultura é empregado nas diretrizes do programa (BRASIL, 2014) na definição dos objetivos específicos do PELC: “Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo” (p. 4).

Ainda conforme as diretrizes do programa (BRASIL, 2019), os objetivos citados deveriam ser alcançados a partir de três iniciativas. A primeira delas seria a implementação e o desenvolvimento dos núcleos. Essa iniciativa visava garantir o direito ao lazer aos beneficiários do programa, nas diversas regiões brasileiras, a partir do desenvolvimento de atividades sistemáticas (oficinas/atividades regulares) e assistemáticas (festas, eventos e comemorações) de lazer e de esporte recreativo. As diretrizes do programa traziam exemplos de manifestações culturais como possibilidades a serem contempladas nas atividades sistemáticas do programa.

Nesse caso, é interessante salientar que foram citadas várias manifestações da cultura corporal, desde atividades físicas como alongamento, caminhada, ginástica, mas também atividades consideradas esportivas (voleibol, handebol, basquete, futebol, skate), lutas (caratê, judô, taekwondo), atividades culturais e artísticas (música, teatro, artesanato), danças (regionais, contemporâneas, clássicas, ginástica coreografada), capoeira, jogos, atividades folclóricas¹² e brinquedotecas (BRASIL, 2013; 2014; 2016; 2019). Aqui, é possível visualizar a ligação entre o lazer e as manifestações culturais tão significativas à presente pesquisa e colocadas em evidência dos documentos oficiais do programa.

Devem estar previstos a possibilidade do resgate da cultural local e o fortalecimento da diversidade cultural, promovendo interface das mais variadas manifestações e suas gerações. Atividades diversificadas facilitam a participação de públicos diferenciados; portanto, a garantia dessa diversidade deve ser tratada como prioridade pelo gestor e desenvolvida com cautela pelos agentes sociais. É imprescindível a adaptação das atividades às pessoas com deficiência (limitação física, mental, sensorial ou múltipla). (BRASIL, 2016, p. 7)

Sobre as atividades assistemáticas (festas, eventos e comemorações), eram previstos três tipos de eventos nas diretrizes do programa (BRASIL, 2014; 2016; 2019): o evento do núcleo, sendo considerado de pequeno porte, promovido apenas para os beneficiários de cada núcleo do PELC; o evento

¹² O termo 'atividades folclóricas' ou 'folclore' só aparece no texto das diretrizes do PELC a partir do ano de 2013. Porém, desde as diretrizes do programa referente ao ano de 2012 está posto que "deve estar prevista a possibilidade do resgate da cultural local e o fortalecimento da diversidade cultural, promovendo interface das mais variadas manifestações e suas gerações" (BRASIL, 2012, p. 9). Tal orientação também está presente no texto dos documentos posteriores a tal ano.

social, considerado de médio porte, promovido para estimular a socialização dentro do programa dos beneficiários com suas respectivas famílias e comunidade local; e o evento de grande porte, denominado evento do programa, no qual todos os beneficiários de todos os núcleos tornam-se o público-alvo. No que se refere as festas e comemorações dentro do PELC, elas também eram colocadas em evidência e tratadas como parte integrante na execução do programa, uma vez que possibilitam o “diálogo entre as experiências vividas e fortalecem os laços de cooperação, de solidariedade e a capacidade de construir coletivamente um patrimônio comum” (BRASIL, 2016, p. 8).

Logo, a orientação é que elas devam ser organizadas de maneira coletiva, “envolvendo a comunidade como um todo nos diversos momentos do processo” (BRASIL, 2016, p. 8). A proposta tanto das atividades sistemáticas quanto das atividades assistemáticas do PELC é que elas devam, preferencialmente, favorecer e estimular o convívio entre as gerações, promovendo essa integração.

A segunda iniciativa é a formação continuada. Tal formação era voltada aos “gestores, agentes sociais de lazer e esporte, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública, com vistas à formação e à implementação de políticas locais” (BRASIL, 2016, p. 13). Essa segunda iniciativa caracterizava-se como elemento central da proposta do programa. O PELC, após ser implementado nos municípios, ficava apenas por um período limitado (normalmente 24 meses, sendo 20 meses efetivamente voltados ao desenvolvimento das atividades nos núcleos).

Sendo assim, o desafio do programa era justamente fazer com que os parceiros entendam a necessidade de estruturar o setor de Esporte e de Lazer de sua cidade,

(...) com a constituição de órgãos responsáveis por essa política, conselhos estaduais e municipais de esporte e lazer, planos decenais, Leis Orgânicas que regulamentem os esporte e lazer na sua respectiva esfera, amplie as condições estruturais de espaços, recursos humanos e financiamento. E assim os programas nacionais passam a assumir um papel de fomentador das políticas, com uma função colaborativa no que diz respeito ao financiamento para implementação de todos os níveis e serviços de atendimento à população nas Políticas de Esporte e Lazer. (BRASIL, 2016, p. 17)

A ideia é que, após finalizado o período de vigência dos convênios, os municípios pudessem continuar ofertando atividades de esporte recreativo e de lazer, proporcionando à população o usufruto desse direito social.

A terceira iniciativa, mas não menos importante, era o monitoramento e avaliação da política de esporte e lazer. Esse monitoramento e a consecutiva avaliação deveria acontecer de forma continuada, “envolvendo gestores, agentes sociais de esporte e de lazer, articuladores regionais, orientadores científicos – pedagógicos técnicos da área de desenvolvimento dos Programas” (BRASIL, 2019, p. 6), visando sempre a qualificação das ações.

Sobre o monitoramento e avaliação de políticas públicas, Souza *et al.* (2010) explicam que esse tipo de ação deve ter claro seus objetivos e finalidades, principalmente para não ser compreendido como um “mero processo de controle em si mesmo, ou até mesmo como legitimador de decisões já tomadas” (p. 50). A ideia aqui seria então utilizar instrumentos de gestão que possam “identificar possíveis diferenças entre o resultado real e o planejado, por meio de indicadores previamente estabelecidos (SOUZA *et al.*, 2010, p. 50).

No caso do PELC especificamente, foi criado um Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação chamado de MIMBOÉ. Ele tinha como objetivo coletar os dados e as informações principalmente para “subsidiar o processo de ensino e aprendizagem das atividades desenvolvidas nos núcleos dos convênios/termo de execução descentralizada vigentes (BRASIL, 2016, p. 16).

O MIMBOÉ permite calcular indicadores que relacionam o desenvolvimento pedagógico das atividades às metas listadas nos PP's com a análise, tabulação e registro dos resultados obtidos com a aplicação periódica dos instrumentos de avaliações realizada in loco. E a partir dos resultados apontados pela análise dos instrumentos, a equipe do ME propõe as qualificações didático-pedagógicas que se fizerem necessárias. (BRASIL, 2016, p. 16)

Assim, a partir das três iniciativas citadas, o programa buscava atingir seus objetivos e suas metas.

3.1.3 Diretrizes norteadoras dos processos pedagógicos: ênfase na valorização da cultura local

O PELC tinha por meta garantir o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros por meio de ações educativas na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário; valorizando a diversidade cultural e as práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional. Nesse sentido, possuía enquanto diretrizes norteadoras dos processos pedagógicos: (a) auto-organização comunitária; (b) trabalho coletivo; (c) intergeracionalidade; (d) fomento e difusão da cultura local; (e) respeito à diversidade (cultural, étnica, religiosa, entre outras); (f) intersetorialidade; (g) municipalização/Institucionalização do Setor (BRASIL, 2019).

Sobre a diretriz norteadora *fomento e difusão da cultura local*, tal diretriz evidenciava que, com o advento da globalização, algumas manifestações culturais regionais se tornaram conhecidas por muitas pessoas a partir de sua divulgação nas redes sociais ao mesmo tempo em que passaram a ser pouco valorizadas, ou mesmo esquecidas, nas comunidades locais. Silva e Gomes (2017) exemplificam tal situação.

Para abordar a questão do fomento e da difusão da cultura local enquanto uma diretriz do PELC, começamos com as seguintes questões: você já assistiu a uma apresentação de Cavalo-Marinho? Conhece a história do Cavalo-Marinho? Talvez você já tenha ouvido falar de Cavalo-Marinho, mas não conheça bem esse folguedo, porque ele é uma manifestação cultural característica de uma determinada região pernambucana, a Zona da Mata. Para conhecê-la de perto, não são necessários recursos financeiros, pois, por ser uma manifestação popular própria da cultura local, não se cobra ingresso para assisti-la. Com o advento da globalização, entretanto, o Cavalo-Marinho começou a ser conhecido por mais pessoas a partir de sua divulgação nas redes sociais. Por outro lado, passou a ser esquecido e pouco valorizado pela própria comunidade local, em decorrência das novidades difundidas por diversos meios de comunicação de massa. (SILVA e GOMES, 2017, p. 57)

Assim, o programa tinha como uma de suas orientações essenciais o fomento e valorização da cultura local¹³, daquilo que é próprio de cada lugar, que

¹³ Em todas as diretrizes do PELC analisadas nesta pesquisa (BRASIL, 2011; 2012; 2013; 2014; 2016; 2019), o termo “cultura local” está presente. Entendendo a cultura local como manifestações e/ou práticas desenvolvidas naquela localidade onde o programa está sendo

não vem necessariamente de mídias televisivas, da internet, mas que se construiu a partir de relações estabelecidas naquele território. Aqui, temos outro gancho para a presente pesquisa. Conforme pontuam Silva e Gomes (2017), “para que o PELC tenha êxito, no que se refere à concretização de suas diretrizes, torna-se imprescindível fomentar e difundir a cultura local” (p. 58).

Para que essa valorização da cultura local tivesse êxito no desenvolvimento das atividades do PELC, ou seja, para que os indivíduos envolvidos em tais atividades reconhecessem e se interessassem por elas, as atividades de lazer deveriam ser pensadas a partir de um estudo prévio sobre o local onde elas serão desenvolvidas. De acordo com Dias, Debortoli e Caú (2018),

o diagnóstico da realidade local é condição importantíssima para uma oferta adequada de atividades nesse setor, na medida em que permite conhecer as disponibilidades e carências de infraestruturas e programação, bem como as expectativas e necessidades dos diferentes segmentos a serem atendidos com as políticas públicas. (DIAS, DEBORTOLI e CAÚ, 2018, p. 16)

Dessa forma, entendemos que se torna necessário compreender a realidade do local onde as práticas de lazer serão desenvolvidas e, principalmente, qual é o interesse real da população acerca de tais práticas. Cada cidade, cada bairro, cada local possui particularidades a serem levadas em consideração, que irão retratar as formas de relacionamento dos indivíduos que ali residem, suas representações e seus símbolos e, principalmente, suas maneiras de viver (DIAS, DEBORTOLI e CAÚ, 2018).

Com isso, não devemos perder de vista que uma das principais características da realidade brasileira é a acentuada diversidade existente entre as regiões, estados, municípios, bairros, populações e grupos. Portanto, quanto mais levantarmos as informações e pontos de vistas das pessoas, maior será a possibilidade de identificar e avaliar os problemas e as demandas para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer. (DIAS, DEBORTOLI e CAÚ, 2018, p. 17)

No caso do estado da Bahia, onde o PELC-Bahia foi implementado, temos uma diversidade cultural muito grande. Além de terem sido 100 núcleos implementados em 78 municípios diferentes, as populações e grupos atendidos também foram muito diversificados. Os interesses culturais e as necessidades e

desenvolvido, não pretendemos aqui rotular tais práticas. A ideia é compreender como o programa faz a apropriação dessa cultura.

aspirações de cada um desses grupos atendidos eram diversos. Um aspecto importante nesse processo de valorização da cultura local, principalmente no contexto do PELC-Bahia, seria então enfatizar a importância da atenção e do valor da vida das pessoas em seus contextos e singularidades, uma vez que os coordenadores do programa estariam diante de uma diversidade de experiências culturais que constituem as pessoas em seus contextos (DIAS, DEBORTOLI e CAÚ, 2018).

Para ilustrar essa diversidade cultural, trazemos os depoimentos da coordenadora geral e da coordenadora pedagógica do PELC-Bahia.

A gente tem culturas muito fortes, folclores muito fortes, lendas, parlendas, né? Eh contos, causos, né? Que fazem parte da nossa cultura enraizada de uma forma.

Bahia é muito rico, minha filha. É muito rico no folclore alimentício por exemplo. Né? A gente tem a cultura daquelas comidas de que você come em determinada época que pode, que não pode, que sabe assim aquela coisa de você saber que isso pode comer, isso não pode comer, mas não pode, mas não, não pode, não pode, porque se comer morre. Algumas cidades você não sai determinado dia na rua. Porque é o dia que o lobisomem faz a troca. Então assim, é Andorinhas, que ela é um lugar do PELC... Esta aí foi uma sede do PELC. Andorinha tem um dia na cidade que as pessoas não saem na rua por conta do lobisomem. Né? Então assim, é muita... é muito folclore enraizado e vivo. Né? Eh o São João né? Também da gente que é um negócio riquíssimo. Né? É muita comida, é muita bebida, é muita história, é muita cantoria, é muito ritmo, é muito caos. (Entrevista DOCIO, 2020)

Nós vivemos num estado extremamente enorme. Somos quatrocentos e dezessete município e dentre esses quatrocentos e dezessete municípios cada um tem uma especificidade. Então tem locais que no Carnaval eles trabalham com as caretas que são fantásticas. Tem locais que trabalha com meu boi, tem locais que ainda trabalham com charangas. (Entrevista SANTANA, 2020)

Nosso estado ele é multicultural, e assim eu digo a você por conhecer também boa parte dos municípios do nosso estado, nós temos uma cultura, nós temos uma fala, um linguajar, a língua, a forma de tratar, desculpe, a forma de tratar, a forma de falar, a forma de viver é tudo muito diferente. (Entrevista SANTANA, 2020)

Dessa forma, a diretriz *Fomento e difusão da cultura local* estaria intimamente relacionada à diretriz *Respeito à diversidade (cultural, étnica, religiosa, entre outras)*, para além das construções eurocentradas, fomentadas pelo formato acadêmico e da cultural industrial. Logo, pensando na valorização da cultura local, as manifestações culturais apropriadas pelo programa influenciaram de alguma forma na elaboração dos processos de formação identitária no que diz respeito à identidade cultural dos envolvidos?

3.1.4 Sobre os convênios e desenvolvimento dos núcleos

Apesar do objeto dessa pesquisa ser o PELC-Bahia, convênio firmado a partir do edital referente ao ano de 2014, para a elucidação do próprio PELC, torna-se relevante frisar que, até o ano de 2018, o programa funcionava a partir de dois tipos de parceria: convênios - entre o antigo Ministério do Esporte e Municípios, Governos do Estado, Distrito Federal, Universidades Estaduais, instituições do chamado Terceiro Setor (iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil); e termos de execução descentralizada - entre o antigo Ministério do Esporte e Universidades Públicas Federais ou Institutos Federais de Educação. A partir do novo documento que publicita as diretrizes do programa para o ano de 2019¹⁴ (BRASIL, 2019), as parcerias passaram a existir apenas como convênios, existentes entre o Ministério da Cidadania, que abriga a Secretaria Especial de Esporte, os Municípios e o Distrito Federal.

Conforme as diretrizes do programa (BRASIL, 2011; 2012; 2013; 2014; 2016; 2019), o acesso ao PELC ocorria por meio de chamamento público (edital), de emenda parlamentar ou proponente específico (propostas de Proponentes específicos definidos pelo Concedente para determinados programas) justificado por necessidade específica. Assim, o PELC se desenvolvia a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer nos Municípios Brasileiros e/ou Distrito Federal, onde ocorriam as atividades pactuadas, em locais onde era garantido fácil acesso à comunidade local.

¹⁴ Após a mudança ocorrida em janeiro de 2019, em que o Ministério do Esporte é extinguido e transformado em uma secretaria (Secretaria Especial do Esporte) dentro do Ministério da Cidadania, houve a publicação das diretrizes do PELC referentes ao ano de 2019. A parceria com as universidades federais foi desfeita e os formadores que eram vinculados a essas universidades pararam de atuar no PELC. Houve trocas da logo e do slogan do programa, porém com o indicativo que ele continuaria sendo ofertado pela Secretaria Especial do Esporte através dos seus chamamentos públicos (publicação de editais). Nos anos seguintes (2020 e 2021), não houve publicação de nenhum edital, dando a entender que o programa foi extinto. Essa situação pode ser justificada pela pandemia de covid-19 que assolou o Brasil e o mundo no ano de 2020. Porém, em janeiro de 2022, a prefeitura de Santa Luzia/MG divulgou uma notícia informando que as atividades do PELC foram retomadas. Na notícia, são informados os endereços dos núcleos e o telefone para contato, assim como a grade de oficinas ofertadas. Como no site do Ministério da Cidadania não houve publicação de novos editais, acreditamos que os municípios que já tinham convênios firmados antes da pandemia estejam retomando as atividades, a exemplo de Santa Luzia/MG.

Para se compreender melhor a ideia de núcleos de esporte recreativo e lazer, eles eram espaços públicos nos quais as atividades previstas eram desenvolvidas.

As praças, as quadras, os salões paroquiais, os ginásios esportivos, os campos de futebol, e os clubes sociais, são exemplos de espaços destinados aos núcleos. São nestes locais onde as atividades de lazer, de esporte, culturais, artísticas e intelectuais são realizadas, tendo como princípio a gestão participativa e democrática. (BRASIL, 2019, p. 6)

É interessante salientar que, visando à ressignificação dos espaços esportivos e de lazer existentes e à busca de outros para a efetivação das políticas públicas, os núcleos eram tratados como locais de referência e poderiam descentralizar as suas ações/atividades para outros espaços configurados como subnúcleos. Assim, estes eram definidos como uma extensão do núcleo, e deveriam possuir estrutura compatível às exigências do Programa para o atendimento da população.

Conforme as diretrizes (BRASIL, 2011; 2012; 2013; 2014; 2016; 2019), com vistas a garantir que o núcleo cumprisse seu papel de aglutinador, cada núcleo poderia ter em sua comunidade, no máximo, dois subnúcleos, que deveriam manter vínculo direto com o núcleo. A indicação do endereço de núcleo deveria ser de fácil acesso a comunidade e contemplaria espaços que permitissem o desenvolvimento das atividades, sejam eles localizados em regiões urbanas, rurais ou comunidades - povos tradicionais e povos indígenas.

Pensando na diferenciação da localização dos núcleos, seja em regiões urbanas ou em regiões rurais, além de comunidades tradicionais e/ou povos indígenas, os tipos de núcleos possuíam características diferentes. Os núcleos considerados urbanos eram aqueles que estivessem situados na sede do município, poderiam ser instalados em bairros e em áreas metropolitanas periféricas agrupadas em seu redor, com o objetivo de atender aos habitantes dessas localidades.

Já os núcleos para os povos e comunidades tradicionais eram voltados especificamente para tal público-alvo, que conforme estabelecido no Decreto n.º 6.040, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam

territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Logo, de acordo com as diretrizes¹⁵ do PELC, eram consideradas comunidades tradicionais:

(...) povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais, kalungas, pomeranos, faxinalenses, comunidades de fundos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, pantaneiros e demais sujeitos sociais emergentes, cujas identidades coletivas se fundamentam em direitos territoriais e numa autoconsciência cultural. (BRASIL, 2019, p. 7)

O programa possuía uma meta de atendimento, quantitativo, para cada núcleo. Até 2018, cada núcleo do PELC deveria ter 400 atendimentos em oficinas dos diversos conteúdos culturais do lazer, podendo o mesmo beneficiado participar de várias oficinas. A partir das diretrizes de 2019, este número foi reduzido para 300 pessoas.

No caso dos núcleos PELC - Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, o número de atendimento poderia ser menor, tendo em vista a singularidade e a realidade populacional local. No caso do PELC-Bahia, foco da pesquisa, a meta de atendimento ainda era de 400 beneficiários por núcleo. Conforme o depoimento a seguir, essa meta foi atingida nos primeiros meses de desenvolvimento do programa.

Em dezembro, inicialmente, é... a gente já tinha as aulas rolando com a comunidade, e ainda estávamos fazendo matrícula. Em janeiro, a gente tava com 100% da nossa capacidade. A gente usou, a gente lançou, a gente não entrou com aquela ideia de começar com o início do ano, não. A gente pegou o final do ano para estruturar, em dezembro porque não teria aula pra poder fazer aquela liga com a comunidade, que o pessoal estaria mais em casa por conta do final de ano. A gente apostou no inverso. O pessoal geralmente gosta de apostar pra começar tudo no início do ano. A gente não. A gente sabia que a gente tinha uma logística muito grande para chegar nos municípios... eu tinha núcleo que ficava a mil quilômetros daqui! (Entrevista DOCIO, 2020)

O público-alvo do programa englobava pessoas de todas as idades. Figueiredo (2009) explica que este era o diferencial do PELC em relação a outros

¹⁵ A diferenciação dos núcleos, principalmente com a inclusão das comunidades tradicionais, está presente a partir das diretrizes do PELC referentes ao ano de 2012 (BRASIL, 2012).

programas e/ou projetos sociais, pois ele possuía um desenho conceitual diferenciado. Ele se refere principalmente ao fato deste programa

ter um trato intergeracional (atingindo, crianças, jovens, adultos e idosos) e contemplar uma amplitude de manifestações culturais, considerando a identidade da cultura local, além de propiciar uma educação sistemática no tempo livre (lazer), dotando de sentido os espaços da cidade (a rua, o parque, as praças), valorizando o ressignificando as práticas sociais comunitárias. (FIGUEIREDO, 2009, p. 32)

Como já informado anteriormente, conforme as diretrizes do programa (BRASIL, 2011; 2012; 2013; 2014; 2016; 2019), nos núcleos e subnúcleos do PELC, deveriam ser desenvolvidas atividades sistemáticas, denominadas de oficinas e/ou atividades regulares, e atividades assistemáticas, que seriam os eventos (festas e comemorações).

Para as atividades sistemáticas, as diretrizes do PELC estipulavam uma série de fatores a serem considerados. Por exemplo, tais oficinas precisariam acontecer nos espaços de funcionamento dos núcleos e deveriam contemplar os interesses da cultura corporal e lúdica, sendo organizadas com as características e interesses da comunidade.

Outro fator a ser considerado é a frequência de tais oficinas. Neste caso, a participação dos beneficiados poderia ter caráter permanente e/ou rotativo, e as oficinas deveriam ser ofertadas, no mínimo, três vezes por semana nos turnos matutino, vespertino e noturno. Com relação à carga horária, em geral, as oficinas deveriam ter duração mínima de 1h cada e no máximo 2h.

Conforme informado anteriormente, as diretrizes do PELC ainda sugeriam tipos de atividades a serem desenvolvidas em tais oficinas, eram elas:

Atividades físicas: alongamento, caminhada, ginástica, natação, hidroginástica, watsu, yoga, pilates, shiatsu; Atividades esportivas: voleibol, handebol, basquete, futebol, skate, tênis de mesa, câmbio; Atividades culturais e artísticas: música, teatro, artesanato, filmes, sala de leitura; Danças: regionais, contemporâneas, clássicas, ginástica coreografada; Capoeira e suas adaptações; Jogos populares e de salão; Jogos cognitivos: dama e xadrez; Folclóricas; e Brinquedotecas. (BRASIL, 2019, p. 8-9)

É importante frisar que existia a previsão, nas diretrizes do PELC, da possibilidade do resgate da cultural local e o fortalecimento da diversidade

cultural, promovendo interface das mais variadas manifestações e suas gerações. Sendo então a diversidade de atividades a serem ofertadas durante as oficinas uma preocupação explícita nas diretrizes do programa.

Como o público-alvo eram pessoas de todas as idades, quanto maior a diversidade de atividades ofertadas (teoricamente) maior seria também a facilidade de participação de públicos diferenciados, portanto, a garantia dessa diversidade deveria ser tratada como prioridade pelo gestor e desenvolvida com cautela pelos agentes sociais, sendo imprescindível a adaptação das atividades às pessoas com deficiência (limitação física, mental, sensorial ou múltipla). A ideia aqui não era encarar essa diversidade de atividades como um menu ou um supermercado de práticas, onde o participante poderia escolher uma atividade hoje e outra amanhã. O programa visava possibilitar o envolvimento dos beneficiários a partir de sua participação. Ou seja, mais importante do que a variedade de práticas ofertadas, seria então o foco no envolvimento do indivíduo na atividade, despertando nele o pensamento crítico sobre ela e sobre o seu direito a ela e criando vínculo com o local e os indivíduos atendidos no processo.

Pensando justamente nessa diversidade de atividades, para que o público-alvo estivesse ciente delas, e estivesse ciente principalmente dos horários em que elas ocorriam, as diretrizes do programa também previam que os núcleos deveriam divulgar as atividades oferecidas (oficinas e/ou atividades regulares) no formato de grades horárias com local e horário pré-estabelecidos, após considerar a distribuição da equipe de trabalho (coordenadores e agentes sociais). Lembrando que as oficinas deveriam ser ofertadas com frequência mínima de três vezes por semana, inclusive aos finais de semana, nos turnos matutino, vespertino e noturno com duração mínima de uma hora cada.

Uma novidade que veio a partir das diretrizes de 2019 do PELC foi a participação de um agente intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o acesso da população surda nas atividades. De acordo com as diretrizes, a grade horária das oficinas precisava conter também a previsão para a realização da Formação em Serviço das pessoas envolvidas no desenvolvimento das ações do PELC, caracterizada por encontros semanais de planejamento e aprofundamento de temas relacionados à execução do programa.

Já com relação às atividades assistemáticas do PELC, elas deveriam ser desenvolvidas levando em consideração sua potencialidade na socialização. Apesar de tais atividades serem compostas de palestras, mostras de filmes, reuniões, resenhas, entre outros, exemplificaremos esse potencial na socialização com as festas promovidas no âmbito do PELC. Nesse sentido, Bueno (2008) explica que as festas são ocasiões para as pessoas se reunirem e delas saírem fortalecidas, pois nelas se instala o clima de descontração, despreocupação. A festa tem a leveza e nela se conecta com 'o outro'. A mesma autora ainda afirma que

a festa, em todas as suas diferentes modalidades e seus múltiplos significados e contextos, tem em comum o fato de criar um espaço essencial para fortalecer e nutrir a rede das relações sociais, a parte humana vital da chamada 'teia da vida'. (BUENO, 2008, p. 52)

BUENO (2008) esclarece que a complexidade e a riqueza da festa vêm sendo abordada por diversos autores. Amaral (1998), por exemplo, informa que a festa é capaz de celebrar, sacralizar e ironizar a experiência social e pessoal dependendo do seu contexto. A mesma autora explica que a festa é capaz de apreender o sentido de cidadania proporcionando um despertar da consciência de grupo e, principalmente, da comunidade. BUENO (2008) aponta que as festas comunitárias ocupam um lugar privilegiado na cultura brasileira. Ela explica que

seu forte apelo aos sentidos atrai e envolve tanto a comunidade quanto os visitantes e admiradores. Nas festas, por todo o Brasil, o jogo de cores, os ritmos, as toadas, os bailados e as comidas se multiplicam e encantam os que dela participam, criando um envolvimento que, de certa forma, dilui barreiras e fronteiras entre o sagrado e o profano, rico e pobre, brancos e mulatos. (BUENO, 2008, p. 53)

Dessa forma, como informado anteriormente, os eventos no âmbito do PELC deveriam ser compreendidos como parte integrante da execução do Programa, organizados de forma coletiva envolvendo a comunidade como um todo em diversos momentos do processo.

Sendo assim, conforme as diretrizes do PELC (BRASIL, 2011; 2012; 2013; 2014; 2016; 2019), os núcleos deveriam organizar e realizar, de forma participativa (planejamento, execução e avaliação), eventos de esporte

recreativo e lazer (lançamento e encerramento do Programa, festivais culturais, esportivos, artísticos, gincanas, ruas de lazer e colônias de férias).

Apesar das diretrizes anteriores à de 2019 já enfatizarem a importância da realização de eventos pelo PELC, e explicitarem os tipos de eventos possíveis de serem realizados no âmbito do programa, somente com as diretrizes de 2019 é que veio estipulada a obrigatoriedade de execução de 3 eventos durante o período de vigência do convênio. Tais diretrizes estipulavam que os eventos poderiam ser planejados conforme seguinte cronograma de execução:

- a) Evento do Programa – lançamento: Evento do Programa (grande porte): devem participar os beneficiados de todos os núcleos e a comunidade local para lançamento do Programa e para divulgação das ações para população - **obrigatório a realização de 1 (um) evento.**
- b) Evento Comemorativo: Os eventos podem ser planejados de acordo com datas comemorativas (Dia do Idoso, Dia Mundial da Saúde, Dia dos Avós, Pais, Mães, Dia das Pessoas com Deficiência, etc) ou períodos de ciclos culturais (festas nacionais, festivais esportivos, artísticos, culturais, férias escolares, festas folclóricas, colônia de férias, dentre outros) – **obrigatório a realização de 1 (um) evento.**
- c) Evento do Programa – encerramento: devem participar os beneficiados de todos os núcleos e a comunidade local para finalização das ações do Programa - **obrigatório a realização de 1 (um) evento.** (BRASIL, 2019, p. 10)

Torna-se importante salientar que toda a preocupação com o planejamento e execução dos eventos no âmbito do programa não deveriam deixar de lado o trato intergeracional dele. As diretrizes explicitavam que “é imprescindível que sejam previstas atividades sistemáticas e eventos que favoreçam e estimulem o convívio entre gerações” (BRASIL, 2019, p. 10).

Apesar das diretrizes estipularem como obrigatório o desenvolvimento de 3 (três) eventos durante o período de vigência do convênio, também orientavam que outros eventos, além dos já informados, poderiam ser promovidos, de forma adicional, como eventos de integração, festivais, roda de conversas, sarau, entre outros.

Dada a importância da realização dos eventos no âmbito do programa, tanto as diretrizes anteriores quanto a diretriz de 2019 estipulavam que

podem ser previstos itens para financiamentos como: locação de sonorização, palco, banheiros químicos, brinquedos, tendas, transporte, lanche e água. Não é permitida a aquisição de material permanente nesse item, não serão financiados equipamentos para shows e é vedado o pagamento de cachês para bandas, grupos ou cantores individuais. (BRASIL, 2019, p. 10)

Dessa maneira, o recurso financeiro disponibilizado para o desenvolvimento do programa previa os itens necessários para a realização dos eventos.

3.1.5 Sobre os recursos humanos do programa

Com relação aos recursos humanos previstos nas diretrizes do programa, eles foram modificados para cada uma das diretrizes publicadas. Explicitaremos aqui aqueles que estão postos nas diretrizes do PELC referentes ao ano de 2016 (BRASIL, 2016). A compreensão acerca dos recursos humanos envolvidos no PELC é essencial para o entendimento sobre a escolha das pessoas participantes dessa pesquisa.

Nas diretrizes do programa referentes ao ano de 2016 (BRASIL, 2016), eram previstos para cada núcleo do PELC os seguintes recursos humanos, com os respectivos tempos de contratação na parceria de 24 meses: 01 Coordenador Geral – (responsabilidade da entidade parceira) - 24 meses de atuação; 01 Coordenador Pedagógico - 22 meses de atuação; 01 Coordenador Setorial – a partir de 20 núcleos - 22 meses de atuação; 01 Coordenador de Núcleo - 21 meses de atuação; 06 Agentes Sociais de Esporte e de Lazer para atuarem em cada núcleo - 21 meses de atuação.

No caso do PELC-Bahia, estavam envolvidos 01 Coordenadora Geral; 01 Coordenadora Pedagógica; 05 Coordenadores Setoriais; 100 Coordenadores de Núcleo; 600 Agentes Sociais de Esporte e de Lazer; além de outros coordenadores administrativos contratados através da contrapartida financeira proveniente do estado da Bahia.

O Coordenador Geral seria aquele de responsabilidade da entidade conveniada, devendo ser um servidor da entidade indicado por meio de Termo de Compromisso. No caso do PELC-Bahia, a coordenadora geral era funcionária da SUDESB. Conforme as diretrizes, ela teria como principais funções e atribuições:

- Coordenar a fase de estruturação do convênio;
- Monitorar as atividades desenvolvidas pela entidade conveniente a fim de garantir a boa execução do objeto pactuado;

- Dialogar constantemente com o interlocutor SICONV, bem como, auxiliar o coordenador pedagógico na execução das atividades por ele desenvolvidas;
 - Garantir a participação da Entidade de Controle Social, com vistas a efetivar a participação popular no controle e fiscalização do pleno desenvolvimento do programa;
 - Garantir a criação e o desenvolvimento das atividades do Conselho Gestor do Programa;
 - Participar da estruturação e da realização dos módulos de formação desenvolvidos pelo Ministério da Cidadania, acompanhando a realização da formação em serviço dos núcleos e das capacitações oferecidas pela SNELIS/MC;
 - Acompanhar e monitorar de forma periódica as atividades desenvolvidas nos núcleos, em parceria com o coordenador de núcleo;
 - Assegurar a visibilidade do projeto, utilizando as orientações de identificação visual do Governo Federal/ Ministério da Cidadania;
 - Planejar as ações de divulgação do programa em consonância com o estabelecido com a Proposta de Trabalho;
 - Elaborar os relatórios de execução do convênio juntamente com o coordenador –de núcleo;
 - Manter permanente contato com Orientador Pedagógico e Técnico SNELIS responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação do convênio.
- (BRASIL, 2016, p. 11-12)

A partir das atribuições previstas, podemos inferir que a coordenadora geral possuía grande conhecimento acerca do PELC-Bahia. Por isso, ela foi escolhida como pessoa a ser entrevistada para podermos contextualizar o convênio estudado. O fato da coordenadora geral ser o elo de ligação entre o orientador pedagógico, o técnico da SNELIS e a coordenadora pedagógica do PELC-Bahia facilita o entendimento sobre como as orientações pedagógicas eram desenvolvidas no programa e como os envolvidos as interpretava, uma vez que, pelo menos na teoria, cada convênio teria autonomia no desenvolvimento das atividades de lazer ofertadas em cada núcleo e na adaptação de tais atividades a realidade de cada município envolvido.

Outra pessoa considerada importante para o desenvolvimento dessa pesquisa e que também foi escolhida para ser entrevistada foi a coordenadora pedagógica. Como ela possuía contato permanente com os núcleos, sempre observando e qualificando o trabalho desenvolvido neles, ela era a responsável por todo o trabalho pedagógico envolvido no desenvolvimento das atividades de lazer ofertadas nos núcleos. Dentre as principais funções e atribuições dela no programa estavam, conforme indicam as diretrizes,

- Organizar, com os demais agentes do processo, as inscrições, o planejamento geral das atividades sistemáticas e assistemáticas zelando pelo controle de frequência da equipe;
 - Coordenar a organização das diversas etapas do processo de formação;
 - Assegurar a realização da formação em serviço por meio de reuniões regulares com os coordenadores pedagógicos setoriais (quando houver), coordenadores de núcleos e agentes sociais;
 - Acompanhar e monitorar de forma periódica as atividades desenvolvidas nos núcleos, em parceria com o coordenador geral e coordenador setorial (quando houver);
 - Participar dos módulos de formação continuada, da formação em serviço e de capacitações oferecidas pela SNELIS/ME.
- (BRASIL, 2016, p. 12)

Como o foco da pesquisa é justamente compreender como a apropriação de manifestações culturais pelo PELC influenciaram (ou não) o processo de identificação cultural dos envolvidos, a coordenadora pedagógica poderia nos trazer informações sobre as atividades desenvolvidas no PELC-Bahia e sobre os processos de formação pelos quais as pessoas responsáveis pelo desenvolvimento dessas atividades foram inseridas.

Além dessas duas pessoas, os coordenadores dos núcleos também foram alvo da pesquisa. As diretrizes do PELC fazem a previsão de 1 coordenador de núcleo por núcleo implementado pelo convênio. No PELC-Bahia, tivemos um total de 100 coordenadores de núcleos atuando. Todos eles profissionais com graduação em Educação Física, devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física da Bahia (CREF13). Esses indivíduos acompanhavam diariamente as atividades de lazer desenvolvidas nos núcleos, além de participarem efetivamente de todas as formações ofertadas pelo programa.

Conforme as diretrizes, eles eram indivíduos que respondiam pelos núcleos em relação ao “trabalho dos agentes, às atividades desenvolvidas, à participação da comunidade nas atividades, aos eventos realizados e a outros aspectos que fizerem parte do espaço” (BRASIL, 2016, p. 13). E, por isso, foram escolhidos para responderem o questionário da pesquisa. Conforme o relato a seguir, a quantidade de coordenadores de núcleo que atuaram efetivamente no PELC-Bahia pode ter sido mais do que os 100 previstos, devido à rotatividade.

Alguns agentes sociais mudaram ao longo do processo, alguns coordenadores também, uns porque saíram do país, outros porque arranjaram outros empregos, outros porque, por algum motivo pessoal ficaram impossibilitados de se manter no estado, acompanhando o marido teve voltar, enfim para outro estado. (Entrevista DOCIO, 2020)

Para além dos coordenadores de núcleos, os agentes sociais que atuaram efetivamente com as atividades ofertadas, sejam elas sistemáticas (oficinas) e/ou assistemáticas (festas, eventos e comemorações) também foram considerados alvos dessa pesquisa. Como eles atuavam diretamente com os beneficiários do programa, ministrando as oficinas e convivendo diariamente com a comunidade atendida, a visão deles sobre o desenvolvimento das atividades e sobre as relações sociais envolvidas nas experiências culturais é de grande valia. No caso do PELC-Bahia, foram teoricamente 600 agentes sociais atuando efetivamente no programa. De acordo com a coordenação geral, devido à rotatividade, essa quantidade de agentes também pode ter sido maior.

A rotatividade, no meio de um PELC desse que tem 600 pessoas, no mínimo tem 30, 40 pessoas entrando e saindo. Uns 15 saindo, uns 15 entrando, né? Então a rotatividade era muito grande.

(...)

Ou seja, dos 600 estudantes nos diversos momentos, que foram... a gente chegou a quase dois mil e tantos, com essa rotatividade ao longo dos anos, né, que o PELC ficou. (Entrevista DOCIO, 2020)

Dessa forma, os agentes sociais também foram convidados a responderem o questionário digital.

3.2 Interfaces entre o lazer e a cultura (ou as culturas?)

Quando analisamos o lazer, não podemos deixar de pensar em cultura. Pesquisadores e estudiosos do lazer por vezes o identificam como parte da cultura, como dependente da cultura, como produtor da cultura ou mesmo como uma dimensão da cultura (MARCELLINO, 1997; MAGNANI, 1998; DUMAZEDIER, 2004; ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004; GOMES, 2014).

Marcellino (2004) pontua que o lazer é entendido como a cultura, essa última no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. Gomes (2004) afirma que o lazer possui um grande potencial enquanto uma das esferas de construção dinâmica da cultura, ou seja, ele faz parte da cultura. Mascarenhas (2003) explica que “as manifestações de lazer e divertimento, bem como o arranjo espacial decorrente dessas práticas, permitem a formação de redes de sociabilidade” (p.124), e tais redes orientam a produção de cultura. Ou seja, o lazer também produz cultura.

Gomes (2014) aborda da temática do lazer compreendendo-o como uma necessidade humana e como uma dimensão da cultura. Seguindo tal interpretação, o lazer seria estabelecido a partir da ludicidade e seria constituído como uma “prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais situadas em cada contexto – e não somente nas chamadas sociedades modernas, urbanizadas e industrializadas” (GOMES, 2014, p. 9).

É interessante salientarmos que, de acordo com a autora, para que possamos compreender o lazer, ele deve ser investigado como um “fenômeno social, político, cultural e historicamente situado” (GOMES, 2014, p. 12). Constituído conforme as peculiaridades do contexto no qual se desenvolve, o lazer pode implicar na produção de cultura – no sentido de construção e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos pelas pessoas, grupos e instituições. Essas ações são construídas em um tempo/espaço, dialogam e sofrem interferência das demais esferas da vida em sociedade e nos permitem ressignificar continuamente a cultura.

Assim, podemos perceber que as duas áreas de conhecimento, lazer e cultura, possuem interfaces, e que para se debruçar sobre uma é necessário também ter conhecimentos sobre a outra. Alves (2003) chama a atenção para a necessidade de se aprofundar os conhecimentos sobre a cultura ao associar

com ela o lazer, evitando, assim, análises superficiais sobre o assunto. Corbin (2001) afirma que “cultura” é um termo emaranhado, que reúne muitas atividades e atributos em um só feixe, podendo, na verdade, confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. É necessário, portanto, em sua análise, “desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes” (p. 22). Quando este estudo se refere à cultura no âmbito do lazer, não está reduzindo-o a um único conteúdo, de uma perspectiva parcial, como pode ocorrer quando se utiliza a palavra cultura que, em geral, é associada a conteúdos artísticos, por exemplo.

Raymond Williams, em seu livro *Sociología de la cultura*, inicia a reflexão sobre a palavra cultura apontando as designações do termo.

Este término empieza por designar un *proceso* -la cultura (cultivo) de granas o (cría y alimentacion) de animales, y por extension la cultura (cultivo activo) de la mente humana- y, a finales dei sigla XVIII, especialmente en alemán y en inglés, acaba por designar una *coniiiguración* o *generalizacion* dei «espírita» que conformaba «todo el modo de vida» de un pueblo en particular.
(WILLIAMS, 1994, p. 10-11)

Nessa linha de pensamento, a palavra “cultura” apresenta dois significados básicos. O primeiro significado diz respeito ao processo de cultivo, seja no sentido de cultivo agrícola, seja no sentido do cultivo da mente humana. Eagleton (2011) salienta que, se cultura significa cultivo, um cuidar que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere:

uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos no mundo e o que o mundo nos faz. É uma noção “realista”, no sentido epistemológico, já que implica a existência de uma natureza ou matéria-prima além de nós; mas tem uma dimensão “construtivista”, já que essa matéria-prima precisa ser elabora numa forma humanamente significativa. (EAGLETON, 2011, p. 11)

Dessa forma, apesar da relação existente entre cultura e natureza, a própria palavra cultura, pensada nessa ótica dialética, acaba por desconstruir a oposição entre os dois termos. Sobre esse primeiro significado, Almeida e Gutierrez (2004) explicam que ela (a cultura) designa a formação do homem enquanto agente consciente, “referindo-se ao homem como ser uno à procura do autoconhecimento e em estreita relação com as artes e ofícios” (p. 68-69). Ainda sobre esse significado, eles pontuam que cultura compreendida desta

forma é normativa e ela é adquirida pelo indivíduo, desde a infância (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004).

Nessa linha de pensamento, a ideia de cultura poderia então representar uma dupla recusa: seja do determinismo orgânico, seja da autonomia do espírito. Eagleton (2011) interpreta tal rejeição tanto do naturalismo quanto do idealismo insistindo que, contra o primeiro, existe algo na natureza que “a excede e a anula”, e contra o idealismo, que “mesmo o mais nobre agir humano tem suas raízes humildes em nossa biologia e no ambiente natural” (p.14). Sendo assim, podemos inferir que, a partir dessa linha de pensamento, não somos apenas seres naturais ou culturais, mas produto da união dessas duas marcas humanas remodeladas pela capacidade simbólica e criativa.

O segundo significado para a palavra “cultura” indica o modo de vida de um povo. Nesse sentido, conforme Almeida e Gutierrez (2004), a cultura passa a ser entendida como a construção de uma integralidade através das tradições, técnicas, instituições, advindas de um sistema histórico, parte integrante e indissociável do repositório do saber partilhado por uma determinada comunidade. Sob tal viés, a referência mais assertiva para a cultura seria a ideia de comunidade. Azevedo (2017) explica que as pessoas vivem e compartilham juntas um certo tipo de organização, a qual cultiva suas mentes para a gama de atividades conformadoras da prática social em seu conjunto. Ou seja, a comunidade tida como organização social global materializa-se em instituições concretas, como a política, a arte e a ciência. Nessa linha de pensamento, Williams (2001) explica que

toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. [...] A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado, e, no entanto, ela se constrói e reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, dos propósitos e significados, de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. (WILLIAMS, 2001, p. 52-53)

A comunicação explicita a existência de uma rede de sentidos e significados que estão por toda parte: não somente na língua falada e escrita, mas também relacionada aos ritmos, tons, imagens e padrões (AZEVEDO,

2017). Dessa forma, a cultura mostra-se dinâmica, indicando um processo no qual os signos permanecem, a partir da morte do indivíduo, porém também se modificam, sofrendo atualizações a partir das vivências experimentadas pelas pessoas pertencentes à comunidade. Ela sobrevive no processo de organização, tendo uma recriação contínua de significado sem a qual a sociedade como tal não poderia existir.

Além dos dois significados indicados anteriormente, Williams (2007) ainda apresenta outra possibilidade ampla de uso para o termo “cultura”, sendo “o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística” (p.121). Nesse caso, cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro, cinema, dança.

Analisando as possibilidades apresentadas, podemos inferir que todos os indivíduos são produtos e produtores de cultura, esta última concebida como produção humana e como dimensão simbólica. E, analisando a relação existente entre cultura e lazer, sob tal ótica, podemos perceber o potencial de produção do próprio lazer, sendo ele parte integrante da cultura. Assim, a cultura pode ser entendida como uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas e biológicas, ainda que já tenha sido tratada dessa forma¹⁶. O próprio Williams, em sua obra “Marxismo e Literatura” (1979), apresenta o conceito de cultura como uma construção ou problema histórico, que sofreu (e sofre) influências de outros conceitos, tais como “Sociedade” e “Economia”. Apesar de termos apresentado até aqui um panorama geral a respeito das possibilidades de usos para a palavra cultura, seguiremos a reflexão no intuito de compreendê-la sob a ótica da pesquisa.

Durante sua reflexão sobre o conceito de cultura, Williams (2001) explica que ela (a cultura) guarda uma “complexidade genuína, correspondente a elementos reais na experiência” (p.59). Ou seja, para analisá-la, o pesquisador deve levar em consideração as funções destinadas à mesma ou os interesses referentes às dimensões de sua dinâmica simbólica que apontam três conceitos

¹⁶ Roque Laraia, no livro “Cultura: um conceito antropológico” (2007) discute os aspectos biológicos e geográficos da cultura, as explicações da ciência para o processo de evolução biocultural do homem. Em outras palavras, explica como a cultura, a principal característica humana, desenvolveu-se simultaneamente com o equipamento fisiológico do homem.

principais. O primeiro seria a cultura como “ideal”. Nesse sentido, Azevedo (2017) pontua que:

a cultura é um estado ou processo de perfeição humana, definidos nos termos de certos valores absolutos ou universais. A análise da cultura torna-se aqui, essencialmente, a descoberta e descrição, em vidas e trabalhos, daqueles valores que podem ser vistos como compondo uma ordem atemporal, ou como fazendo referência permanente à condição humana universal. (AZEVEDO, 2017, p. 211)

O segundo conceito seria pensar a cultura como “documentação”. A cultura, neste caso, indicaria o corpo dos trabalhos intelectuais e imaginativos em que o pensamento e a experiência humana ficaram variada e detalhadamente registrados. Azevedo (2017) explica que nessa perspectiva, a análise da cultura “cabe à atividade crítica, que descreve e valoriza a concepção e a experiência, bem como os detalhes de linguagem, forma e convenções em que estas se fazem ativas” (p. 211).

Williams (2001) aponta que tal atividade crítica pode ser realizada no sentido de um processo de “análise ideal”, isto é, a tentativa de expor o “melhor que tem sido pensado e escrito no mundo” (p. 57); ou no sentido de um processo que está interessado na tradição, porém enfatizando o trabalho particular que está sendo estudado (buscando sua elucidação e valoração); ou, por último, no sentido de desenvolver uma modalidade histórica de crítica, que vai examinar trabalhos específicos procurando relacioná-los às sociedades e tradições peculiares em que apareceram.

O terceiro conceito para a análise do pesquisador seria a cultura como “modo de vida”. Neste caso específico, abordada por uma visão social ou sociológica, a cultura irá se referir a estilos de vida específicos, que devem estar articulados por meio de significados e sentidos/valores comuns, advindos de instituições e expressos no comportamento ordinário. Sobre tal conceito, Azevedo (2017) explica que a “análise da cultura torna-se, aqui, a clarificação desses significados e valores, sejam eles implícitos ou explícitos” (p. 211). Tal análise deve abranger a crítica histórica já referida em cultura como “documento”, envolvendo a observação de trabalhos intelectuais em referência às sociedades e às tradições específicas, porém irá incluir também outros elementos do modo de vida, a exemplo da “organização da produção, a estrutura

da família, as instituições que expressam ou governam as relações sociais, as formas da comunicação social etc.” (AZEVEDO, 2017, p. 211).

Neste entendimento de cultura como um “modo de vida”, sua análise perpassa pela a visão de cultura como “ideal”, uma vez que há sempre a expectativa de descobrimento de valores absolutos ou universais relativos à comunidade estudada; perpassa também pela visão de cultura como “documentação”, uma vez que elucida práticas de um modo de vida particular; até chegar ao estudo propriamente dito de significados e sentidos/valores peculiares, buscando, como afirma Azevedo (2017), não tanto compará-los (como forma de estabelecer uma “escala”). O intuito nesse caso seria estudar os modos diversificados de vida a fim de “descobrir certas ‘leis’ ou ‘tendências’ gerais, pelas quais o desenvolvimento social e cultural como um todo pode ser melhor compreendido” (WILLIAMS, 2001, p. 58).

Sob a ótica da pesquisa, se considerarmos os conceitos supracitados baseados em Williams (2001), o mais assertivo seria então não descartar nenhuma das formas de definição da palavra cultura, uma vez que todas elas são relevantes. De acordo com o autor, é necessário debater sobre os significados e sentidos/valores atribuídos à determinada cultura sem ficarmos restringidos à arte e ao trabalho intelectual. Porém, cada nova civilização mantém um grau de dependência com as civilizações passadas a fim de adquirir conhecimentos através de um corpo de trabalho intelectual e imaginativo. Ou seja, a apresentação da cultura entendida como documental também é importante. Nesse sentido, para presente pesquisa, consideraremos a concepção de cultura a partir dos três conceitos sugeridos por Williams (2001): a cultura como “ideal”, a cultura como “documento” e a cultura como “modo de vida”.

Almeida e Gutierrez (2004) afirmam que a cultura, compreendida no seu sentido mais amplo, constitui-se a partir de diferentes mecanismos de ação que atravessam o universo simbólico no qual o indivíduo vive, onde “o corpo é o primeiro filtro da percepção seja através dos sentidos, ou compreendida como experiências” (p. 69-70). Sendo assim, as práticas corporais, os gestos, os movimentos corporais e, conseqüentemente, suas formas de aprendizado são importantes para o entendimento de determinada cultura. Por isso, na constituição desse domínio cultural, existem vários tipos de compreensão das

maneiras de sociabilização e influências do meio ambiente assim como de aprendizado. Neste sentido, os autores concluem que a cultura pode ser sumarizada ou resumida na “busca individual de elementos cotidianos para a formação do homem enquanto agente histórico” (p. 70).

Pensando nessas diferentes formas de aprendizado relacionadas à cultura, Almeida e Gutierrez (2004) explicam que diferentes dimensões da cultura podem ser apontadas, como a cultura erudita, a cultura criada pelo povo (popular) e a cultura de massa. Eles explicam que, em termos gerais, a cultura erudita é transmitida na escola e sancionada pelas instituições; a cultura criada pelo povo (popular) articula uma concepção do mundo em contraposição aos esquemas oficiais; e a cultura de massa reflete um sistema industrial em desenvolvimento e que tem base no fetiche, na mercantilização das relações e o no consumo. Canclini (1997), ao discorrer sobre a cultura na América Latina, pontua que “a cultura moderna se construiu negando as tradições e os territórios” (p.49). Essa negação de territórios e tradições deu origem à oposição entre as dimensões da cultura, principalmente entre as chamadas cultura erudita e cultura popular.

Bizzocchi (1999) explica que a oposição entre uma cultura erudita ou aristocrática e uma cultura popular ou plebéia permeia toda a história ocidental, e que o “próprio conceito de História está ligado ao do conflito de classes (daí Marx ter proposto que a construção de uma sociedade sem classes, a sociedade socialista, marcaria o fim da História)” (p. 73). Nessa linha de pensamento, a história cultural tem sido marcada por esse binarismo que representa a divisão entre a cultura da elite (cultura erudita), considerada por muito tempo como a única forma possível de cultura, e a cultura do povo (cultura popular), na verdade vista pela aristocracia dominante como a não-cultura, isto é, como a ausência completa de civilização (BIZZOCCHI, 1999).

Nesse sentido, Bizzochi (1999) demonstra que:

Na Roma antiga, essa oposição ficava clara principalmente na literatura e no teatro, em que a língua utilizada pelos escritores para tratar de assuntos nobres e elevados era a língua culta, deixando o *sermo vulgaris* apenas para o estilo “baixo” da comédia popular. De um modo mais geral, opunha-se a “grande arte”, destinada ao usufruto da aristocracia e, posteriormente, da alta burguesia, ao artesanato e aos folguedos populares, de origem camponesa, vistos sempre como manifestações rudes e toscas de um populacho rude e tosco. (BIZZOCCHI, 1999, p. 73)

Tal classificação é notadamente carregada de julgamentos de valor e, até mesmo, de preconceitos. Velho e Castro (1978) pontuam que pensar em elite pressupõe “um monolitismo nas camadas mais altas da sociedade que poderia colocar na mesma categoria grandes proprietários rurais, alta burguesia, oficiais gerais, setores da inteligência, administradores, etc.” (p. 7). Eles explicam que embora possam existir aspectos comuns e, em determinados momentos, interesses políticos coincidentes, tais fatores não são suficientes para se constituir categorias explicativas para compreensão da lógica da produção simbólica da sociedade. Ou seja, a oposição elite X povo em termos de cultura é muito vaga e pouco precisa. Logo, essas tentativas de hierarquização da cultura podem representar uma possibilidade de retrocesso no meio acadêmico.

Canclini (1997) aborda as preocupações com relação a compreensão e validação da cultura a partir dos parâmetros europeus. Ele explica que o mais assertivo ao se pensar a cultura seria compreendê-la como uma mescla intercultural. Ou seja, não é possível se pensar em uma cultura “pura” que não sofreu influências de outras culturas, e essa ideia de hierarquização da cultura perpassa pela concepção de culturas “puras”. Assim, ele traz o termo “hibridação cultural” ou “culturas híbridas” para caracterizar as mesclas interculturais¹⁷. Dessa forma, essas culturas podem ser compreendidas como “fenômeno dinâmico, controlador de comportamentos, público e influenciado pelo meio” (OLIVEIRA, 2019, p. 129). Talvez esse seja o melhor ou mais assertivo modo para se pensar a respeito da cultura em geral e, principalmente, para relacionarmos a cultura e o lazer.

Ao relacionarmos a cultura e o lazer, como dito anteriormente, podemos compreender o lazer como dimensão da cultura. Para Gomes e Faria (2005), compreender o lazer como dimensão da cultura significa entendê-lo como inserido numa dinâmica cultural complexa,

implica reconhecer que as práticas e as manifestações vivenciadas no lazer não se dão em um ‘deserto social’, que o lazer revela contradições socioculturais profundamente inseridas em nossa cultura. (GOMES e FARIA, 2005, p. 54)

¹⁷ Aqui, não estamos afirmando que nesse processo de hibridação não existam supremacias entre as culturas. Apenas indicando que uma cultura influencia outra.

Nesse sentido, para se pensar o lazer e, principalmente, os seus sentidos e significados, torna-se necessário compreendê-lo como parte das contradições que envolvem a cultura, no sentido de estar impregnado por seus valores, suas normas, suas regras, entre outros. Gusmão (2008) explica que a cultura como universo simbólico é importante para a compreensão da realidade social humana. Logo, compreender o lazer como parte da cultura implica considerar “seus conteúdos a partir das práticas significativas para os grupos sociais que as desenvolvem” (ALVES, 2003, p. 105). Ou seja, situado e contextualizado.

Gomes e Faria (2005) destacam dois aspectos sobre a articulação do lazer como dimensão da cultura. O primeiro deles seria atentar-se para não interpretar o lazer como atividade marginal no cotidiano do indivíduo, “como prática de menor importância, ou mesmo irrelevante, para uma diversidade de sujeitos/grupos sociais” (p.51). Já o segundo aspecto seria justamente “considerar que as tramas culturais que perpassam o lazer são cada vez mais importantes à compreensão da realidade sociocultural, bem como à superação de limites colocados por ela” (p. 53). Ou seja, o lazer precisa ser analisado levando em consideração o contexto social, histórico e cultural em que está inserido, e não deve ser analisado como atividade coadjuvante, sem grande importância.

Analisando o lazer a partir dessa perspectiva, podemos ter estudos que proporcionam um entendimento maior a respeito da própria cultura (ou das culturas estudadas). Nesse sentido, Oliveira (2019) explica que “a partir do lazer, é possível, por exemplo, fruir experiências culturais, reforçar identidades, conhecer tradições, apropriar territórios” (p. 77). Ela pontua ainda que, “em um mundo fragmentado e homogeneizador, o lazer pode ser a ferramenta que promove a valorização do multiculturalismo e das pluralidades” (p.77).

Na literatura, encontramos vários estudos que foram desenvolvidos seguindo essa linha de pensamento. O próprio estudo de Oliveira (2019) é um exemplo. Nesta pesquisa, a autora, compreendendo o lazer como dimensão da cultura e necessidade humana, apresentou a percepção do lazer como indispensável para a construção das culturas e identidades especificadas no estudo, pois ele é uma prática social complexa.

Peretti (2018), no prefácio do livro *Cultura Popular – Gestos de ensinar e aprender*, de Jadir de Moraes Pessoa, afirma que há, no Brasil, “imenso espaço

para a construção de uma ciência da sabedoria popular” (p.9). Pois, no Brasil, temos danças, histórias populares, mitos, folguedos regionais, crenças, medicina popular, artesanato, entre outras práticas reunidas “numa convivência pacífica culturas autóctones” que formam “esse imenso caldo cultural e um povo cultural imensamente rico” (PERETTI, 2018, p.9). Estudar então as práticas de lazer neste contexto pode proporcionar uma compreensão sobre a formação de identidades ou das identificações culturais. Mattelart e Neveu (2004) pontuam que, a partir dos anos de 1980, as culturas chamadas subalternas ou pós-coloniais foram foco dos estudos culturais. Eles explicam que

elas deslocam o olhar da “racionalidade da razão” para um outro nível de racionalidade, o das ações efetivas, das emoções e das sensibilidades. Elas contribuem para subtrair as visões do mundo ao domínio do universalismo do *logos* ocidental. Esse descentramento se deu simultaneamente à reabilitação das sensibilidades indissociáveis dos lugares, das situações geoculturais onde se dá a tensão entre o nacional e a esfera transnacional. Essa concessão de prioridade ao afetivo levou as abordagens da diversidade cultural a se interrogar sobre o vínculo entre a identificação geocultural e o pensamento teórico, a produção e a transformação dos saberes. (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 173)

Dessa forma, é possível construir modos de pensamento mais assertivos para dar conta das próprias realidades de tal locais, a partir do entendimento do indivíduo inserido em tal realidade. Nesse sentido, Mignolo (1996) explica que o “Terceiro Mundo não produz só culturas para serem estudadas por antropólogos e por etno-historiadores, mas intelectuais que geram teorias e refletem sobre sua própria cultura e sobre sua própria história” (p.25)

Outro exemplo é o de Magnani (1996). Em seu estudo, o autor evidencia que o estudo das práticas culturais de lazer permite verificar a existência de um

componente afirmativo referente ao estabelecimento e reforço de laços de sociabilidade, desde o núcleo familiar até o círculo mais amplo, que envolve amigos, colega, ‘chegados’ (no âmbito do pedaço) e desconhecidos (fora do pedaço) (p.33).

Ou seja, para se estudar a cultura no âmbito do cotidiano, as práticas de lazer são significativas. O curioso, nesse caso, como afirmam Gomes e Faria (2005), é que mergulhando no cotidiano do lazer podemos observar uma diversidade de práticas, uma “variedade de formas de vida com múltiplas possibilidades de trocas” (p. 69). O próprio Magnani (1996) explica que “a cidade

concentra e multiplica toda essa complexidade” (p.21). Porém, para que tal análise se torne possível, é necessário focar na diversidade e não nas regularidades que estamos habilitados a evidenciar, levantando os aspectos comuns.

Bhabha (2013) pontua que a diversidade cultural é um objeto epistemológico, ou seja, a cultura pode ser compreendida e estudada como objeto de conhecimento empírico. Porém, a diferença cultural é o “processo de enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural” (p. 69). O autor explica que

se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações *da* cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (BHABHA, 2013, p.69)

Assim, pensar na diversidade cultural significa compreender e, principalmente, reconhecer os conteúdos e costumes pré-estabelecidos, porém sem julgamento de valores, mantendo-os em um enquadramento temporal relativista. Dessa forma, a diversidade cultural pode dar “origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade” (BHABHA, 2013, p. 69). Por outro lado, Bhabha (2013) também nos explica que a diversidade cultural pode ser entendida como a “representação de uma retórica radical de separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única” (p. 69). Ou seja, ela pode emergir como um sistema de intercâmbio de signos culturais e de articulação.

No âmbito dessa pesquisa, a diversidade de experiências culturais desenvolvidas no PELC-Bahia está em foco, sob a ótica do lazer, e as peculiaridades dos locais onde elas se desenvolvem são de grande importância. A ideia aqui não é compreender a cultura ou as experiências culturais como algo capaz de produzir uma unidade inter-referencial, generalizável, capaz de progredir ou evoluir as ideias no tempo. E sim provocar uma reflexão acerca da noção de “identidade histórica da cultura como força homogeneizante, unificadora, autenticada pelo passado originário mantido vivo na tradição nacional do Povo” (BHABHA, 2013, p. 74). Pois, apesar do PELC ter sido um

programa desenvolvido em todo o território brasileiro e possuir diretrizes nacionais comuns, ele valorizava e amplificava a cultura de cada local, respeitando e enaltecendo as suas particularidades, além de promover uma mediação intercultural nesse contexto.

Gomes e Faria (2005) pontuam que, com relação ao campo das políticas para o lazer no Brasil, tal setor ainda recebe menores investimentos e pouca atenção do Estado quando comparado a outros âmbitos das necessidades humanas. O argumento defendido pelas autoras nesse sentido é que a falta de legitimação do lazer no Brasil justifica tal fato. Elas pontuam que isso se deve

principalmente ao fato de que a realidade social desigual brasileira ainda não assegura a todos o acesso a direitos básicos — educação, saúde, moradia, trabalho são necessidades básicas inexistentes no cotidiano de grande parte da população. Diante desse quadro, as propostas/iniciativas relacionadas ao direito ao lazer ficam fora das prioridades dos cidadãos no que se refere aos investimentos públicos, ou seja, na falta de expectativa de condições dignas de vida da maioria da população; o lazer é assumido como luxo, como supérfluo, esvaziado do sentido da sobrevivência. (GOMES e FÁRIA, 2005, p. 52)

Ou seja, apesar de ser objeto de interesse de grupos sociais diversos, o lazer nem sempre é compreendido como um direito social na realidade brasileira sob a ótica das políticas públicas. Apesar disso, Bezerra (2018) nos aponta uma reflexão significativa sobre os projetos políticos que envolvem a cultura. A autora explica que a cultura vem sendo considerada o centro das atenções em projetos políticos de desenvolvimento e de construção da cidadania. Tal fato tem “provocado uma ascensão de debates que abarcam questões políticas, ao articularem cultura e identidade, cultura e desenvolvimento, cultura e economia, cultura e diversidade cultural” (BEZERRA, 2018, p. 15). Embora o PELC não seja considerado uma política cultural declaradamente, e sim uma política de lazer, as relações existentes entre cultura e lazer nos permitem analisar o programa com o olhar na dialética cultura, identidade (ou identificação) e mediação cultural, como propõe essa pesquisa.

3.3 Lazer, produção e identidade cultural

Como dito anteriormente, o lazer pode implicar na produção de cultura – no sentido de construção e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos pelas pessoas, grupos e instituições. Essa cultura produzida no âmbito do lazer pode influenciar na identificação cultural dos indivíduos. Miranda (2000) explica que os conceitos ou concepções acerca da identidade cultural dos indivíduos vêm sofrendo alterações e se transformando ao longo de todo o processo civilizatório. Isso porque aquele sujeito do Iluminismo, concebido como ser “totalmente unificado desde o seu nascimento, dotado das capacidades de razão, consciência e ação” (p. 82), passou a ser compreendido pela ideia mais recente de sujeito sociológico, este último sendo aquele que se molda ou se forma a partir das relações com outros sujeitos, que “mediam os seus valores, sentidos e símbolos expressos em uma cultura” (p. 82).

Hall (2019) pontua que a identidade, nessa concepção sociológica, integra o sujeito à estrutura, preenchendo o espaço existente entre o “interior” e o “exterior”, unindo o mundo pessoal e o mundo público. Isso porque,

o fato de que projetamos a ‘nós mesmos’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos os seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto o sujeito quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. (HALL, 2019, p. 11)

Entretanto, as próprias mudanças estruturais e institucionais da sociedade atual, globalizada, estão fazendo com que o sujeito se torne fragmentado. A globalização, considerada “um complexo de processos e forças de mudança” (HALL, 2019, p. 39), possui características temporais e espaciais que fazem com que as distâncias e as escalas temporais sejam comprimidas. Tal fator apresenta influência direta sobre as identidades culturais dos indivíduos. Dessa forma, a própria sociedade estaria obrigando o sujeito a assumir diversas identidades, e algumas vezes contraditórias e não resolvidas (HALL, 2019; MIRANDA, 2000). Conforme Hall (2019), “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (p. 11).

Esse processo de identificação versátil estaria produzindo então o sujeito pós-moderno, não possuindo assim uma identidade fixa, permanente ou essencial. O sujeito pós-moderno estaria vinculado às formações e transformações contínuas dos sistemas culturais que o rodeiam e, conseqüentemente, o condicionam (HALL, 2019; MIRANDA, 2000). Barbosa (2010) explica que a identidade na modernidade tardia, ou pós-modernidade, estaria em crise. Segundo o autor, a causa da referida crise seria então decorrente

das profundas e enormes transformações devidas entre outros fatores à globalização, à celeridade dos meios de comunicação, ao encurtamento do tempo e do espaço que se impõem aos hábitos, aos gêneros devida e às antigas solidariedades, com conseqüências, portanto, também para a noção de cultura. (BARBOSA, 2010, p. 75-76)

Hall (2019) explica que o sujeito pós-moderno irá assumir e, ao mesmo tempo, deixar de assumir identidades culturais diferentes de acordo com cada momento que ele esteja vivenciando. Assim, o sujeito seria confrontado por uma pluralidade de identidades possíveis, podendo se reconhecer com cada uma delas, ao menos temporariamente, “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam” (HALL, 2019, p. 12).

Ora, se o sujeito pós-moderno pode se identificar e/ou ter a sua identidade cultural influenciada por diversos sistemas de significação e representação cultural de acordo com o momento que ele esteja vivenciando, a participação dos agentes sociais e coordenadores do PELC-Bahia no planejamento e desenvolvimento das atividades de lazer nos núcleos, assim como dos beneficiários durante a sua vivência nelas, pode influenciar o seu processo de formação identitária. Além disso, o próprio programa poderia promover uma mediação cultural para os envolvidos, que influenciaria nesse processo de formação identitária.

Tendo em vista que o sujeito pós-moderno dificilmente terá a sua identidade unificada, finalizada, completa, pois sempre estará susceptível a novas influências culturais, o mais assertivo neste caso será discorrer sobre o processo de identificação dele. E, especificamente, como o lazer pode contribuir (ou não) para esse processo.

Para analisarmos a influência do lazer nesse processo de identificação cultural do indivíduo, devemos levar em consideração que “a identidade está profundamente envolvida com o processo de representação” (HALL, 2019, p. 41). Logo, as mudanças advindas da própria globalização, principalmente no que diz respeito às relações de tempo e espaço nos diferentes sistemas de representação, apresentam repercussões sobre as formas de localização e representação das identidades ou das identificações culturais.

Uma das formas de se analisar as práticas de lazer nesse contexto da identificação cultural do indivíduo é focando no lugar onde tais práticas ocorrem. Aqui, torna-se relevante destacar que, conforme afirma Giddens (1990), a modernidade separa o espaço do lugar “ao reforçar relações entre outros que estão ‘ausentes’, distantes em termos de local, de qualquer interação face a face” (p. 18). Enquanto o lugar permanece “fixo”, o espaço pode ser cruzado em questão de segundos, seja através de um avião a jato, do telefone ou da própria internet. Nesse sentido, Hall (2019) explica que o lugar é considerado o ponto de práticas sociais específicas que moldam e formam o indivíduo, fazendo com que ele tenha uma ligação identitária com o conhecido, familiar, delimitado.

Utilizaremos como exemplo o estudo de Nunes e Chaves (2019). Em tal estudo, analisando as práticas de lazer no cotidiano da Comunidade dos Arturos, as autoras pontuam que o lugar¹⁸, é uma questão importante para compreendermos as práticas de lazer. Na referida pesquisa, elas identificaram, a partir da fala dos entrevistados, que determinados lugares retratam a representação cultural dos envolvidos nas práticas de lazer.

Nesse contexto, as autoras pontuam que a relação dos indivíduos entrevistados com os lugares citados retrata uma identidade cultural valorizada e cultivada pela própria comunidade no sentido de perpetuação dos saberes tradicionais e das próprias tradições locais (NUNES e CHAVES, 2019), influenciando assim o processo de identificação cultural dos envolvidos. De acordo com as autoras,

conhecendo as relações que permeiam a comunidade e como elas afirmam e recriam a identidade dos Arturos, foi possível identificar as práticas de lazer, suas manifestações e suas relações com os espaços da comunidade. (NUNES e CHAVES, 2019, p. 246)

¹⁸ Na referida pesquisa, apesar das autoras utilizarem o termo “espaço”, elas fazem menção ao lugar onde as práticas de lazer ocorrem. Ou seja, elas utilizam “espaço” como sinônimo de lugar.

Ao analisarmos como exemplo o estudo de Nunes e Chaves (2019), verificamos que, apesar da comunidade dos Arturos ser uma comunidade tradicional, remanescente de quilombo, localizada na cidade de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte/MG, considerada símbolo da resistência negra no estado, ela não se fechou ou se excluiu da sociedade. Como afirmam Nunes e Chaves (2019), os moradores dessa comunidade tradicional estão inseridos na dinâmica da sociedade moderna. Ou seja, também sofrem influência de outras representações culturais. Tal fato corrobora a Robins (1991) apud Hall (2019) quando o autor afirma que, apesar da globalização ser considerada uma força dominante dos novos tempos, o localismo não deve ser considerado sem significado no processo de identificação cultural.

Nesse sentido, Costa (2013), ao analisar a mesma comunidade dos Arturos, com o foco na aprendizagem e na identificação cultural desses indivíduos a partir da Festa da Nossa Senhora do Rosário, chega à conclusão de que a cultura não pode ser considerada algo pronto que possa (ou deva) ser internalizada. Principalmente porque ela (a cultura) é dinâmica e possibilita a interatividade entre as pessoas que vivem culturalmente e não em culturas, uma vez que “não existem fronteiras culturais” (p.70). Ou seja, “não há limites puros e corpos exclusivos” (p.70) quando se trata de cultura.

Outro exemplo a ser analisado, que vai ao encontro dessa linha de pensamento, é o estudo de Velloso (1990). No estudo, a autora mostra como um grupo formado por negros baianos, que viviam na cidade do Rio de Janeiro, se esforçou para perpetuar seus valores e suas tradições, associando a ideia de espaço (aqui novamente como sinônimo de lugar) à identidade cultural.

Mais uma vez se confirma a ideia de sociabilidade espacial como costume profundamente enraizado na cultura afro-baiana. Entre nós, essa tradição era encabeçada pelas mulheres que, muitas vezes, acabavam transformando suas casas em verdadeiras oficinas de trabalho. As casas eram os *cantos*, o *pedaço* onde era possível unir esforços, dividir tarefas, enfim, reunir os fragmentos de uma cultura que se via constantemente ameaçada. (...) Frequentemente a casa das tias se convertia nesse polo aglutinador de energia, onde se dava a socialização do grupo. (VELLOSO, 1990, p. 213)

No contexto da pesquisa de Velloso (1990), podemos afirmar que, assim como explica Hall (2019), a “particularidade do lugar e da cultura nunca pode ser

desconsiderada, nunca pode ser absolutamente transcendida” (p. 44), uma vez que a globalização também é associada a novas dinâmicas de *re-localização*. Ou seja, o lugar onde as práticas de lazer são realizadas são importantes para o processo de identificação cultural. Nesse sentido, podemos inferir que a globalização caminha em paralelo com o reforçamento das identidades locais ao mesmo tempo que produz novas identidades (HALL, 2019). Uma vez que, tanto no primeiro exemplo citado (NUNES e CHAVES, 2019; COSTA, 2013) quanto no segundo (VELLOSO, 1990), as comunidades envolvidas nos estudos estavam abertas a influência da sociedade em seus costumes tradicionais e, conseqüentemente, no seu processo de identificação cultural.

No caso do primeiro exemplo, apesar de terem os seus próprios times de futebol, quando realizam torneios, os membros da comunidade buscavam sempre convidar os times da vizinhança, de fora da comunidade dos Arturos, promovendo essa troca de experiências culturais. O próprio futebol é considerado uma prática cultural externa aos costumes e tradições africanos perpetuados na comunidade do Arturos. Já no caso do segundo exemplo, o grupo não rejeitava inteiramente os padrões burgueses de família. Como pontua Velloso (1990), “a tia Ciata, por exemplo, conseguia assegurar a respeitabilidade de sua casa, adotando certos padrões comportamentais” (p. 212).

Assim, verificamos a influência de culturas diferentes nos dois exemplos citados, traduzindo uma intercomunicação dos códigos culturais. Hall (2019) pontua que um possível efeito para essa troca ou partilha de códigos culturais é o alargamento das identidades e uma proliferação de novas posições de identidade. Em concordância com essa afirmativa de Hall, podemos reiterar que as práticas de lazer se tornam exemplos também dessa troca ou partilha de códigos culturais.

Bhabha (1996) pontua que a troca ou partilha de códigos culturais, ou seja, a articulação de culturas “é possível não por causa da familiaridade ou similaridade de *conteúdos*, mas porque todas as culturas são formadoras de símbolos e constituidoras de temas” (p. 36). Ele explica que todas as formas de culturas estão relacionadas umas às outras porque a própria cultura é uma atividade significativa ou simbólica (BHABHA, 1996). A partir dessa lógica, ele nos apresenta a noção de tradução cultural, significativa para o processo de identificação cultural. De acordo com Hall (2019), o conceito de tradução cultural

apresentado pelo autor diz respeito às “formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispensadas* para sempre de sua terra natal” (HALL, 2019, p. 52). Ou seja, apesar de não estarem mais vivendo no espaço de origem daquela determinada cultura, ainda possuem fortes vínculos com o lugar e, principalmente, com suas tradições. Porém, esses indivíduos aprenderam a “negociar com as novas culturas em que vivem” (HALL, 2019, p. 52) sem perder a sua identidade e nem necessariamente se deixar assimilar por elas.

Assim sendo, eles carregam traços da cultura, das tradições e das linguagens e histórias pelas quais foram marcados em algum momento, traduzindo essa cultura para o momento atual de suas vidas, se configurando como produto de várias outras culturas e histórias que se conectam, pertencentes às chamadas culturas híbridas (BHABHA, 1996, p. 52). Carvalho (2011) explica que a tradução cultural é entendida como “um processo de releitura e de incorporação de novos elementos” (p. 68).

Bhabha (1996) pontua ainda que todas as formas de cultura estão sempre sujeitas a formas intrínsecas de tradução. Os indivíduos estariam sempre simulando, reproduzindo, transferindo, transformando a cultura original. Ou seja, as culturas só são constituídas em relação a essa ‘alteridade’ interna do indivíduo à sua própria atividade formadora de símbolos, que fazem com que elas se tornem estruturas descentradas, “e que através desse deslocamento ou liminaridade abre-se a possibilidade de se articularem práticas e prioridades culturais diferentes e mesmo incomensuráveis” (BHABHA, 1996, p. 36). Ao relacionarmos tal raciocínio ao lazer, podemos inferir que as práticas desenvolvidas e vivenciadas nesse contexto podem ser consideradas uma forma de tradução cultural, na qual os indivíduos envolvidos poderão influenciar ao mesmo tempo em que são influenciados pela cultura traduzida.

Aqui, trazemos novamente o conceito de hibridação cultural, formulado por Canclini (1997; 2011), e que Bhabha (1996, 2013) traduz como o terceiro espaço ou entre-lugar. Um lugar que emerge a partir do encontro de dois “originais”, e que permite a outras posições culturais surgirem (BHABHA, 1996). Essa ideia do terceiro espaço, da hibridação cultural e/ou do entre-lugar pode ser aplicada nas práticas de lazer vivenciadas para o entendimento do processo de identificação cultural.

De acordo com Canclini (2011), os estudos sobre a hibridação “modificaram o modo de falar sobre a identidade, cultura, diferença, desigualdade, multiculturalismo e sobre papeis organizadores dos conflitos nas ciências sociais: tradição-modernidade, norte-sul, local-global” (p. 17). Ele explica que a hibridação não deve ser compreendida como sinônimo de fusão sem contradições, porém pode auxiliar no entendimento de “formas particulares de conflito geradas na interculturalidade recente em meio à decadência de projetos nacionais de modernização na América Latina” (p. 18). De acordo com Carvalho (2011),

a dialética entre tradição e modernidade emerge com o estabelecimento de novos paradigmas, os quais reforçam e justificam o caráter de dinamicidade verificado em todos os sistemas culturais, permitindo dessa maneira a constante incorporação e/ou o abandono de diversos elementos em suas estruturas originais, materializadas na experiência cotidiana. (CARVALHO, 2011, p. 68)

A ideia, nessa pesquisa, é então utilizar os processos de mediação cultural para auxiliar na narrativa dos processos de identificação cultural através das práticas de lazer vivenciadas nos núcleos do PELC-Bahia. Pereira *et al* (2019) afirmam que “os sentidos do lazer emergem do envolvimento com o território, entrelaçando experiências singulares de produção cotidiana da vida” (p. 185). Assim, consideramos os locais onde os núcleos do PELC-Bahia foram implementados e onde as práticas de lazer eram desenvolvidas também como relevantes para essa pesquisa.

As práticas de lazer desenvolvidas nos núcleos do PELC-Bahia podem se configurar exemplos da diversidade regional e local que se desdobram em diferentes referências e significados para aqueles envolvidos. Além disso, podem também influenciar nos processos culturais de apropriação e incorporação de novos valores simbólicos que irão ajudar na construção de outras identidades (CARVALHO, 2011). Sendo assim, passamos a analisar o PELC-Bahia propriamente dito.

4 O PELC DA SUDESB

4.1 Da “Caravana do Lazer” ao PELC-Bahia

Freire e Rocha Junior (2015) afirmam que as políticas públicas podem ser entendidas como “ações que buscam lidar com problemas sociais, históricos e culturais em determinada localidade, a partir de suas realidades, sempre em prol da sociedade a que se aplica” (p. 97). Os mesmos autores explicam que elas visam, ou pelo menos deveriam visar, a efetivação dos direitos sociais previstos nos textos legais, dentre eles, a Constituição Brasileira.

Nessa linha de pensamento, podemos afirmar que o lazer, assim como a educação e a saúde, é um direito social previsto na Constituição Federal de 1988. Em tal documento está posto ainda que sua oferta é um dever do estado. Logo, “as funções de planejar, executar, monitorar, avaliar e reformular as políticas públicas cabem aos setores constituídos do poder público, seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal” (FREIRE e ROCHA JUNIOR, 2015, p. 97).

Ao analisarmos o desenvolvimento de políticas públicas de lazer no estado da Bahia, observamos que tais ações frequentemente são realizadas através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB), uma autarquia vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). De acordo com Freire e Rocha Junior (2015), a SUDESB tem como objetivo “o fomento ao desporto, recreação e lazer na Bahia, orientando e supervisionando a prática do desporto, entre outras funções” (p. 99). Uma dessas ações, no âmbito do lazer, é a denominada ‘Caravana do Lazer’.

Para compreendermos a trajetória do PELC-Bahia, torna-se necessário entender também esse outro programa/projeto desenvolvido pelo estado da Bahia, em parceria com as prefeituras, que acontece como forma de apoio aos municípios no fomento às atividades de lazer. Uma vez que, de acordo com a coordenação do programa, o PELC-Bahia foi uma tentativa de se pensar de maneira macro o lazer no estado da Bahia, a partir da experiência do desenvolvimento do programa Caravana do Lazer (Entrevista SANTANA, 2020).

Conforme explicam Freire e Rocha Junior (2015), o programa/projeto acontece da seguinte maneira:

uma equipe de facilitadores da SUDESB chega ao município e ministra em dois dias um curso de formação de Agentes Comunitários de Esporte e Lazer depois, promove o dia de recreação para o público infantil. O projeto “Caravana de Lazer” pode ser considerado então um projeto de formação de agentes sociais que visa incentivar os municípios para a criação de outros projetos de lazer. (FREIRE e ROCHA JUNIOR, 2015, p. 99-100)

De acordo com a própria SUDESB, o Programa Caravana do Lazer foi idealizado e desenvolvido a partir de 2008 e atende a municípios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e com alta vulnerabilidade social, prioritariamente. Assim, a sua execução é desenvolvida por equipe técnica da SUDESB, formada por profissionais de Educação Física e com experiência na área de lazer comunitário e eventos, preparando os agentes municipais por meio de formação de multiplicadores, com duração de 26 horas. Ou seja, o programa capacita cerca de 80 agentes sociais por cidade, os quais recebem a certificação de agentes de lazer do município. Assim, ao final da formação, o aprendizado adquirido era “colocado em prática nas atividades recreativas realizadas do Dia de Lazer, ponto alto da ação e que reúne milhares de crianças/jovens a cada edição”¹⁹.

As capacitações do programa Caravana do Lazer ocorreram nas quintas e sextas-feiras, seguidas da culminância, a rua de lazer ou dia da recreação, no sábado ou no domingo. E, após a culminância, a Caravana deixava o município em busca do próximo a ser atendido. Como os atendimentos duram poucos dias e a culminância do programa tem como público-alvo crianças e adolescentes, a equipe da SUDESB, ao tomar ciência do chamamento público para a implementação do PELC, publicado pelo então Ministério do Esporte, vislumbrou uma possibilidade de ampliação dessa proposta de formação social e oferta de uma política pública no âmbito do lazer a ser desenvolvida nos municípios baianos, além de ampliar o público-alvo atendido, uma vez que as atividades do PELC eram voltadas para todas as idades e, também, para pessoas com deficiência.

¹⁹ Informação disponível no site da Sudesb: <http://www.sudesb.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30> Acesso: 02 jan 2021.

Como a Copa do Mundo de Futebol de 2014, sediada no Brasil, gerou um legado esportivo²⁰, a SUDESB aproveita a oportunidade para propor o desenvolvimento do PELC, conforme explica a coordenação geral.

Quando houve essa possibilidade, que foi uma possibilidade realizada para a Bahia, aí a gente tem que lembrar que foi um PELC diferenciado. Nós tivemos um PELC legado, que foi um PELC legado da Copa do Mundo. Então a gente tinha aí um PELC que atendia a 100 núcleos, diferente dos outros PELCs apresentados pelo próprio Mistério. (Entrevista DOCIO, 2020)

A SUDESB então elabora uma proposta e participa do chamamento público para a implementação do PELC, referente ao ano de 2014. Em fevereiro de 2014, o então Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) publica o resultado referente aos dois editais de Chamada Pública da seleção das propostas feitas pelas prefeituras interessadas em executar os programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável, e a SUDESB tem a sua proposta aprovada, firmando o convênio nº 804894/2014.

De acordo com o Relatório de Cumprimento do Objeto - RCO (SUDESB, 2019), a vigência do convênio 804894/2014, celebrado pelo Ministério do Esporte e a Superintendência de Desportos do Estado da Bahia, foi estabelecida pelo período de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua assinatura, ou seja, de 03/12/14 a 03/12/16.

Considerando as prorrogações de ofício realizadas, a vigência final ficou determinada para 29/11/18. Por meio do Ofício nº 2084/2018, datado de 04/10/2018, inserido no SICONV na aba "listar anexos da Execução" a conveniente solicitou a prorrogação da vigência do referido convenio para 31 de agosto de 2019 por meio de termo aditivo. (SUDESB, 2019, p. 1)

Ou seja, apesar de ter tido a proposta aprovada, alguns entraves administrativos impediram a implementação imediata do programa. Conforme o

²⁰ Conforme dados do então Ministério do Esporte, a oportunidade de receber o megaevento gerou um legado esportivo, de projeção internacional, em infraestrutura e serviços, que foi destacado durante a apresentação do Plano de Legado da Copa de 2014, no final de janeiro de 2015, na Arena Corinthians, em São Paulo. O fundo de legado da Copa no valor de 100 milhões de dólares (aproximadamente R\$ 261 milhões) foi destinado pela FIFA para financiar projetos de desenvolvimento do futebol de base e do futebol feminino nos 15 estados brasileiros que não sediaram partidas do Mundial de 2014. De acordo com a própria FIFA, as prioridades foram o desenvolvimento do futebol feminino e juvenil, mas eles buscaram também o legado social, que visava ao desenvolvimento do cidadão, incluindo também a família e a comunidade. O objetivo foi proporcionar o desenvolvimento humano, físico e cognitivo, tendo como base o futebol. Sendo assim, o PELC Bahia acabou recebendo também uma parte dessa verba.

próprio RCO (SUDESB, 2019), o período de estruturação, estabelecido como sendo os 4 primeiros meses da vigência de 24 meses do projeto, não foi suficiente para a implantação do PELC. Vários foram os entraves ocorridos, a exemplo da conclusão dos processos licitatórios e seleção de pessoal. Por essas razões, a liberação da ordem de início do convênio foi atrasada. Sobre tais entraves, a coordenação do PELC-Bahia explica que

nós levamos quase quatro anos para implantar o PELC aqui, imagina quase quatro anos. Porque a gente tinha, a gente se batia em quase todas as legislações. A linguagem do PELC, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, ele era construído para ser desenvolvido pelo município, não necessariamente pelo Estado, e aí tinha algumas leis orçamentárias que travavam, alguns entraves financeiros mesmo, então a gente não conseguia. Um grande desafio por exemplo, no estado, quando a gente buscou trazer o PELC era a questão de como contratar. (DÓCIO, 2020)

Como os editais publicados pelo então Ministério do Esporte visavam firmar convênios com os municípios, apesar de dar abertura para os estados também enviarem propostas, assim como ocorreu com o estado da Bahia através da SUDESB, as realidades administrativas das prefeituras e dos estados são diferentes e isso prejudicou e, eventualmente, atrasou a ordem de início do PELC-Bahia. Como a proposta da SUDESB para a implementação do PELC-Bahia previa a instituição de 100 núcleos, além dos possíveis subnúcleos, espalhados pelo estado da Bahia, a situação ficava um pouco mais complexa. Eram muitos pormenores a serem analisados para que fosse efetivado o programa.

Mesmo com o chamamento que a gente fez, a gente não podia iniciar. Porque tinha algumas questões que estavam entrave. A gente teve problema exatamente na compra do material, que a gente começou a ter os códigos do estado de compra de patrimônio diferenciados do governo federal. Então, a gente teve que remontar tudo de novo. Algumas licitações a gente teve que refazer e, como tudo nosso era licitado, então a gente... eu não podia dar início porque a gente estava consertando alguns problemas que eram de códigos municipais e não estaduais. Então, a gente passou por esse...né, toda essa construção inicial um pouco mais demorada. E aí depois, veio a questão da logística, da visualização dos ambientes, né? Das escolhas dos melhores lugares... porque, quando nós começamos, pensamos e estruturamos o projeto para colocar no SICONV²¹, nós usamos

²¹ SICONV é o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse. O SICONV bem como o Portal de Convênios – www.convenios.gov.br - foram legalmente instituídos pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

ambientes ondes nossos representantes, por assim dizer, pessoas ligadas ao estado que conheciam determinado município conseguiam ver e nos dizer de outras secretarias que viajavam, se lá tinha uma coisa, se lá tinha outra, se tinha praça, se tinha um lugar que podia... então, a gente estava muito verde nesse processo da escolha dos melhores locais. Então, só quando a gente entrou realmente com a... a partir do momento que a gente tinha a empresa contratada, que a gente pôde fazer um tour inicial em todos os municípios e checando, passo a passo, aqueles que, realmente, os locais estavam adequados, ou se gente ia precisar de subnúcleo para poder contemplar aquela determinada comunidade lá, que eles queriam naquele município. Então, tudo isso é tempo porque você... eu tô falando de 100 núcleos, né? Então, a gente tem que visitar os 100 e identificar com é que tá. (DÓCIO, 2020)

A Coordenação do PELC-Bahia juntamente com a SUDESB, seguindo a lógica do Programa Caravana do Lazer, decidiu implementar o programa, preferencialmente, nos municípios baianos que apresentavam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e com alta vulnerabilidade social, além de alto CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais. Esse último era apresentado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia mensalmente, indicando os municípios que estariam em tal situação. O depoimento a seguir esclarece essa situação.

Com o projeto Caravana, a gente já trabalhava com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). E aí, o que acontece... a gente já tinha uma referência das cidades. Então, o que a gente buscou? Aquelas cidades que a gente já tinha levado a Caravana do Lazer eram a principal referência para a gente colocar um PELC. Porque a gente, tecnicamente, pensava que já tinha um pessoal que já tinha sido trabalhado para a prática do lazer, né? Desse lazer colaborativo, desse lazer que envolve a construção, o desenvolvimento pessoal, enfim... então, isso aí a gente percebia que era importante, a gente dar a valorização daquele município que já tinha recebido a Caravana. E, a Caravana ia exatamente em cima do IDH, né? Também, a gente colocou em cidades que estavam sendo apontadas, pela Secretaria de Segurança Pública, com alto CVLI, que são Crimes Violentos Letais Intencionais. O estado da Bahia, ele tem como parâmetro de segurança pública o CVLI. Então, a Secretaria de Segurança, ela nos apresenta mensalmente. E, existe o nosso chamado PPA, que é o Plano Plurianual, que ele é feito, e desenvolvido para ser atuado em quatro anos. Então, quando a gente está nessas reuniões de PPA, a gente tenta fazer liga com outras secretarias, né? Até porque o dinheiro é único, né? E, uma das coisas que a gente entendia, é que se a gente conseguisse atender de melhor forma, né, o lazer e associar às cidades de alto CVLI, a gente teria um maior apoio financeiro pra conseguir aportar no projeto aqueles recursos que seriam necessários e que não aparecem, por assim dizer, né? Não fica tão nítido quando você vai lá no SICONV olhar o PELC-Bahia, né? Você não vê esses recursos todos que foram investidos. (DÓCIO, 2020)

De acordo com a coordenação do PELC-Bahia, essa união entre as secretarias do estado era importante, uma vez que elas eram parceiras sociais com a demanda de oferecer ao cidadão baiano meios para usufruir de seus direitos sociais. Além disso, a contrapartida financeira que o governo do estado da Bahia repassava para o desenvolvimento do programa auxiliava nesse processo. Sobre tal contrapartida, a coordenação do PELC-Bahia pontua que,

o governo do estado entrou com uma contrapartida muito alta, né? Que não é vista muitas vezes, né? Porque que eu digo isso, porque num projeto como esse lá a gente entra com uma contrapartida oficial de R\$ 370.000, né? Mas a gente entrou com uma mega contrapartida, nós tínhamos núcleos espalhados no interior todo, então nós tínhamos é fiscalização com o carro do estado nos locais o tempo todo, nós tínhamos formações em bloco, nós... eram... foi um outro desafio também, né?

(...) o estado gastou mais de 11 milhões no projeto de aporte, né? De complementação, muito mais. Eu lhe digo isso seguramente porque é... a gente teve todas essas formações, nós tivemos custos de manutenção desses núcleos, né? (DÓCIO, 2020)

Essa alta contrapartida citada mantinha os uniformes, tanto dos agentes sociais e coordenadores quanto dos beneficiários, denominados pela coordenação de fardamento; alguns equipamentos e materiais de uso dos núcleos e subnúcleos; e, principalmente, as formações presenciais, conforme relato a seguir.

Então isso foi, é pra mim muito tranquilo porque as dificuldades financeiras e a gente suplementar um projeto que chegou de R\$18 mil pra ser implantado com mais R\$370mil, e a gente tá em R\$11 milhões, era uma coisa que dava pra dar suporte, suporte de material, suporte de formação, então assim, você para pra analisar uma formação dessa aqui, a gente tinha em média 100 por formação, cento e poucas pessoas, mas se você somasse tudo, as 10²², a tinha mil e tantas pessoas, três dias hospedados, três almoços, três jantares, três cafés da manhã, passagem de ida e volta, né? Então assim, tudo isso é muito custoso e a gente conseguiu fazer, dar o suporte ao núcleo, encaminhar, manter... (DÓCIO, 2020)

Um das dificuldades citadas pela coordenação no momento de iniciar o programa foi a questão da contratação de pessoal, agentes sociais e

²² Por se tratar de 100 núcleos espalhados pelo estado da Bahia, a coordenação realizou agrupamentos de municípios para facilitar a gestão. No total foram 10 polos com uma média de 10 núcleos em cada polo aproximadamente. Essa informação será explicada detalhadamente durante o texto.

coordenadores. Tal situação se mostrou problemática, como explica a coordenação do PELC-Bahia.

O governo ele tem limite do contrato, para contratação. O estado, ele só pode contratar via concurso público REDA²³, e isso dava pra gente é um grande banho de água fria. A gente passou quase um ano e meio tentando junto à procuradoria, tanto da união quanto do estado, para conseguir contratar sem ferir ao programa é lógico, sem ferir as obrigações do governador, porque se não entraria em irregularidades administrativas, porque só pro PELC daqui, o PELC Bahia, nós tínhamos 600 agentes, nós tínhamos 115 coordenadores, porque a gente tinha os 100 coordenadores de núcleo mas a gente tinha os coordenadores setoriais. A gente tinha coordenadores paralelos de aponte administrativo que a gente teve que contratar pra da conta, porque a própria instituição não tinha uma demanda de servidores tão grande que pudesse abarcar um programa quanto esse. Então a gente precisou, pra gente foi interessante que a gente foi pioneiro em várias coisas com o PELC. (DÓCIO, 2020)

Uma maneira possível de contornar a situação da contratação dos agentes sociais e coordenadores encontrada pela SUDESB foi a contratação de uma organização não governamental (ONG) para gerir os profissionais atuantes no PELC-Bahia.

Foi o primeiro chamamento público que nós fizemos no estado para contratar uma ONG né, uma entidade sem fins lucrativos, para poder gerir essa questão dos profissionais. Mesmo a gente estando no estado, administrando o recurso, que a gente não podia transpor o recurso porque não era permitido, mas a gente precisava de alguém, de uma intuição, que possibilitasse nessa contratação, esse recrutamento, essa substituição, que aconteceu naturalmente, nós tínhamos 100 núcleos. Alguns agentes sociais mudaram ao longo do processo, alguns coordenadores também, uns porque saíram do país, outros porque arranjam outros empregos, outros porque, por algum motivo pessoal ficaram impossibilitados de se manter no estado, acompanhando o marido teve voltar, enfim para outro estado. (DÓCIO, 2020)

Além dos entraves para a contratação de pessoal, mais uma dificuldade encontrada foi a alimentação do Sistema MIMBOÉ. O Sistema MIMBOÉ é um sistema de informação que tem como finalidade avaliar com informações e respaldo técnico a qualidade dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável. Assim, o Sistema MIMBOÉ, palavra em tupi guarani que significa “o ensinado”, monitorava e avaliava periodicamente a execução e os

²³ Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), no âmbito da Administração Pública Estadual – Poder Executivo.

resultados dos dois programas, por meio de coleta, alimentação, armazenamento e processamento de informações online.

Dessa maneira, as instituições convenientes deveriam alimentar o sistema com as informações referentes a cada núcleo do PELC. Porém, o PELC-Bahia era um programa com 100 núcleos, sendo considerado um PELC diferenciado, e isso dificultou o processo de alimentação do Sistema MIMBOÉ.

O MIMBOÉ pra gente era super diferenciado, porque nós "bugamos" o MIMBOÉ. Porque quando a gente chegou com os nossos dados, a gente não trazia dados de um núcleo, a gente trazia dados de 100. A gente enfrentou o problema, para você ter ideia, a gente enfrentou um problema simples: escrever o nosso PELC. Quando a gente ia escrever o programa numa tabela que a gente, um arquivo que eles nos mandavam inicialmente, não tinha espaço para caber 100 núcleos, não tinha espaço para botar 100 endereços, não tinha espaço para contar como é que era cada lugar, não tinha. A planilha vai no máximo a um núcleo e 2 subnúcleos né? Então assim, eram "N" problemas, né? E outra coisa, a gente não tinha um PELC, um núcleo, a gente tinha 100, e nesses 100, alguns tinham subnúcleos. Nós tivemos locais no estado que nós tivemos, chegamos a ter, em um município é 3 subnúcleos. (DÓCIO, 2020)

Apesar das dificuldades encontradas inicialmente, a SUDESB continuou com o propósito de implementar o PELC no estado da Bahia e, superadas as dificuldades iniciais, no dia 10 de abril de 2017, foi realizado o I Encontro de Coordenadores do PELC-Bahia. Tal encontro ocorreu no Estádio Metropolitan Governador Roberto Santos, mais conhecido como Estádio do Pituaçu, na cidade de Salvador, conforme notícia publicada no site oficial da SUDESB.

Coordenadores dos 100 núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) participaram nesta segunda-feira (10), do 1º Encontro de Coordenadores da Pelc, no Estádio Professor Roberto Santos, mais conhecido como Pituáçu, em Salvador, uma iniciativa da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), por meio da Superintendência de Desporto da Bahia (Sudesb), em parceria com o Ministério do Esporte.

O programa realizado por meio de convênio, no valor de R\$18,2 milhões, sendo R\$14 milhões do Governo da Bahia, tem o objetivo de implantar 100 núcleos de esporte e lazer, distribuídos em 25 territórios de identidade do estado, buscando alcançar 78 municípios da Bahia. Cada núcleo do programa atenderá 400 pessoas, totalizando em 40 mil beneficiários, e vai gerar 712 empregos diretos, sendo destes, 112 no regime Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e 600 via seleção de estagiários. A previsão é que o programa seja iniciado no mês de maio.

Além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolve todas as faixas etárias e pessoas com deficiência, também busca estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e de direitos de todos.

(ASCOM SETRE, 2017)

Apesar de estar noticiado que a previsão de início do programa seria no mês de maio de 2017, devido aos percalços já informados, essa previsão não se concretizou. De acordo com o RCO (SUDESB, 2019), após a conclusão e resolução de todos os problemas e entraves no período de estruturação, e após comprovada a conclusão de todos os procedimentos relativos à estruturação do PELC-Bahia, como: aquisição de bens e serviços previstos no Plano de Trabalho, seleção dos recursos humanos, fotos dos núcleos devidamente identificados, envio das planilhas dos beneficiados, de núcleos e de recursos humanos, realização do Módulo Introdutório I e aprovação da grade horária, o Ministério do Esporte concede a autorização para desenvolvimento das atividades (Ordem de Início) junto ao beneficiários do Programa. A Ordem de início foi emitida em 30/10/17, por meio de ofício nº 114/2017/CAEL/CGAE/DEGEP/SNELIS-ME.

4.2 O lugar: as identidades, as temporalidades, as culturas.

O estado da Bahia atualmente encontra-se dividido em Territórios de Identidades (TI). Para compreendermos a ideia dos TIs do estado da Bahia, torna-se necessário assimilar a concepção de território nesse contexto. Conforme nos explica Duarte (2009), território é aqui entendido como “a base geográfica da existência social, espaço simbólico em que a população constrói a sua identidade, exprime sentimentos de pertença e cria seu patrimônio cultural” (p. 01). Essa nova regionalização da Bahia foi coordenada pela Secretaria de Cultura do Estado e contou com a representação dos poderes locais, lideranças comunitárias, instituições sociais, artistas e produtores culturais, com o objetivo de contribuir para a elaboração do planejamento estratégico da gestão cultural do estado (DUARTE, 2009). No contexto dessa pesquisa, o entendimento sobre os TIs pode auxiliar na discussão a respeito da possibilidade de uma política social como o PELC influenciar o processo identitário dos indivíduos envolvidos, sejam eles agentes sociais, coordenadores, gestores ou beneficiários, uma vez que manifestações culturais foram apropriadas pelo programa como forma de lazer em diferentes contextos.

Conforme a Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN),

o território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, s/d)

A divisão dos Territórios de Identidade da Bahia leva em consideração diversos fatores e se baseia no regionalismo e no discurso regionalista representado por “posturas ativas dos grupos e agentes sociais no espaço regional” e fundamenta-se na “cultura local vivida, que se serve das identidades culturais para encaminhar as aspirações desses grupos/agentes” (SERPA, 2015, p. 14). Conforme Serpa (2015), as dimensões simbólica, política e cultural podem ser enfatizadas na constituição de regiões e regionalismos. Elas se manifestam através da “consolidação de uma consciência regional” (p. 16). Logo, a região passa a ser delineada a partir de uma construção sociocultural, uma vez que passa a fazer parte de um “imaginário social, enquanto representação da realidade” (p.16). Nesse sentido, Castro (2005) pontua que a região pode ser entendida também como

um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais. (CASTRO, 2005, p. 193)

Para a implementação do PELC-Bahia, foram escolhidos 78 municípios baianos, descritos na tabela 2. Conforme o RCO (SUDESB, 2019), foram contemplados no total 78 (setenta e oito) municípios em 25 (vinte e cinco) Territórios de Identidade, dos 27 (vinte e sete) que compõem o Estado da Bahia.

Tabela 2 – Municípios do Estado da Bahia em que o PELC estava sendo desenvolvido.

Municípios		
Alagoinha	Ibicuí	Presidente Dutra
Andorinhas	Ichu	Riachão do Jacuípe
Barreiras	Ilheus	Riacho de Santana
Boquira	Ipupiara	Rodela
Brumado	Iraquara	Salvador
Cachoeira	Irecê	Santa Cruz Cabralia
Caculé	Itabuna	Santa Inês
Caetité	Itajibá	Santana
Camacan	Itajuípe	Santo Antônio de Jesus
Camaçari	Itapetinga	Santo Estêvão
Camamu	Itiúba	São Sebastião do Passé
Campo Alegre de Lourdes	Jacobina	Seabra
Candeal	Jaguari	Senhor do Bonfim
Chorrochó	Lajes	Serra Preta
Coaraci	Lapão	Serrinha
Correntina	Lauro de Freitas	Serrolândia
Cruz das Almas	Licínio de Almeida	Simões Filho
Encruzilhada	Macarani	Tanhaçu
Eunápolis	Macaúbas	Tanque Novo
Filadélfia	Mairi	Teixeira de Freitas
Gandu	Morro do Chapéu	Tremedal
Gentio do Ouro	Paramirim	Ubaíra
Gongogi	Pé de Serra	Ubaitaba
Guanambi	Planaltino	Várzea da Roça
Heliópolis	Poções	Várzea de Poço
Ibicaraí	Porto Seguro	Vitória da Conquista
Total – 78		

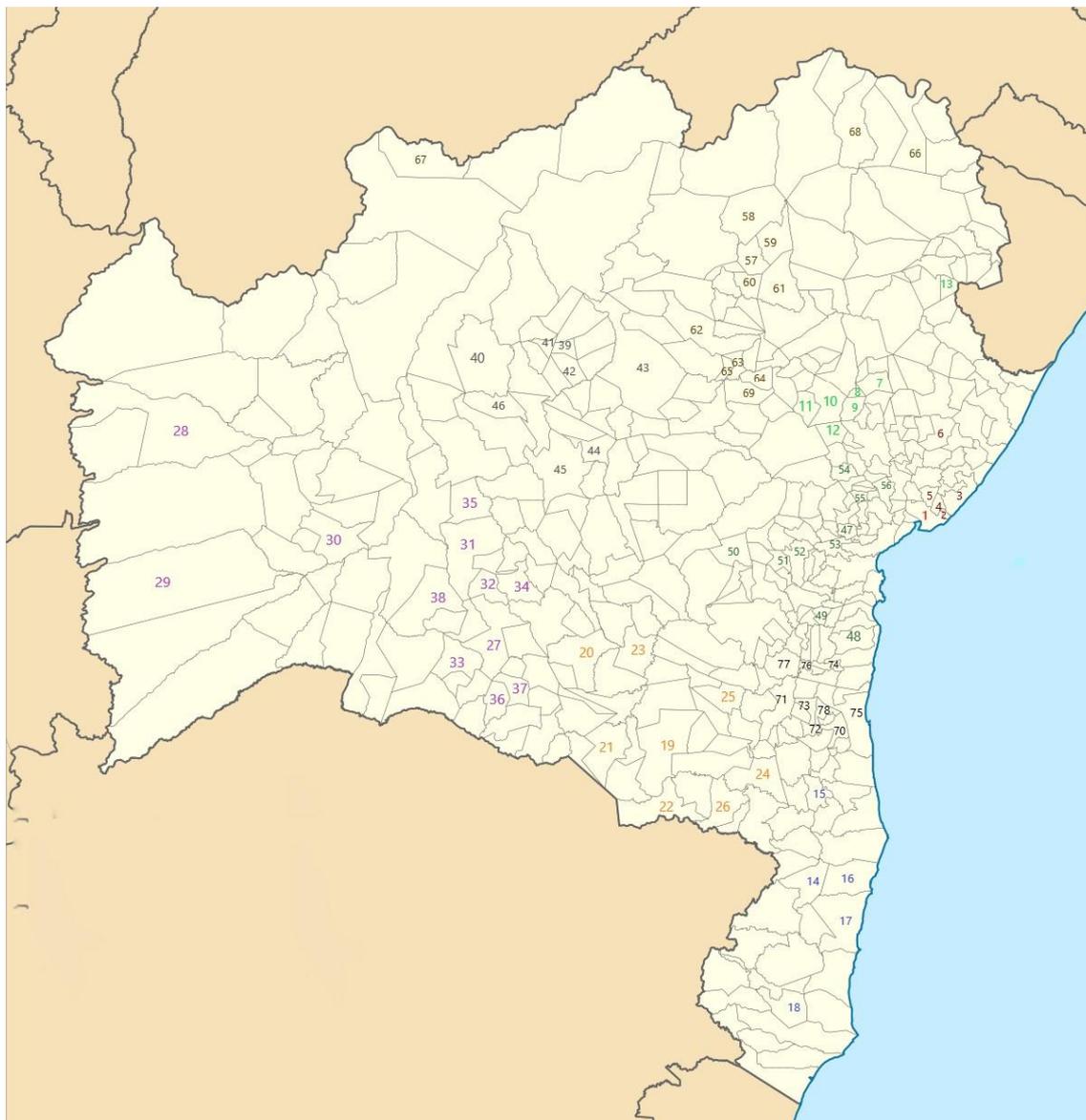
Fonte: Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia, 2019.

O PELC-Bahia foi o convênio com mais núcleos implementados em um mesmo edital, totalizando 100 núcleos. De acordo com o RCO,

aos 100 (cem) núcleos implantados, foram adicionados mais 69 (sessenta e nove) subnúcleo 1 (um) e 39 (trinta e nove) subnúcleo 2 (dois), totalizando 208 espaços de atendimento, ampliando assim, o acesso e possibilitando que espaços menores também fizessem parte do programa. (SUDESB, 2019, p. 120)

O programa buscou atender municípios em locais diversificados, como demonstra o mapa seguir.

Figura 2 – Mapa do Estado da Bahia contendo os municípios atendidos pelo PELC-Bahia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Figura 3 – Legenda do mapa do Estado da Bahia contendo os municípios atendidos pelo PELC-Bahia.

- | | | |
|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 1. Salvador (bairros) | 27. Caetité | 53. Laje |
| 2. Lauro de Freitas | 28. Barreiras | 54. Santo Estêvão |
| 3. Camaçari | 29. Correntina | 55. Cruz das Almas |
| 4. Simões Filho | 30. Santana | 56. Cachoeira |
| 5. São Sebastião do Passé | 31. Macaúbas | 57. Senhor do Bonfim |
| 6. Alagoinhas | 32. Tanque Novo | 58. Jaguarari |
| 7. Serrinha | 33. Guanambi | 59. Andorinha |
| 8. Ichu | 34. Paramirim | 60. Filadélfia |
| 9. Candeal | 35. Boquira | 61. Itiúba |
| 10. Riachão do Jacuípe | 36. Licínio de Almeida | 62. Jacobina |
| 11. Pé de Serra | 37. Caculé | 63. Serrolândia |
| 12. Serra Preta | 38. Riacho de Santana | 64. Várzea da Roça |
| 13. Heliópolis | 39. Irecê | 65. Várzea do Poço |
| 14. Eunápolis | 40. Gentil do Ouro | 66. Rodelas |
| 15. Camacan | 41. Presidente Dutra | 67. Campo Alegre de Lourdes |
| 16. Santa Cruz Cabrália | 42. Lapão | 68. Chorrochó |
| 17. Porto Seguro | 43. Morro do chapéu | 69. Mairi |
| 18. Teixeira de Freitas | 44. Iraquara | 70. Itabuna |
| 19. Vitória da Conquista | 45. Seabra | 71. Ibicuí |
| 20. Brumado | 46. Ipuiara | 72. Ibicarai |
| 21. Tremedal | 47. Santo Antônio de Jesus | 73. Coaraci |
| 22. Encruzilhada | 48. Camamu | 74. Ubaitaba |
| 23. Tanhaçu | 49. Gandu | 75. Ilhéus |
| 24. Itapetinga | 50. Planaltino | 76. Gongogi |
| 25. Poções | 51. Santa Inês | 77. Itagibá |
| 26. Macarani | 52. Ubaíra | 78. Itajuípe |

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Alguns dos municípios listados no mapa anterior possuíam mais de um núcleo do PELC-Bahia. A cidade de Salvador, por exemplo, tinha 17 núcleos em bairros diferentes. Foram eles: Aflitos; Alto do Peru; Campinas de Brotas; Cosme de Farias; Engenho Velho da Federação; São Gonçalo; Cajazeiras; Lobato; Mata Escura; Plataforma (Plataforma 1 e Plataforma 2); Santo Inácio; Fazenda Coutos; Uruguai; Liberdade; Vale do Matatu; Vasco da Gama. A cidade de Vitória da Conquista e Lauro de Freitas possuíam três núcleos em cada e a cidade de Itabuna possuía dois núcleos implementados.

Para facilitar a gestão do programa, foram realizados agrupamentos entre os municípios formando polos. De acordo com o RCO,

utilizando-se de uma estratégia metodológica para a implantação dos 100(cem) núcleos o referido convenio foi subdividido em 10 polos regionais (Salvador, Salvador RMS, Serrinha, Eunápolis, Vitoria da Conquista, Caetité, Irecê, Santo Antonio de Jesus, Senhor do Bonfim, Itabuna) composto pelos municípios contemplados visando facilitar a atuação pedagógica, considerando a expansão territorial da Bahia. (SUDESB, 2019, p. 118)

Cada coordenador setorial ficava responsável por gerir dois entre os dez polos, ou seja, o PELC-Bahia contou com a participação de 5 coordenadores setoriais. A coordenadora geral e a coordenadora pedagógica acompanhavam todos os polos. Os municípios ficaram divididos da seguinte maneira:

Tabela 3 – Divisão dos núcleos do PELC-Bahia em polos.

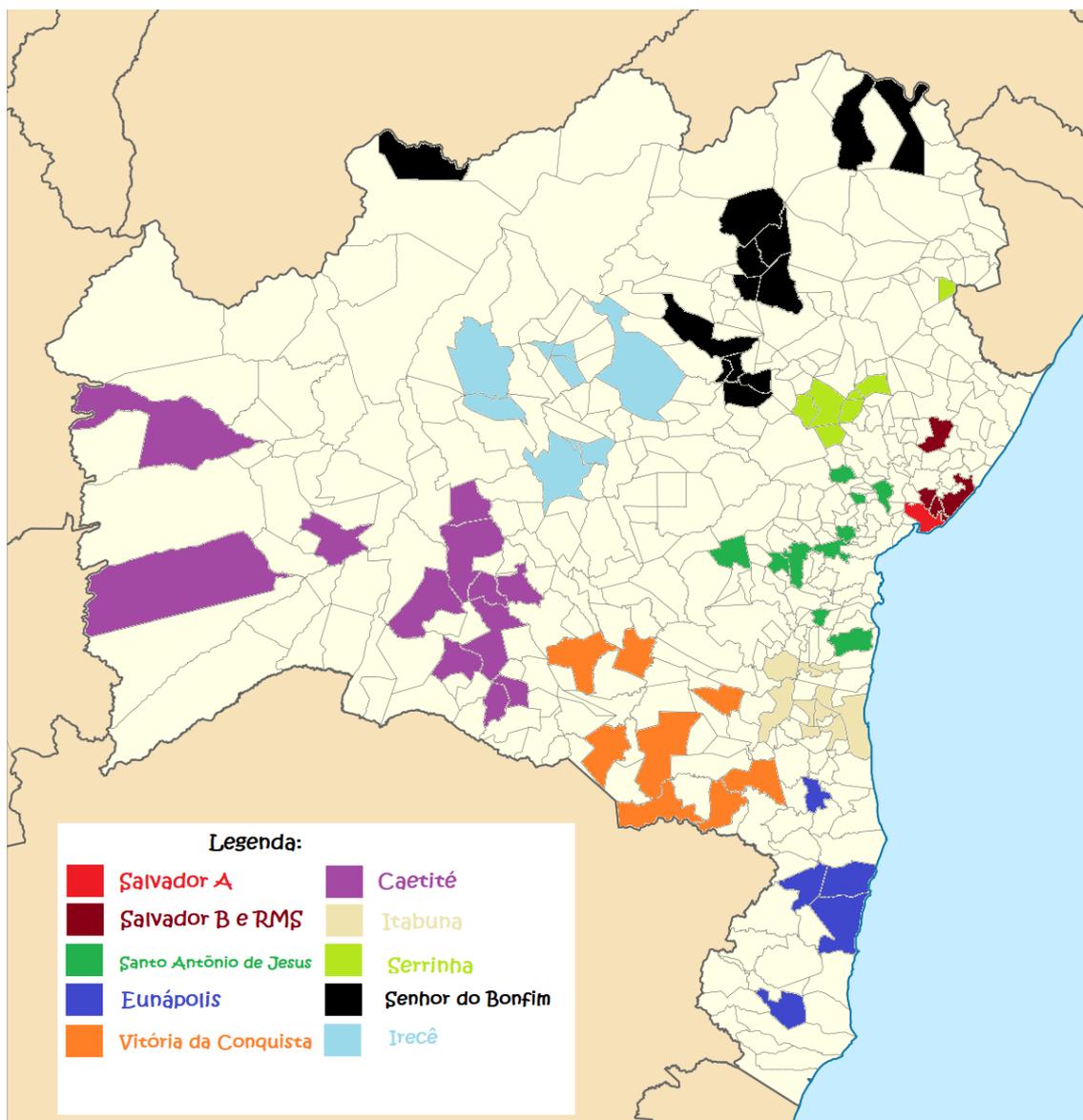
POLOS	BAIRROS E/OU MUNICÍPIOS
SALVADOR A (12 NÚCLEOS)	Bairro Aflitos; Bairro Alto do Peru; Bairro Campinas de Brotas; Bairro Cosme de Farias; Bairro Engenho Velho da Federação; Bairro São Gonçalo; Bairro Cajazeiras; Bairro Lobato; Bairro Mata Escura; Bairro Plataforma (Plataforma 1 e Plataforma 2); Bairro Santo Inácio.
SALVADOR B E RMS²⁴ (12 NÚCLEOS)	Bairro Fazenda Coutos; Bairro Uruguai; Bairro Liberdade; Bairro Vale do Matatu; Bairro Vasco da Gama; Municípios: Lauro de Freitas (núcleo 1); Lauro de Freitas (núcleo 2); Lauro de Freitas (núcleo 3), Camaçari; Simões Filho; São Sebastião do Passé; Alagoinhas.
SERRINHA (7 NÚCLEOS)	Serrinha; Ichu; Candéal; Riachão do Jacuípe; Pé de Serra; Serra Preta; Heliópolis.
EUNÁPOLIS (5 NÚCLEOS)	Camacan; Eunápolis; Santa Cruz Cabralia; Porto Seguro; Teixeira de Freitas.
VITÓRIA DA CONQUISTA (10 NÚCLEOS)	Brumado; Tremedal; Encruzilhada; Tanhaçu; Vitória da conquista (núcleo 1); Vitória da conquista (núcleo 2); Vitória da conquista (núcleo 3); Itapetinga; Poções; Macarani.
CAETITÉ (12 NÚCLEOS)	Barreiras; Correntina; Santana; Macaúbas; Tanque Novo; Guanambi; Paramirim; Boquira; Licínio de Almeida; Caculé; Caetité; Riacho de Santana.
IRECÊ (8 NÚCLEOS)	Gentio do Ouro; Presidente Dutra; Lapão; Morro do Chapéu; Iraquara; Seabra; Irecê; Ipupiara.
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (10 NÚCLEOS)	Camamu; Gandu; Planaltino; Santo Inês; Ubaíra; Laje; Santo Antônio de Jesus; Santo Estevão; Cruz das Almas; Cachoeira.
SENHOR DO BONFIM (13 NÚCLEOS)	Senhor do Bonfim; Jaguarari; Andorinha; Filadélfia; Itiuba; Jacobina; Serrolândia; Várzea do Poço; Várzea da Roça; Rodelas; Campo Alegre de Lourdes; Chorrocho; Mairi.
ITABUNA (10 NÚCLEOS)	Itabuna (núcleo 1); Itabuna (núcleo 2); Ibicuí; Ibicaraí; Coaraci; Ubaitaba; Ilhéus; Gongogi; Itagiba; Itajuípe.
TOTAL – 100 NÚCLEOS	

Fonte: Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia, 2019.

²⁴ Região Metropolitana de Salvador

No mapa do estado da Bahia, a divisão dos polos ficou da seguinte forma:

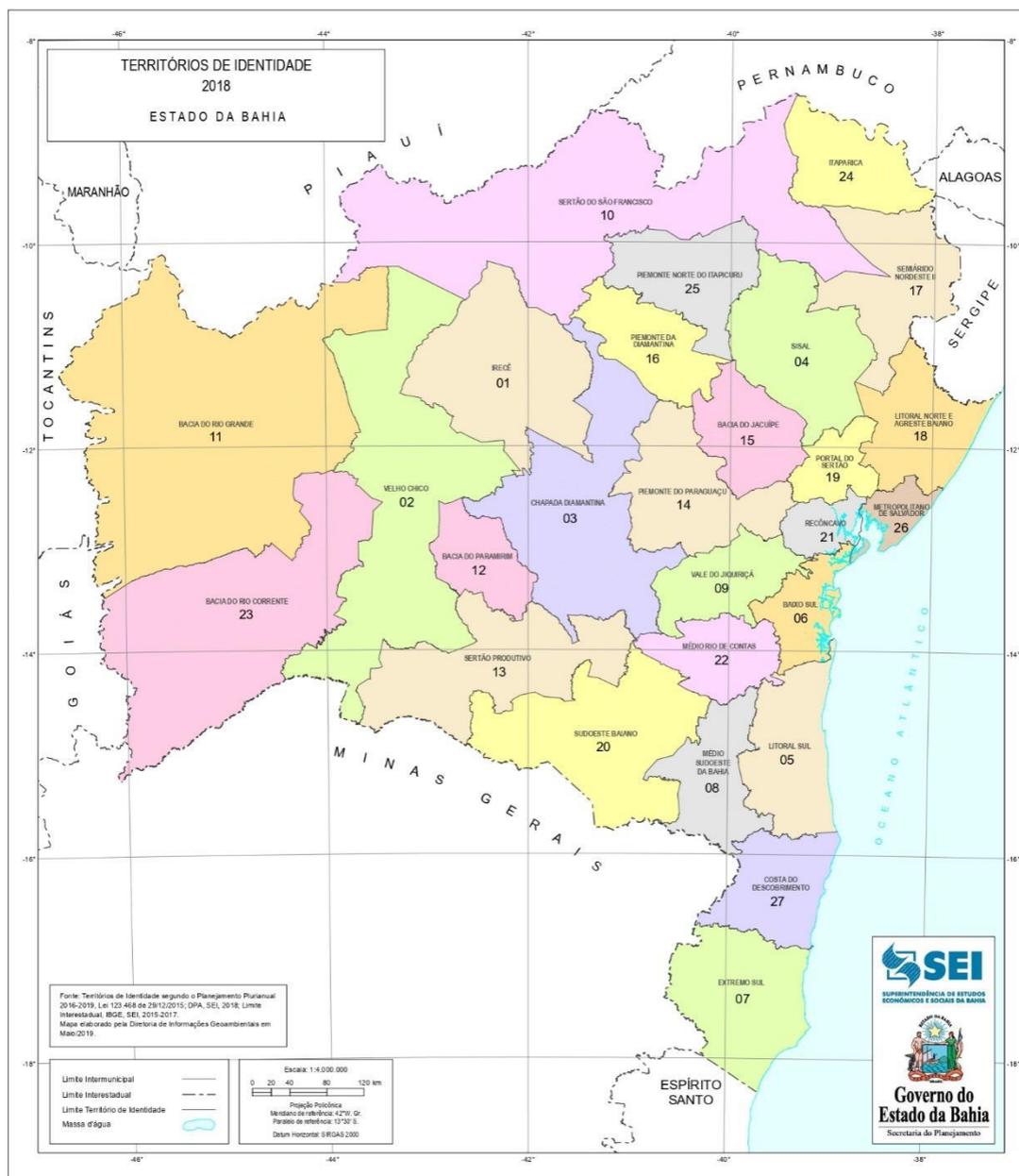
Figura 4 – Mapa do Estado da Bahia contendo os polos dos núcleos do PELC-Bahia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ao compararmos o mapa do Estado da Bahia com a marcação dos municípios atendidos pelo PELC e o mapa dos Territórios de Identidade da Bahia, verificamos que quase todos os Territórios de Identidade tiveram núcleos do PELC implementados.

Figura 5 – Mapa do Estado da Bahia contendo os Territórios de Identidade.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Disponível em:

<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17#:~:text=Com%20%20objetivo%20de%20identificar,da%20especificidade%20de%20cada%20regi%C3%A3o.>

A meta de atendimento do PELC-Bahia era de 400 beneficiários por núcleo (BRASIL, 2014). A partir sua data de início, em novembro de 2017, os núcleos do PELC-Bahia começaram a receber as inscrições para as atividades sistemáticas que seriam ofertadas no mês de dezembro de 2017. Em janeiro de 2018, os núcleos já estavam com sua capacidade máxima para atendimento. Mesmo assim, dependendo do lugar onde o núcleo funcionava, a coordenação

não negava a participação de novos beneficiários, principalmente devido à possível rotatividade de beneficiários. Nesse sentido, a coordenação do PELC-Bahia informa que

em novembro de 2017 nós fizemos a remessa de todo o material de divulgação, certo? Em dezembro, inicialmente, é... a gente já tinha as aulas rolando com a comunidade, e ainda estávamos fazendo matrícula. Em janeiro, a gente tava com 100% da nossa capacidade. A gente usou, a gente lançou, a gente não entrou com aquela ideia de começar com o início do ano, não. A gente pegou o final do ano para estruturar, em dezembro porque não teria aula pra poder fazer aquela liga com a comunidade, que o pessoal estaria mais em casa por conta do final de ano. A gente apostou no inverso. O pessoal geralmente gosta de apostar pra começar tudo no início do ano. A gente não. (DÓCIO, 2020)

De acordo com o RCO (SUDESB, 2019), o PELC-Bahia conseguiu atender 45.551 beneficiários, ou seja, 105% de atendimentos previstos, ultrapassando a meta de 40.000 beneficiários do programa. O número de beneficiários atendidos variava em cada um dos núcleos do PELC, todos com o atendimento mínimo de 400 beneficiários. Para demonstrar essa oscilação temos, por exemplo, os núcleos de Santana (n° 94) e de Poções (n° 93). Enquanto o núcleo de Santana registrou 401 beneficiários atendidos no período de dezembro de 2017 a julho de 2019, o núcleo de Poções registrou 633 beneficiários atendidos no mesmo período (SUDESB, 2019).

4.3 As formações do PELC-Bahia

Como previsto nas Diretrizes do PELC, a formação da equipe envolvida no programa é considerada um elemento central da proposta do PELC, uma vez que ela configura “uma ferramenta pedagógica imprescindível para o seu desenvolvimento” (BRASIL, 2014, p. 19). Sendo assim, após a realização do I Encontro de Coordenadores do PELC-Bahia, o lançamento oficial do programa foi agendado para o dia 14 de agosto de 2017.

Isayama *et al* (2018) pontuam que, no caso do PELC, os agentes sociais são considerados “protagonistas no desenvolvimento e na implantação da política” (p.130) e, por isso, “a formação visa qualificar a execução, no sentido de construir junto à população atendida uma relação autônoma, crítica e protagonista no campo do esporte e do lazer” (p. 130).

Conforme as Diretrizes do PELC, as formações deveriam ser estruturadas de forma modular, abrangendo: Módulo Introdutório I e Módulo Introdutório II, Formação em Serviço, Módulo de Avaliação I e Módulo de Avaliação II (BRASIL, 2014, p. 19). Porém, se tratando do PELC-Bahia, levando em consideração a realidade de 100 núcleos, as formações foram pensadas para serem realizadas em blocos. Nesse sentido, a coordenação do PELC-Bahia explica que

nós tínhamos núcleos espalhados no interior todo, então nós tínhamos é fiscalização com o carro do estado nos locais o tempo todo, nós tínhamos formações em bloco, nós... eram... foi um outro desafio também, né? Que o PELC levou, inclusive para a UFMG, né? Essa coisa da gente montar formações em blocos. Então a gente tinha 10 polos, cada polo tinha as suas... em média 10 municípios, mas nem sempre ficava nessa ordem porque muitas vezes o mapa não é tão bonitinho como a gente deseja, mas enfim, a gente tinha uma programação assim e a gente juntava essas turmas, né? É... só que você faz uma formação para um núcleo, você tem em torno de 6 pessoas, mais aquelas ali da comunidade e tal... O nosso não, a gente faz uma formação tinha 120, 130, 150 pessoas por formação. (DÓCIO, 2020)

Assim, todas as formações foram estruturadas e realizadas em blocos. As formações iniciais (Módulos introdutórios) ocorreram conforme tabela a seguir.

Tabela 4 – Primeiras formações em bloco, Módulos Introdutórios.

Polo	Data e local da formação
Salvador A	10,11,12 /08/2017 - Local: Estádio de Pituáçu, Salvador/BA.
Salvador B e RMS	15,16,17/08/2017 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Serrinha	19,20,21 /08/2017 - Local: UNEB – Campus XI, Serrinha/BA.
Eunápolis	19,20,21 /08/2017 - Local: APAE Eunápolis, Eunápolis/BA.
Vitória da Conquista	25,26,27 /08/2017 - Local: UESB - Vitoria da Conquista/BA.
Caetité	01,02,03/09/2017 - Local: Cine Antônio Teixeira, Caetité/BA.
Irecê	07,08,09/09/2017 - Local: SECIR – Sindicato dos Comerciantes de Irecê e Região, Irecê/BA.
Santo Antônio de Jesus	07,08,09/09/2017 Local: IFBA – Instituto Federal da Bahia - Campus Santo Antônio de Jesus/BA.
Senhor do Bonfim	11,12,13 /09/2017 - Local: Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, Senhor do Bonfim/BA.
Itabuna	16,17,18/09/2017 - Local: UNIME – Itabuna/BA.

Fonte: SUDESB, 2017.

Conforme explicam Isayama *et al* (2018), nesse processo de formação, principalmente nos módulos introdutórios, eram desenvolvidos conteúdos relacionados às diretrizes e princípios do programa, porém, não somente. Conteúdos relacionados à conceitos importantes para o desenvolvimento do programa também eram desenvolvidos, como esporte, lazer, cultura, políticas públicas e sociais, animação cultural, entre outros. Outro conteúdo desenvolvido nessas formações dizia respeito às metodologias de trabalho, a exemplo da educação popular, planejamento de atividades, entre outros. Os indivíduos envolvidos no programa deveriam participar das formações, ou seja, os gestores, os coordenadores e agentes sociais do convênio firmado. Como já informado anteriormente, no caso do PELC-Bahia somavam 600 agentes sociais, 100 coordenadores de núcleos, 5 coordenadores setoriais, 1 coordenadora pedagógica, 1 coordenadora geral e algumas outras pessoas da coordenação administrativa participando das formações.

Após a experiência com os módulos introdutórios, as outras formações já foram realizadas na cidade de Salvador²⁵. A coordenação do PELC-Bahia vislumbrou ali uma possibilidade de vivência de lazer para os profissionais que atuavam no programa. Alguns deles não conheciam a praia ou não tinham o costume de viajar e talvez não teriam outra oportunidade como essa da

²⁵ A partir do momento em que as formações passam a ocorrer na cidade de Salvador, alguns aspectos da realidade local podem passar despercebidos ou se perdem, uma vez que essa mudança afeta diretamente os envolvidos.

formação. Assim, a SUDESB organizava toda a programação, conforme relato da coordenação.

Todos eram agentes e todos eram profissionais dos núcleos, trabalhavam, atuavam ali naquele núcleo, e nós trazíamos eles para um outro ambiente, todos viajavam, saíam de suas cidades, ficavam alojados, hospedados aqui no centro...

Trazia aqui pro CPJ²⁶, a gente locava hospedagem aqui próxima, a gente dava todas as alimentações, café, almoço e janta, é... passagem, todos iam de ônibus e voltavam de ônibus dos seus locais de origem, e aqui, eles se deslocavam das pousadas para os locais de formação e vice-versa também com ônibus exclusivo. (DÓCIO, 2020)

As formações dos módulos de Avaliação²⁷ ocorreram então na cidade de Salvador, conforme informações na tabela a seguir.

Tabela 5 – Formações em bloco, Módulos de Avaliação.

Polo	Data e local da formação
Salvador A	01 a 03/04/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Salvador B e RMS	08 a 10/04/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Serrinha	15 a 17/04/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Eunápolis	15 a 17/04/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Vitória da Conquista	23 a 25/04/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Caetité	29/04 a 01/05/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Irecê	27 a 29/05/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Santo Antônio de Jesus	06 a 08/05/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Senhor do Bonfim	13 a 15/05/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.
Itabuna	20 a 22/05/2019 - Local: CPJ- Centro Pan-americano de Judô, Salvador/BA.

Fonte: SUDESB, 2017.

Através das formações em blocos na cidade de Salvador, a coordenação do PELC-Bahia conseguiu proporcionar aos envolvidos também um momento de lazer. Todas as formações eram tidas como essenciais para o desenvolvimento do programa e a coordenação dele não media esforços para que todos os envolvidos estivessem presentes.

²⁶ Centro Pan Americano de Judô

²⁷ Devido a toda a logística envolvendo esses encontros, os dois módulos de avaliação, previstos nas diretrizes do PELC, foram condensados em um único módulo de avaliação.

4.4 Os núcleos e suas atividades

Conforme previsto nas diretrizes do programa, cada núcleo (e subnúcleo) deveria ofertar aos beneficiários atividades sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (festas, eventos e comemorações). De acordo com o RCO do PELC-Bahia, as atividades foram propostas de forma a democratizar, aos beneficiários, o acesso a diversas práticas esportivas e culturais, durante o período de atendimento.

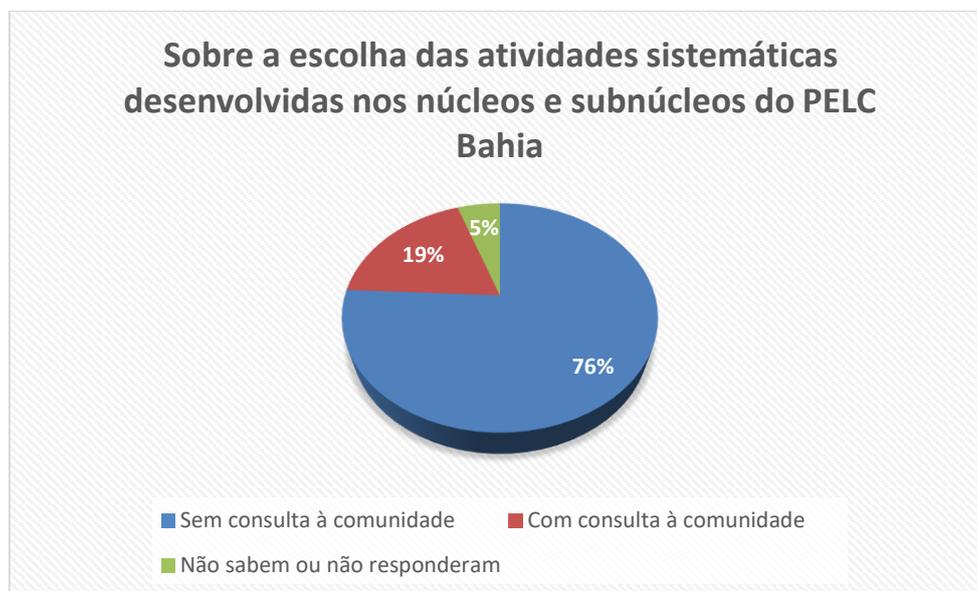
Em cada núcleo e/ou subnúcleo do PELC-Bahia foram desenvolvidas atividades diferenciadas, conforme a demanda apresentada pela comunidade. Porém, em um primeiro momento, essa demanda não foi levada em consideração, uma vez que, para que as atividades sistemáticas de todos os 100 núcleos do PELC-Bahia pudessem dar início, o material precisava ser adquirido. Sendo assim, conforme explica a coordenadora geral, foram pensadas atividades para serem desenvolvidas nos núcleos, sem que fosse realizada a consulta às comunidades que seriam atendidas.

Vou lhe dizer o que aconteceu. É... esses projetos, eles têm um certo engessamento. Por quê? Porque pra gente começar ele, previamente, você tem que fazer a compra de todo o material. Eu precisava fazer a compra pra 100 núcleos. Eu sou uma profissional da área, né, trabalho escrevendo e projetando, projetos quanto esse, similares. Então, o que que a gente fez aqui, o que que eu pensei na época? Falei: oh, vamos fazer assim. Nós vamos montar oficinas básicas gerais. Oficinas de bola. Então ela vai completa. Ela vai com todas as bolas, todas as redes e tal. Lá, depois, a gente descobre a afinidade. Mas, como a gente trabalha com o lazer, todas as outras bolas vão ser reaproveitadas, não vai se perder, né? E nós montamos em torno de 60 oficinas extras que eram... desculpa, 60 não. Nós montamos 100 oficinas que a gente dividiu em seis modalidades específicas. Foram lá dança, recreação, boxe... é... dança, recreação, boxe, música, que a gente tinha os instrumentos a parte, e cinema e vídeo. Cinema e vídeo e capoeira. As seis modalidades extras daquelas de bola, né? E aí nessas, as cidades escolhiam. (Entrevista DÓCIO, 2020)

Os coordenadores de núcleo e agentes sociais que trabalharam diretamente no desenvolvimento de tais atividades foram ouvidos com relação a escolha e implementação delas. Do total de coordenadores de núcleo e agentes sociais que responderam ao questionário, representantes dos dez polos em que o PELC-Bahia foi desenvolvido, 76% afirmaram que não houve consulta à comunidade sobre a escolha das atividades que seriam ofertadas nos núcleos e

subnúcleos do programa no momento de sua implementação, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Respostas ao questionário sobre a escolha das atividades sistemáticas a serem desenvolvidas nos núcleos e subnúcleos do PELC Bahia para a sua implementação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

No questionário aplicado, a pergunta que se referia a escolha dessas atividades estava no modelo discursiva, ou seja, cada indivíduo poderia explicar como foi feita a escolha das atividades sistemáticas no momento da implementação do PELC-Bahia. Por isso, algumas informações extras foram apresentadas por eles. Alguns indivíduos pontuaram o interesse e a necessidade da comunidade atendida como sendo fatores importantes na escolha das atividades a serem ofertadas, como demonstram os exemplos a seguir.

Houve organização dos horários entre coordenador local e agentes, junto com as necessidades e disponibilidade da comunidade. (Indivíduo 34, Polo Itabuna, Núcleo Ubaitaba)

Fizemos uma avaliação na comunidade e a cidade precisa ter uma atividade física mais eficaz com profissionais habilitados. (Indivíduo 35, Polo Itabuna, Núcleo Ubaitaba)

Houve discussão entre a equipe para um levantamento da demanda e uma busca ativa da necessidade da comunidade. (Indivíduo 8, Polo Caetité, Núcleo Guanambi)

Solicitação da comunidade. (Indivíduo 40, Polo Salvador A, Núcleo Liberdade)

Houve um breve diagnóstico da comunidade em atender as demandas, junto com a equipe gestora e conselho fiscal a confecção da grade horária. (Indivíduo 67, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Jacobina)

A escolha foi feita de conhecimento e pesquisa sobre a cultura local, a exemplo do artesanato que é uma atividade bastante desenvolvida na cidade. (Indivíduo 78, Polo Serrinha, Núcleo Serrinha)

As oficinas foram escolhidas a partir do gosto da população e, também dos espaços disponíveis da cidade. (Indivíduo 90, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Tremedal)

Demanda da população somada às condições físicas dos locais e necessidade local de tais modalidades acerca de saúde, bem-estar, lazer... (Indivíduo 91, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Vitória da Conquista III)

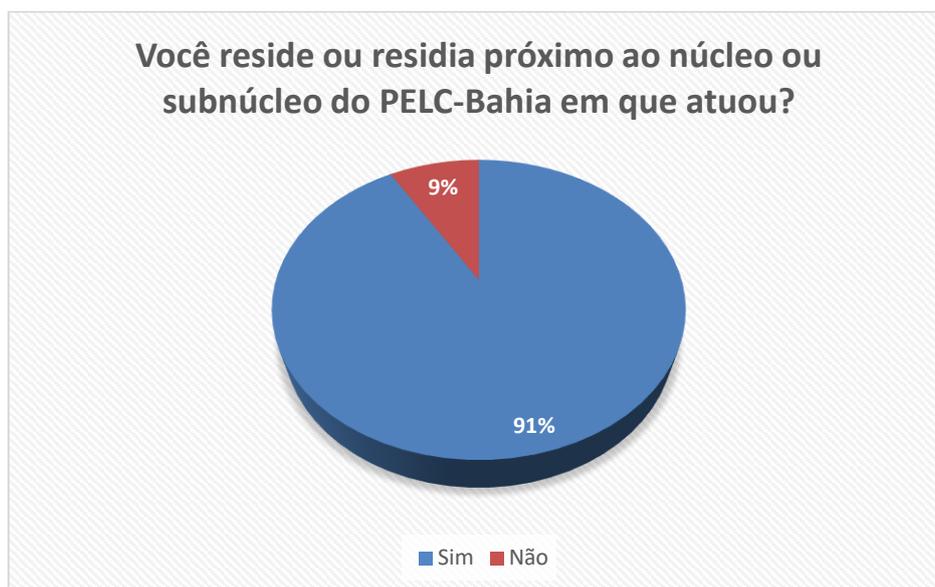
Foram feitas dentro dos materiais que recebemos e da necessidade das pessoas da comunidade. (Indivíduo 84, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Vitória da Conquista III)

Apesar da coordenação geral do programa informar que não houve consulta à comunidade para a escolha das atividades sistemáticas que seriam desenvolvidas nos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia no momento de sua implementação, e dos indivíduos que responderam ao questionário confirmarem tal afirmação, os termos “demanda da população”, “necessidade da comunidade”, “avaliação da comunidade”, “diagnóstico da comunidade”, “pesquisa da cultura local” chamam a atenção.

Conforme enfatizam Dias, Debortoli e Caú (2018), conhecer a cidade, ou comunidade, em que a política pública de esporte e lazer será implementada é fundamental para o sucesso dela. Os autores afirmam que cada cidade é única e possui particularidades que devem ser levadas em consideração, uma vez que uma das principais características da realidade brasileira é justamente a “acentuada diversidade existente entre as regiões, estados, municípios, bairros, populações e grupos” (p. 17). Logo, “quanto mais levantarmos as informações e pontos de vistas das pessoas, maior será a possibilidade de identificar e avaliar os problemas e demandas para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer” (p. 17).

A maioria dos agentes sociais e dos coordenadores de núcleo que participaram da pesquisa residiam próximo ao núcleo ou subnúcleo do programa em que atuou, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Respostas ao questionário sobre a residência do indivíduo quando ele atuava no PELC Bahia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Aos indivíduos que responderam que residem ou residiam próximo ao núcleo ou subnúcleo em que atuou, foi indagado se eles tinham uma participação ativa na comunidade e sobre sua relação com as pessoas dessa comunidade, justamente para se ter uma noção a respeito dos conhecimentos deles acerca das especificidades locais e as demandas da população alvo do programa. Alguns desses indivíduos indicaram uma participação ativa na comunidade em que residem, conforme explicitado a seguir.

Sim, sou coordenador de academia, professor de ginástica, projeto social de ginástica gratuita para pessoas carentes, nutricionista e educar físico voluntário do albergue nosso lar. (Indivíduo 85, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Patagônia)

Tenho uma grande comunicação e acesso com a comunidade que no qual dei continuidade voluntária com o projeto, mesmo passando por essa calamidade da covid. (Indivíduo 86, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Patagônia)

Faço parte de grupos vinculados a igreja católica que tem ligação direta com jovens e idosos. Sou integrante de um grupo de ciclismo. Como profissional de Educação Física sou docente na rede Municipal e proprietária de uma academia. (Indivíduo 87, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Maçarani)

Sim, fiz parte do grupo de dança e teatro Urbanos DRT, sou aluno da escola de capoeira, Abadá Capoeira, sou um dos membros da

associação da cultura em Tremedal-BA. (Indivíduo 89, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Tremedal)

Participante de ações em asilos, escolas etc. (Indivíduo 92, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Patagônia)

Sim, sou atual presidente da associação de Criando e produtores de cultura em Tremedal. (Indivíduo 95, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Tremedal)

Participo de associação comunitária, e grupos esportivos da cidade. (Indivíduo 78, Polo Serrinha, Núcleo Serrinha)

Conselho de Saúde, e ação social, (Indivíduo 74, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Rodelas)

Sim. Participo de um grupo solidário. Doações de roupas e alimentos não perecíveis. (Indivíduo 72, Polo Serrinha, Núcleo Rodelas)

Relação ótima com a minha comunidade, continuei com outro projeto servindo a comunidade, tenho ótima receptividade representando minha comunidade através de associação a qual também faço parte. (Indivíduo 62, Polo Santo Antônio de Jesus, Núcleo Santo Antônio de Jesus)

Já fui coordenador de um projeto social em uma ONG. (Indivíduo 41, Polo Salvador A, Núcleo Lobato)

Participo da diretoria da SRCBME (ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO). Também sou coordenadora da Pastoral Social da Paróquia de Nossa Senhora, sou moradora do bairro há 50, e tenho ótimas relações com toda comunidade graças à Deus e a Nossa Senhora. (Indivíduo 39, Polo Salvador A, Núcleo Mata Escura)

Como trabalhei um tempo como professor municipal e por ser filho da cidade, tinha e tenho uma relação bem próxima com a comunidade, fiz parte de movimentos estudantis, trabalhei em programas próprio esportivos, de forma voluntária, e sempre que possível ajudo nos mais diversos movimentos que possam impulsionar as crianças e jovens do meu município. (Indivíduo 23, Polo Irecê, Núcleo Presidente Dutra)

Sou presente de uma associação Expressão Afro cultura, onde desenvolvemos trabalho voluntário através da Capoeira. (Indivíduo 22, Polo Eunápolis, Núcleo Eunápolis)

Antes de ser coordenadora participava ativamente das ações culturais no município, grupo de dança, teatro. Passado o momento da coordenação atuo atualmente como conselheira de cultura do município. (Indivíduo 10, Polo Caetité, Núcleo Tanque Novo).

Através dessas descrições, é possível supor que tais indivíduos teriam informações importantes sobre a condição de vida da população, da comunidade, do bairro, seus interesses e seus valores locais, podendo ser considerados informantes-chaves. Conforme explicam Dias, Debortoli e Caú (2018), podem ser considerados informantes-chaves para o diagnóstico da realidade local trabalhadores de equipamentos públicos locais (escolas,

equipamentos de esporte e lazer etc.), lideranças comunitárias (líderes religiosos, presidentes de clubes esportivos, membros de associações, representantes de grupos de jovens, terceira idade etc.), comerciantes e donos de estabelecimentos ou mesmo membros de organizações não governamentais que atuam na região (grupos culturais e/ou esportivos). Logo, como possíveis informantes-chaves, eles poderiam auxiliar no momento de planejamento das atividades sistemáticas ofertadas em cada núcleo e subnúcleo do programa.

Com relação aos indivíduos que responderam que a escolha das atividades sistemáticas foi realizada com consulta à comunidade, acreditamos que tenha sido após a implementação do projeto, conforme indicam as falas a seguir.

Primeiramente houve uma discussão entre a equipe gestora e posteriormente a aplicação da atividade e a adaptação ou reajustes de acordo necessidade da comunidade, tendo a mesma como foco do que se ofertava e por conta disso tendo-a como prioridade. (Indivíduo 58, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Camaçari)

Após minha chegada, ouve um diálogo entre a equipe e comunidade, após foi feito um estudo para entender a realidade dos participantes e a realidade de lazer e necessidades do município, para assim escolher as oficinas. Algumas de antes da minha chegada se ficaram e outras foram substituídas. (Indivíduo 60, Polo Santo Antônio de Jesus, Núcleo Camamu)

Houve a discurso entre comunidade e gestor da PELC buscando a melhor oficina para toda a comunidade. (Indivíduo 62, Polo Santo Antônio de Jesus, Núcleo Santo Antônio de Jesus)

Sempre tinha reuniões, para decidir quais ações eram passadas, a comunidade sempre foi participativa. (Indivíduo 71, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Rodelas)

Houve reformulação, pois as oficinas ofertadas antes não estavam atendendo o objetivo do programa e da comunidade. (Indivíduo 81, Polo Serrinha, Núcleo Pé de Serra)

Algumas a própria comunidade abraçou, outras vieram como novidade, que também foram abraçadas, houve discussão também com a coordenação, sobre como seria onde seria, como seria a abordagem com os nossos beneficiários, houve todo um debate. (Indivíduo 89, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Tremedal)

Dessa forma, foram ofertadas atividades que, depois de realizada a consulta à comunidade e a análise da equipe gestora, acabaram sendo substituídas por outras. Tal fato pode ser caracterizado como processo formativo de construção coletiva, conforme explicam Dias, Debortoli e Caú (2018). O processo ou caminho formativo de construção coletiva é realizado com o auxílio

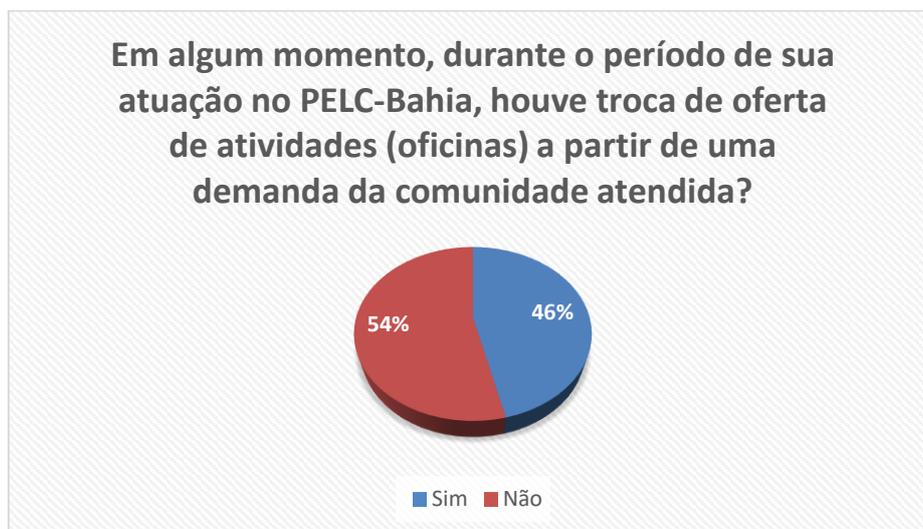
do momento de levantamento das informações, no caso do PELC-Bahia, após a implementação dos núcleos. Ele se configura pelo mergulho no conhecimento da realidade local, pelo conhecimento dos interesses da população relacionados ao esporte e ao lazer, além do planejamento de ações orientadas nas aspirações da população atendida (DIAS, DEBORTOLI e CAÚ, 2018). Ou seja, após a implementação de ações escolhidas e definidas pelos gestores do programa, a comunidade atendida foi consultada e houve modificação nas atividades sistemáticas ofertadas em alguns núcleos e subnúcleos. Salientamos aqui que houveram conflitos para que tais modificações ocorressem, disputas acerca dos territórios ocupados, das atividades desenvolvidas, entre outros. Logo, essas mudanças não ocorreram sem resistências.

Após essas modificações, as atividades sistemáticas que eram desenvolvidas nos núcleos e subnúcleos estavam de acordo com o interesse, participação e envolvimento dos beneficiários e, conseqüentemente, da comunidade atendida. Porém, essa troca de informações com a comunidade que seria atendida sobre tais atividades aconteceu respeitando também os materiais disponibilizados pela SUDESB para o funcionamento delas, como nos explica a coordenadora geral.

Então que que a gente fez? A gente já conversou previamente com as comunidades daquele local que iria receber, os agentes que nos indicaram, sociais, não os que iriam trabalhar, mas as pessoas daquele município e nós já fomos botando um leque de opções, e aí nas formações a gente foi montando o que mais tinha pertinência. Deu certo? 70% eu acho que deu certo. Algumas cidades a gente trocou. Não deu certo, devolveu material... (DÓCIO, 2020)

No questionário da pesquisa, os participantes também informaram sobre as trocas de atividades sistemáticas ofertadas nos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia.

Gráfico 3 – Respostas ao questionário sobre a troca de atividades sistemáticas ofertadas nos núcleos e subnúcleos do PELC Bahia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Apesar da maioria dos participantes (54%) tem indicado que não houve troca de atividades sistemáticas durante o seu período de atuação no programa, 46% deles indicou e explicou o motivo dessas trocas, conforme os exemplos a seguir.

A troca foi realizada pela necessidade avaliada da população. (Indivíduo 8, Polo Caetité, Núcleo Guanambi)

Na verdade, não foi uma troca e sim um complemento às atividades já existentes. Atendendo às demandas da população envolvida, sempre buscávamos trazer coisas novas. (Indivíduo 13, Polo Caetité, Núcleo Morro do Chapéu)

Percebemos que tinha uma procura muito alta pelo Basquete no município. Se tratava de um grupo de jovens que se identificava com a modalidade e nós resolvemos solicitar a troca por uma das oficinas que estava em baixa! (Indivíduo 14, Polo Caetité, Núcleo Caetité)

Substituímos oficinas de teatro e música por capoeira. Havia naquele momento muita procura e ferramentas disponíveis para a prática. (Indivíduo 20, Polo Caetité, Núcleo Santana)

Nas justificativas apresentadas pelos participantes da pesquisa acerca dessas trocas, os termos “procura”, “demanda” e “necessidade” da população se sobressaem. Tal fato nos leva a compreender a importância do reconhecimento e problematização de experiências corporais de movimento no contexto dos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia, no sentido tanto de registrar uma memória

lúdica quanto de identificar anseios e reivindicações dos beneficiários do programa, no que se refere às práticas de esporte e de lazer.

Ao todo, tivemos 38 oficinas diferentes desenvolvidas oficialmente no PELC-Bahia, conforme o RCO. Foram elas: alongamento, artesanato, atletismo, balé, baleado, basquetebol, boxe, caminhada, canoagem, canto, capoeira, cinema e vídeo, coral, dança, dança de salão, dança rítmica, funcional, futebol (de campo), futebol de areia, futsal, futevôlei, ginástica, handebol, hapkido, jiu-jitsu, jogos de tabuleiro, judô, karatê, leitura infantil, muay-tai, música, natação, quarteto fantástico, recreação, taekwondo, teatro, vôlei de areia (de praia), voleibol e xadrez.

Algumas dessas oficinas permaneceram na grade de atividades dos núcleos e subnúcleos devido à persistência da comunidade atendida. Nesse sentido, a coordenadora explica que o envolvimento da comunidade foi fundamental para a oferta de determinadas atividades.

Eu cheguei até locais que eu tive balé, né? Itagibá por exemplo, a gente tinha oficinas de balé. E olha que a gente não tinha o fardamento para o balé e os pais fizeram uma vaquinha e fizeram o fardamento das meninas do balé, o colanzinho com a saíinha, a meíinha e sapatilha... uma coisa assim super legal, né, porque você vê a comunidade se envolvendo com o trabalho. Você vê a gente crescendo com o trabalho, você vê o carinho das crianças em fazer aquela aula. Então a gente tinha inicialmente, é... o balé não estava previsto, mas a gente foi lá e adequou, né, a natação não estava prevista e a gente foi lá e adequou. (Entrevista DOCIO, 2020)

Ou seja, apesar de algumas oficinas terem sido apresentadas para a comunidade em um primeiro momento, os beneficiários também foram ouvidos sobre o desejo de praticar determinada atividade em seu tempo de lazer. A realidade dos locais onde as oficinas ocorriam permitiam tais práticas e a comunidade demonstrava o interesse e o envolvimento na participação nelas.

Tinha o futsal, o basquete, implantamos handebol porque tinha vôlei, mas aí a gente mudou de modalidade porque a procura era muito pouca. Aí, já tinha um grupo de meninas que jogavam handebol. Então, a gente foi e mudou essa modalidade do vôlei para o handebol para abraçar esse pessoal, né? (Entrevista Indivíduo 59, Polo Santo Antônio de Jesus, Núcleo Gandu)

Em início, nós tivemos eh... atividades culturais, né? No caso, envolveu música, eh... foi música e o que mais? E canto. Música e canto. Além de vôlei, futebol e dança, certo? O canto num teve um sucesso esperado pela gente enquanto a dança, o vôlei e o futebol, eh... Nós tivemos que fazer uma alteração, entendeu? E, nessa alteração, aí nós

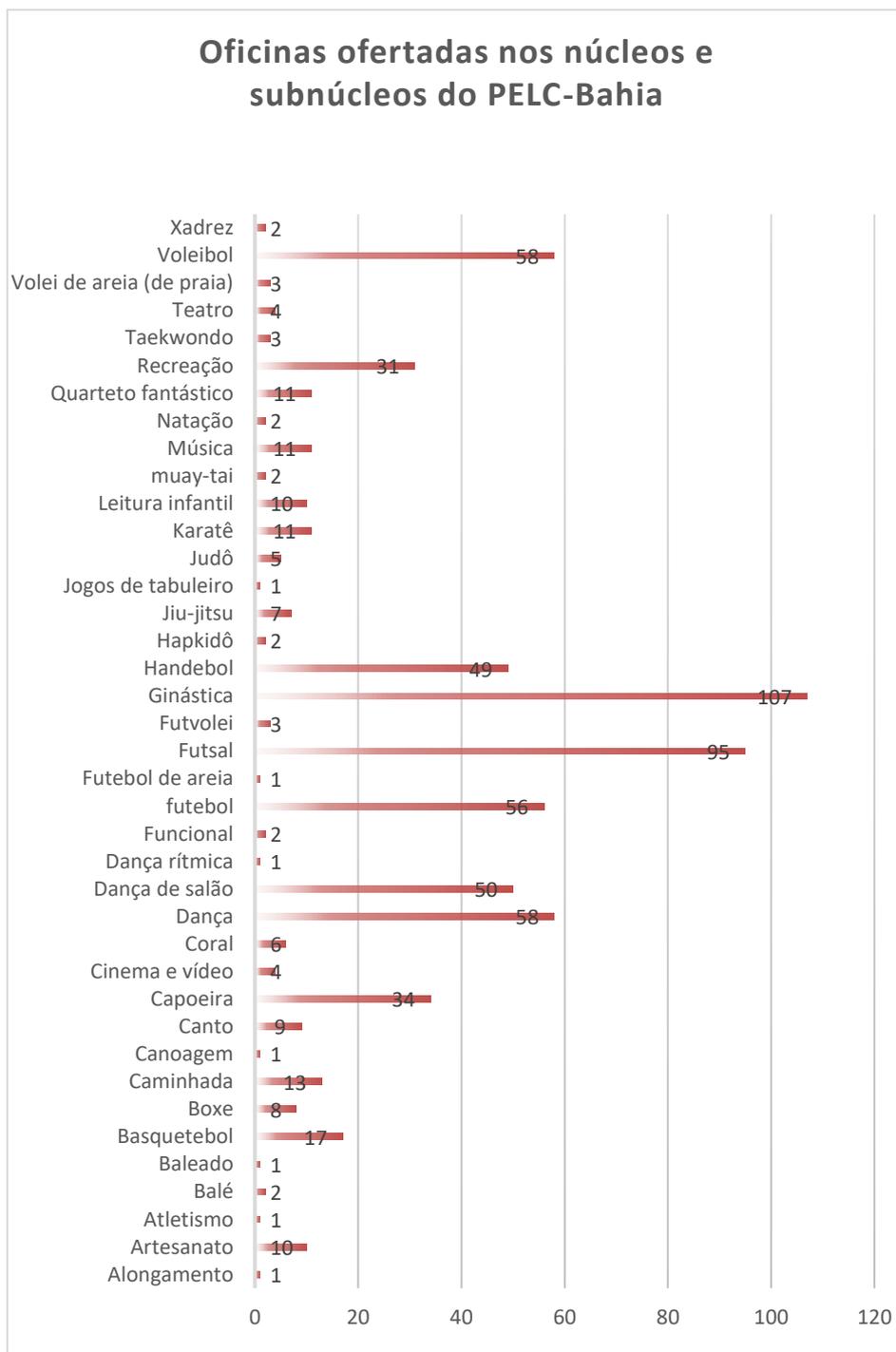
inserimos o futsal e o futevôlei. E aí a participação foi muito melhor, entendeu? E deu continuidade. A partir daí, num teve mais alterações de atividades. (Entrevista Indivíduo 9, Polo Caetité, Núcleo Correntina)

Os coordenadores de núcleo e os agentes sociais compreendiam as trocas de oficinas ofertadas como fator positivo do programa, como explica o depoimento a seguir.

Algumas delas acabavam não se encaixando na nossa realidade e a gente precisava fazer algumas adaptações. Então, essa talvez... não, não ache que é um ponto negativo, não. Eu acho que é extremamente positivo, porque a gente conhece a realidade da comunidade e a gente conseguiu alcançar todos os públicos. (Entrevista Indivíduo 76, Polo Serrinha, Núcleo Candéal)

No gráfico a seguir, temos todas essas atividades sistemáticas que foram desenvolvidas, divididas conforme a sua realização nos 208 espaços, tanto os núcleos quanto os subnúcleos.

Gráfico 4 – Oficinas ofertadas nos 208 espaços, tanto núcleos quanto subnúcleos do PELC-Bahia.



Fonte: SUDESB, 2017.

Analisando as práticas descritas no gráfico, podemos verificar que algumas delas eram desenvolvidas em vários dos espaços do PELC-Bahia. As oficinas de Ginástica, por exemplo, eram desenvolvidas em 107 dos 208 espaços

em que o PELC-Bahia ocupava. De acordo com a coordenadora geral, isso ocorria porque era uma atividade em que a terceira idade tinha um maior acesso.

Os esportes coletivos eram outras atividades que apareciam bastante nos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia. O Futsal era desenvolvido em 95 espaços, o Voleibol em 58 espaços, o Futebol de Campo em 56 espaços, o Handebol em 49 espaços e o Basquetebol em 17 espaços. Além dessas oficinas específicas, também ocorria uma oficina denominada Quarteto Fantástico, em que eram desenvolvidas atividades dos mesmos esportes coletivos citados anteriormente, variando a prática conforme o planejamento do agente social que iria trabalhar com ela. O Quarteto Fantástico era desenvolvido em 11 dos 208 espaços do PELC-Bahia. Levando em consideração que o PELC é um programa de Esporte e Lazer, era de se esperar esse número alto de oficinas esportivas.

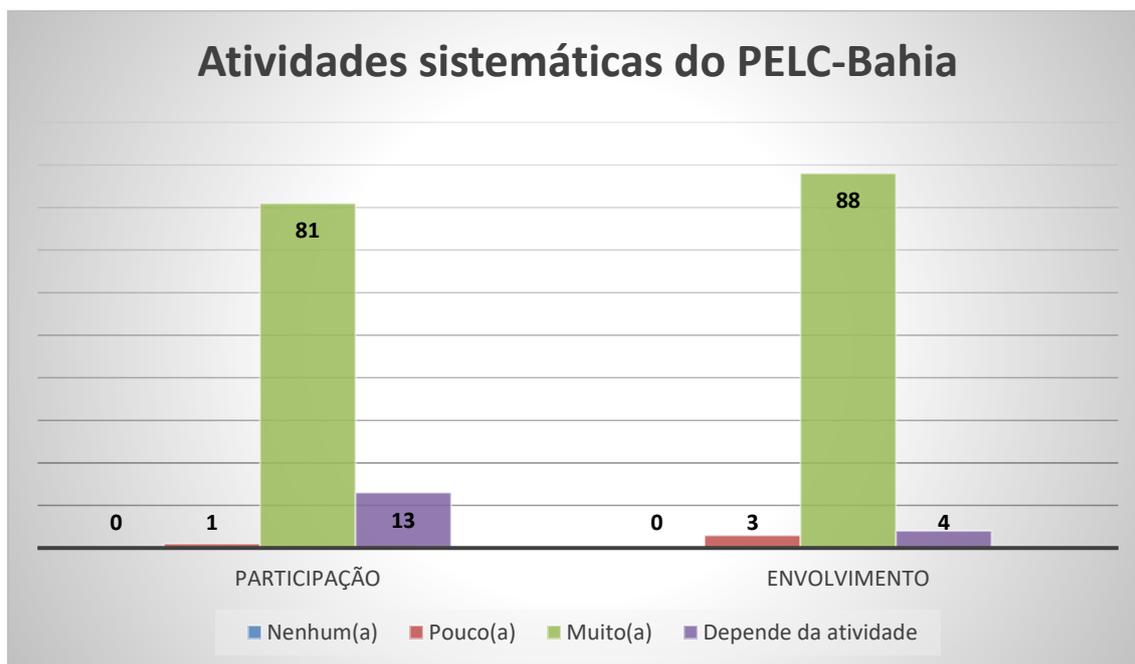
5 A MEDIAÇÃO CULTURAL NO PELC-BAHIA – EIXOS DE ANÁLISE

Para compreendermos a mediação cultural no PELC-Bahia, questionamos os indivíduos da pesquisa sobre a participação e o envolvimento dos beneficiários nas atividades desenvolvidas nos núcleos e subnúcleos do programa (sistemáticas e assistemáticas) e, também, sobre as formações desenvolvidas no âmbito do PELC. Como explicam Galegale e Oliveira (2017), a identificação da participação dos sujeitos sociais no processo de construção dos sentidos, eliminando a passividade dos envolvidos nesse processo, é necessária para que possamos caracterizar a mediação cultural. Eles pontuam que “a partir dessa identificação é possível apontarmos intenções ou motivações para a existência da mediação enquanto ação cultural” (p.48). Por isso, iniciaremos a nossa análise pela participação e envolvimento dos beneficiários nas atividades do programa, sob a ótica dos agentes e coordenadores de núcleo do convênio em foco.

5.1 Atividades sistemáticas (oficinas)

Tanto a participação quanto o envolvimento dos beneficiários do programa foram indicadas pelos indivíduos da pesquisa através de uma escala, na qual estavam disponíveis as opções: nenhuma participação (nenhum envolvimento); pouca participação (pouco envolvimento); muita participação (muito envolvimento); e depende da atividade ofertada. Os próximos gráficos indicarão as respostas sobre esse tópico, divididas entre as atividades sistemáticas e as atividades assistemáticas desenvolvidas no PELC Bahia.

Gráfico 5 – Participação e envolvimento dos beneficiários nas atividades sistemáticas do PELC-Bahia de acordo com os participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Analisando as respostas ao questionário, verificamos que 85% dos indivíduos responderam que os beneficiários foram muito participativos nas atividades sistemáticas ofertadas pelo programa. Esse dado pode ter relação com vários aspectos, como por exemplo, o fato o PELC-Bahia ser uma opção de esporte e lazer da comunidade, assim como afirmam os participantes da pesquisa:

O Pelc era o único programa que oferecia esporte, cultura e lazer na comunidade! (Indivíduo 76, Polo Serrinha, Núcleo Candeal).

Nessa resposta vou colocar em cima do que respondi, o PELC Bahia aqui foi um show! Melhorou e muito a qualidade de vida da população e trouxe lazer para os jovens e crianças... (Indivíduo 63, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Itiuba)

O PELC em Candeal, ele foi extremamente positivo porque aqui hoje na cidade não tem, não existe mais nenhum programa, nem projeto, no nível do PELC. Nenhum projeto que ofereça atividade física de lazer, de cultura pra comunidade. E, há muito tempo também não acontecia nenhum projeto desse tipo. Então, quando o PELC chegou em Candeal teve uma aderência muito grande. (Entrevista indivíduo 76, Polo Serrinha, Núcleo Serrinha)

A participação de crianças e adolescentes em projetos sociais que envolvem o esporte e o lazer, de uma forma geral, apresenta fatores facilitadores

e dificultadores. Souza, Castro e Vialich (2012) explicam que, analisando a literatura, podemos relacionar essa participação em projetos sociais a alguns facilitadores, sendo eles: possibilidade de sociabilização e aumento de vínculos sociais; acesso a atividades físicas e esportivas; acesso a um ambiente educacional; oportunidades de entretenimento, diversão e lazer no tempo livre; dentre outros. Todos esses fatores facilitadores podem ser relacionados à participação do público-alvo do PELC-Bahia, mesmo este último sendo composto não apenas por crianças e adolescentes, mas também de adultos e idosos, devido ao desenvolvimento de atividades na perspectiva intergeracional. E, como fatores facilitadores, podem explicar a grande participação explicitada no questionário.

Com relação aos 13,7% que responderam “Depende da atividade ofertada”, referente à participação dos beneficiários, os participantes da pesquisa explicaram tal situação.

Algumas modalidades se sobressaem de outras, com um melhor público ativo. (Indivíduo 82, Polo Serrinha, Núcleo Heliópolis)

Porque tinha atividades que não agradaram muito ao público, tiveram oficinas que foram excluídas. (Indivíduo 67, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Jacobina)

Algumas das atividades depois de um tempo começaram a apresentar diminuição de participação dos beneficiários. (Indivíduo 50, Polo Salvador B e RMS)

Infelizmente o povo não tem essa visão cultural em relação ao próprio bem-estar. Estão voltados para a política de receber cestas básicas e festas com paredões. (Indivíduo 39, Polo Salvador A, Núcleo Mata Escura)

Algumas atividades não eram do conhecimento da comunidade. (Indivíduo 44, Polo Salvador A, Núcleo Rodelas)

O fato da atividade “desagradar” o beneficiário pode estar relacionado tanto com a identificação dele com relação a própria atividade, quanto à significação da atividade para ele. Nesse sentido, Nunes (2011) pontua que os significados que as práticas corporais adquirem podem ser variados e não são frutos de uma existência fundante, mas sim uma questão cultural. Nesse contexto, corroboramos a Hall (1997) quando o autor afirma que a cultura é um território contestado no qual se luta pelo poder de definir os significados das coisas do mundo. Tanto que, conforme manifestação dos beneficiários do PELC-

Bahia, algumas atividades sistemáticas foram trocadas ou apenas excluídas da grade do núcleo do programa. Salientamos que, conforme explicita Nunes (2011), as práticas corporais são produções simbólicas que podem ter os seus significados transformados e reinterpretados de acordo com a dinâmica da cultura na qual estão inseridas. Podemos exemplificar tal fato com o depoimento a seguir.

No caso do basquete, no início houve uma resistência, mas depois foram entendendo como era, como funcionava, como era aplicada a modalidade, e foram pegando gosto. (Indivíduo 89, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Tremedal)

A princípio, esse depoimento nos informa que a atividade tinha pouca participação e justifica que, aos poucos, os beneficiários foram “pegando gosto” pelo basquetebol. Uma vez que os beneficiários puderam significar ou até mesmo ressignificar a atividade ofertada e vivenciada, ela passa a ser aceita por eles e eles passam a participar mais dessa atividade no núcleo. Para Hall (1997), as práticas culturais constroem sistemas de significados que orientam, codificam e regulam as ações sociais dos indivíduos. Sendo assim, o basquetebol, no contexto do núcleo citado, pode ser entendido como uma prática simbólica que, aos poucos, concedeu sentido à ideia de pertencimento ou identificação com a comunidade local e, por isso, passou a ser bem aceita pelos beneficiários.

Nessa linha de pensamento, temos outro exemplo de resposta ao questionário: “Porque depende de cada cultura da comunidade” (Indivíduo 17, Polo Caetité, Núcleo Paramirim). Nesse exemplo, ele utiliza a “cultura da comunidade” para justificar a pouca participação dos beneficiários nas atividades sistemáticas do núcleo, como se elas não fizessem parte dessa cultura.

Podemos analisar os dois depoimentos citados no âmbito da luta pelo significado. Isso implica que as práticas corporais devem ser analisadas por meio de seu universo simbólico, seus valores e suas representações. As intenções e desejos dos beneficiários com relação à sua participação e ao seu envolvimento durante as atividades ofertadas são permeadas por resistências, recusas e tensões. Tal fato evidencia a mediação como categoria intrínseca a qualquer processo cultural. Quando levamos em consideração que as práticas culturais devem ser compreendidas dotadas de uma lógica própria de funcionamento e

de um discurso de base próprios, entendemos que toda prática cultural é também uma prática de significação.

Os dados presentes no gráfico 5, relacionados ao envolvimento dos beneficiários nas atividades sistemáticas do PELC-Bahia, são semelhantes aos dados referentes à participação, porém podem ser interpretados como situações diferentes. Existe a possibilidade de um beneficiário participar da atividade sem se envolver nela. O envolvimento deles nas atividades pressupõe o comprometimento desses indivíduos com a atividade específica que está participando.

Como a participação e o envolvimento podem ser compreendidos como situações distintas, questionamos os indivíduos da pesquisa sobre o que eles consideraram importante para se analisar o envolvimento da comunidade (beneficiários) durante a sua participação nas atividades sistemáticas desenvolvidas. As respostas obtidas corroboram ao citado anteriormente sobre a relação do envolvimento com o comprometimento.

Analisamos o envolvimento da comunidade através da participação nas atividades propostas. (Indivíduo 11, Polo Caetité, Núcleo Tanque Novo)

Assiduidade, comprometimento, responsabilidade e respeito para com os beneficiários. (Indivíduo 15, Polo Caetité, Núcleo Paramirim)

Socialização, relações interpessoais. (Indivíduo 59, Polo Santo Antônio de Jesus, Núcleo Gandu)

Participação e desenvoltura da comunidade no ato das atividades realizadas. (Indivíduo 72, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Rodelas)

Muita vontade em participar das atividades, participação ativa nos eventos etc. (Indivíduo 65, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Jacobina)

O desenvolvimento social, a socialização em grupo ...um dos fatores maiores que tivemos aqui... (Indivíduo 63, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Itiuba)

A quantidade de participantes durante as oficinas, a mobilização e envolvimento da comunidade durante todo o período, os vínculos afetivos que foram criados por todos que de alguma participaram do Pelc! (Indivíduo 76, Polo Serrinha, Núcleo Candéal)

Explorando os depoimentos citados, verificamos que os termos “vínculos afetivos”, “socialização”, “comprometimento” foram apontados como importantes para a análise do envolvimento do beneficiário nas atividades. Outro fator que

foi indicado como importante refere-se ao local (espaço geográfico) onde as práticas ocorreram. Sobre tal fato, Coutinho (2015), em seu depoimento para o Projeto Garimpendo Memórias da UFRGS, exemplifica que “um bairro seguro com uma praça bem cuidada que fica num local de fácil acesso para a população, pode facilitar o envolvimento dos beneficiários às ações do Programa” (p.9). Nesse sentido, o depoimento do Indivíduo 93, do Polo de Vitória da Conquista, corrobora ao depoimento de Coutinho (2015).

Durante a realização de PELC, houve um engajamento da comunidade em diversos assuntos, não apenas em participar das oficinas, mas também em buscar melhorias aos locais onde eram realizadas. Houve sim uma ressignificação muito grande do espaço, onde até hoje permanecem as mudanças. Inclusive, a população se mobilizou e conseguiu junto ao poder público a reforma da praça dos Verdes, local onde eram realizadas a maioria das oficinas, dentre outras conquistas... (Indivíduo 93, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Vitória da Conquista III)

No contexto desse depoimento, verificamos que o envolvimento da comunidade ultrapassou a sua participação nas atividades sistemáticas ofertadas, fazendo com que fossem promovidas outras ações através da mobilização dos próprios beneficiários do programa. Tal fato demonstra avanços no protagonismo da comunidade no que diz respeito a gestão participativa. E, evidencia também a identificação da comunidade com o espaço geográfico (culturalmente significativo, transformado aqui em território), utilizado para o desenvolvimento do PELC-Bahia. Esse território passa a ser compreendido tanto como espaço social quanto como unidade de gestão da política pública, como afirmam Pinto e Silva (2017).

Para compreendermos a relação existente entre o espaço geográfico e o território, utilizaremos a referência de Rogério Haesbaert. Tais conceitos geográficos são importantes para o esclarecimento da vinculação entre aspectos teóricos e empíricos de uma análise socioespacial.

De acordo com Haesbaert (2008), espaço geográfico e território não são equivalentes, porém não devem ser analisados separadamente, uma vez que sem o espaço não há território. Para o autor, a concepção de espaço geográfico antecede a concepção de território. Ele explica que a “territorialização do espaço ocorre pelos processos de ‘apropriação’, seja ela concreta ou simbólica (pela representação, por exemplo)” (p. 104), ou seja, o território pode ser considerado

uma produção a partir do espaço. Fuini (2017) explica que, na visão de Haesbaert, o território é um “espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar” (p. 20). No entanto, o espaço geográfico não deve ser entendido como uma noção de matéria prima pré-existente ainda não apropriada.

A ideia aqui é compreender esse espaço com um nível de reflexão mais ampliada e abstrata, em que a problemática específica faz parte da dimensão espacial, uma das dimensões fundantes da sociedade. Nesse sentido, o território estaria situado dentro dessa dimensão, “um foco centralizado na espacialidade das relações de poder” (HAESBAERT, 2008, p. 105).

Sendo assim, analisando o contexto do depoimento citado, fica claro que tanto os beneficiários quanto os agentes e coordenação do PELC-Bahia conseguiram se apropriar do espaço utilizado para o desenvolvimento do programa, transformando-o em território. No depoimento a seguir, um dos coordenadores de núcleo exemplifica essa questão do território, indicando a disputa do espaço geográfico.

É uma preocupação que a comunidade já tinha, por conta de diversas interferências sociais e externas que a gente tinha, a gente tinha que disputar o horário da quadra, né?

(...)

A gente conseguiu fazer algumas transformações, né? Né? Eh sociais e culturais dentro da comunidade. Pra você ter ideia, são vários condomínios como esse na região, mas o único que tem a estrutura de espaço físico do salão preservado era aonde a gente acontecia nossas atividades. Os demais já foram todos depredados e, com a atividade do PELC no Pilar, a gente conseguiu, além de manter esse ativo, eles hoje preservam. Você vê que o programa parou, a gente não tá tendo atividade lá, mas o espaço físico continua preservado e eu absorvi isso como uma grande transformação que a gente conseguiu colocar na localidade e por isso, porque usou, a vizinhança está tudo quebrado, tudo destruído e eles aprenderam com a utilização e a preservação ali do bem, né? Que eles tinham na mão. Na questão de comportamento, as pessoas gostaram muito, os meninos ficaram mais voltados e mais sociáveis, vamos botar assim que eles tinham muitas brigas, entendeu? E a gente conseguiu montar até posteriormente do projeto uma vivência melhor entre eles, né? Este conselho, tem grupos que tão lá até hoje, as turmas das amizades que se formaram dentro do programa continuam. (Entrevista Indivíduo 50, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Camaçari)

No depoimento citado, o espaço estava sendo disputado na vizinhança com outros grupos que faziam uso dele. Já no depoimento a seguir, o espaço não era utilizado e passa a ser incorporado pelos indivíduos que participavam do PELC, porém em outros momentos.

Um dos espaços que a gente usou ficou livre pra eles terem acesso quando eles quiserem, como aqui tem o acesso da biblioteca. Eu brinco com eles: olha, não tem as aulas de violão nem as aulas de dança nem de artesanato. Mas tem os livros. Bora ler? Um, bora ler. Acende todo mundo. Um outro leva pra casa. Conseguiu movimentar a biblioteca com os próprios alunos que faz parte do PELC. (Entrevista Indivíduo 23, Polo Irecê, Núcleo Presidente Dutra)

Silva *et al* (2016) explicam que todos os territórios são “dinâmicos e passíveis de transformação” (p.9). Sendo assim, para compreendermos o processo de mediação cultural no âmbito do PELC-Bahia torna-se fundamental analisarmos as mudanças sociais e culturais que ocorrem nos territórios estudados para que assim possamos compreender como as várias identidades que ali se geram e integram são atendidas pelo programa. Por isso, o depoimento citado anteriormente pode ser considerado de suma importância nesse contexto.

Outra situação exemplificada pelos indivíduos da pesquisa foi com relação à quebra de preconceitos. As trocas culturais que ocorriam durante a participação e envolvimento dos beneficiários nas oficinas ofertadas foram citadas como fator essencial para que isso ocorresse.

Houve eh uma certo eh quebra de preconceito né? E dentre as pessoas que participavam. O exemplo maior que eu tenho a dar era na oficina de dança que também era realizada com as pessoas da terceira idade. Né? E ali nós tínhamos naquele grupo pessoas que eram de um grupo de diversas religiões, né? De repartições diferentes. Tínhamos mulheres evangélicas, mulheres católicas, candomblécistas e houve aquela troca de experiência. Um certo dia mesmo, nós fizemos um debate sobre o dia da mulher e trouxemos de uma certa forma o enfoque sobre religião. Para quebrar mais o preconceito, para elas participarem eh... para quebrar aquela visão que o pessoal da reforma protestante tem com eles de que as mulheres não pode praticar um exercício físico, que não pode usar um certo tipo roupa, respeitando, claro, né? A base de cada um, mas a gente conseguiu realizar realmente essa quebra. Nós conseguimos eh quebrar esse protocolo preconceituoso de que elas não podiam debater a religião delas, de que uma não poderia contar a experiência da outra, de que uma não poderia ter participação uma com a outra no mesmo ambiente e essa foi a maior, a maior eh troca de cultura que nós tivemos durante o programa. (Entrevista Indivíduo 7, Polo Caetité, Núcleo Guanambi)

No depoimento citado, os beneficiários passam a trocar conhecimentos nas oficinas e, a partir dessa troca de conhecimento, certas barreiras preconceituosas podem ser quebradas. Quando analisamos a importância de cada experiência vivenciada pelo beneficiário, nesse contexto de trocas culturais, podemos indicar que a sua participação ativa nas atividades faz

diferença. Sobre isso, verificamos em outro depoimento que, no contexto das trocas culturais, essa participação ativa do beneficiário exerce influência também nessa troca de saberes.

Ela contribuía também. A gente passava conhecimentos e eles também passavam os conhecimentos deles, né? Era uma troca de conhecimentos. Eles aderiam, né? Muito bem esses movimentos. Ele se sentia dentro do movimento. Então é uma troca ali daquele momento de conhecimento entre o agente e o aluno. Pra eles, eram muito gratificante. (Entrevista Indivíduo 62, Polo Santo Antônio de Jesus, Núcleo Gandu)

Dessa maneira, o beneficiário acabava se identificando com o programa, entendendo-o como seu território, seu lugar. Como afirma Arosteguy (2018), o indivíduo passa a estabelecer um vínculo com esse lazer

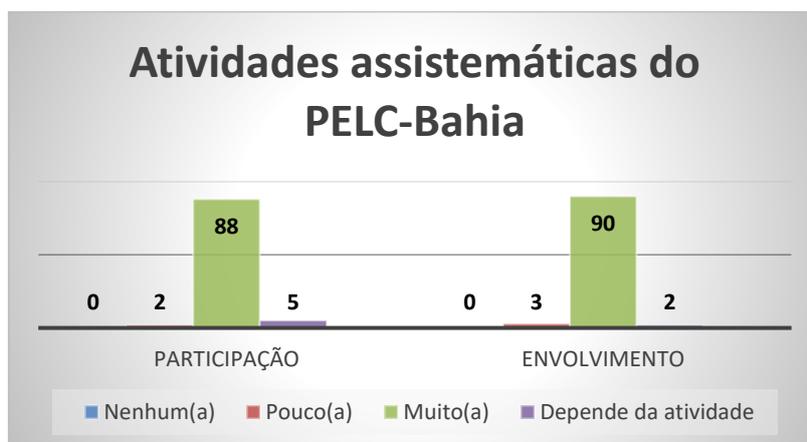
a partir da compreensão de que ele faz parte da apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica do território ou também pode-se pensar que o lazer faz parte do conjunto de ligações afetivas que o ser humano tece com o espaço. (AROSTEGUY, 2018, p. 58)

Para esse beneficiário, o PELC pode ser compreendido como um espaço onde ele compartilha vivências e experiências, conectando indivíduos, histórias, identidades.

5.2 Atividades assistemáticas (festas e eventos)

No que diz respeito às atividades assistemáticas desenvolvidas no convênio, as respostas ao questionário foram semelhantes às descritas anteriormente. O gráfico 6 traz o quantitativo das respostas.

Gráfico 6 – Participação e envolvimento dos beneficiários nas atividades assistemáticas do PELC-Bahia de acordo com os participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O gráfico 6 demonstra que, com relação à participação, 93% dos envolvidos na pesquisa afirmam que houve muita participação nas festas e eventos promovidos nos núcleos e subnúcleos do programa em que atuaram. Para compreendermos melhor essa participação, questionamos também quais seriam as atividades assistemáticas desenvolvidas no convênio, em cada uma das realidades apresentadas, e como elas foram escolhidas pela equipe.

Nos depoimentos a esse respeito, as comemorações regionais e nacionais voltadas às datas comemorativas foram citadas como principais festas e eventos promovidos pelos núcleos e subnúcleos do programa, conforme explicitado a seguir.

Todo feriado era motivo pra eventos de acordo com sua classificação, exemplo: Natal festa natalina, São João festa junina, dia da criança festa da criança é assim sucessivamente, quando era um feriado sem muita expressão, era feito retiro pra um club local. (Indivíduo 85, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Patagônia)

Festa junina, Dia da Mulher, Dia da Criança, encerramento de semestre, Carnaval, Dia dos Pais. (Indivíduo 87, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Macarani)

Em todos os meses realizamos um evento no núcleo. O tema era diversificado, se naquele mês havia alguma data comemorativa como Dia das Mães, por exemplo. E realizamos dois eventos junto a um núcleo de cidade vizinha (Candeal) e um evento (São João do Pelc) do polo com todos os núcleos do polo Serrinha. (Indivíduo 79, Polo Serrinha, Núcleo Ichu)

Todos... Dia das Mães, consciência negra, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, Dia dos Pais, Dia das Crianças, carnaval, natal, ano novo, São João. (Indivíduo 66, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Jacobina)

Do total de respostas obtidas no questionário, 67% citam os termos Festa Junina (São João), Natal, Carnaval, como temáticas desenvolvidas durante as atividades assistemáticas promovidas pela PELC Bahia. Além dos termos explicitados, aparecem também nas respostas outros indicativos de festejos populares, como demonstram os depoimentos a seguir.

Todos os eventos tinham a participação do Pelc, desde festejos de padroeiros até a festa da cidade e eventos culturais. (Indivíduo 25, Polo Irecê, Núcleo Presidente Dutra)

Festas tradicionais da cidade (Páscoa, São João), eventos promovidos todo mês pelo programa. (Indivíduo 81, Polo Serrinha, Núcleo Pé de Serra)

Todas as datas festivas tradicionais do mês, fazíamos encontro distribuição de alimentação para os carentes e apresentação com o tema do mês. (Indivíduo 73, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Rodelas)

Festas locais, comemorações nacionais e regionais etc. (Indivíduo 69, Polo Senhor do Bonfim, Núcleo Jacobina)

Sempre de acordo as comemorações regionais. (Indivíduo 85, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Patagônia)

Todas as datas comemorativas. (Indivíduo 56, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Portão)

A utilização de termos como festejos de padroeiros, festas tradicionais e festas ou comemorações locais sugerem que a cultura local foi incentivada nos momentos das atividades assistemáticas do PELC-Bahia, sendo cada núcleo ou subnúcleo do programa protagonista nesse sentido. Pessoa (2018) pontua que “a festa popular sem as amarras da mercantilização em grandes eventos é uma continuidade do cotidiano de vida e de trabalho dos grupos de pessoas” (p.27). Sendo assim, esse cotidiano passa a ser compreendido também como lugar da festa e da cultura popular, e o protagonismo dos beneficiários do PELC-Bahia em conjunto com os agentes e coordenadores de cada núcleo e subnúcleo do programa no desenvolvimento das festas e dos eventos pode ser considerado exemplo de mediação cultural. Amaral (1998) explica que a festa em si pode ser compreendida como “fenômeno que perpassa todas as culturas, com sentidos diversos e com um fundamento comum a todas elas: o da mediação” (p. 19).

Logo, ao analisarmos o contexto das festas e dos eventos realizados pelo PELC Bahia, corroboramos a Amaral (1998), quando a autora afirma que “a festa

é uma das vias privilegiadas no estabelecimento de mediações da humanidade” (p.19), e dentre elas encontra-se a mediação cultural. De acordo com a mesma autora, ao estudarmos sobre as teorias sobre a festa, no caso da antropologia, é possível afirmar que duas principais vertentes de estudos prevalecem: a festa com o significado de negar ou destruir simbolicamente a sociedade tal como se encontra estabelecida, ou com o significado de reafirmar o modo pelo qual a sociedade se encontra organizada. Independente desses significados, a festa adquire a função de mediadora, seja no sentido de promover a destruição simbólica ou de reafirmar determinado costume ou modo de vida.

Se analisarmos as festas tradicionais ou os festejos de padroeiros, citados pelos participantes da pesquisa, sob a ótica da mediação cultural, podemos afirmar que tais eventos possibilitam a criação e recriação de traços culturais, articulam alguns elementos que são manifestos ao passo que outros permanecem no estado de latência. Nesse sentido, Morigi (2002) explica que festas tradicionais como a festa junina permitem uma reelaboração imaginária das noções de identidade regional e da cultura local. No momento do planejamento e desenvolvimento desse tipo de festa, várias narrativas se entrelaçam, envolvendo elementos diversos, que podem ser identificados e associados à tradição (passado) e ao moderno (presente). Para Morigi (2002),

a festa junina e seus símbolos, no imaginário social, operam mediando simbolicamente concepções, unindo, interligando seus laços e integrando percepções baseadas no discurso da tradição cultural e na identidade local e regional. (MORIGI, 2002, p. 255)

Logo, tanto no caso da festa junina quanto no caso das festas de padroeiros ou outras festas tradicionais, o conteúdo enunciado e veiculado nesses festejos pode ser compreendido como parte de uma rede simbólica cujas significações são assimiladas pelos sujeitos, passando a constituir um conhecimento. Daí, o entendimento da própria festa como uma mediadora cultural, como uma “modalidade de intervenção de terceiras partes, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa com particular atenção ao outro, à sua valorização e reconhecimento de diferenças” (SILVA *et al*, 2016, p.14).

Conforme previsto nas diretrizes do programa, as atividades assistemáticas deviam ser realizadas com uma certa periodicidade. Quando

questionamos os indivíduos da pesquisa sobre a escolha dessas atividades, nos foi informado que as sugestões vinham da coordenação do programa (70,5% das respostas). Porém, o diálogo com os beneficiários do PELC Bahia exercia uma certa influência na própria escolha e no desenvolvimento das atividades, estando presente em 22% das respostas recebidas. Tal fato pode ser identificado nos depoimentos a seguir.

Datas importantes no calendário municipal eram já estabelecidas e as demais em diálogo com os beneficiários e com o conselho gestor. (Indivíduo 51, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Lauro de Freitas)

A coordenação geral definia um tema geralmente associado à uma data comemorativa e nas reuniões/formações semanais o coordenador de núcleo apresentava a proposta aos agentes e juntos todos decidiam como, quando e onde fazer. Ocasionalmente também tinha a participação dos beneficiários na construção da proposta. (Indivíduo 2, Polo Caetité, Núcleo Caculé)

Escolhíamos junto com os beneficiários criando várias atividades em grupo com participação de todos. (Indivíduo 52, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Araqui)

Ou de acordo as datas comemorativas, ou de acordo as festas e comemorações oriundas das atividades ofertadas, ou por demandas trazidas pela comunidade. (Indivíduo 58, Polo Salvador B e RMS, Núcleo Camaçari)

De acordo com as datas comemorativas que se encaixavam no perfil dos beneficiários. (Indivíduo 87, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Macarani)

Alguns temas já vinham do setorial e outras era iniciativa da equipe e beneficiários, mas tudo era discutido com os beneficiários, comunidade e parceiros. (Indivíduo 60, Polo Santo Antônio de Jesus, Núcleo Camamu)

Por reunião e os participantes da comunidade sempre estiveram juntos. (Indivíduo 95, Polo Vitória da Conquista, Núcleo Tremedal)

Com a opinião de todos. (Indivíduo 43, Polo Salvador A, Núcleo Cosme de Farias)

Havia o direcionamento da coordenação Geral (Sudesb) e teve atividades que optamos em reunião com os agentes atender a demanda local. (Indivíduo 18, Polo Caetité, Núcleo Guanambi)

Através de reunião administrativa, algumas propostas vinham da coordenação geral, e por fim levada até os beneficiários. (Indivíduo 40, Polo Salvador A, Núcleo Liberdade)

A aproximação com a comunidade, no intuito de atender suas necessidades no que diz respeito ao esporte e ao lazer, era uma preocupação da coordenação do programa. Por causa disso, na medida do possível, os

beneficiários eram envolvidos na escolha e no desenvolvimento das atividades ofertadas. Além das festas temáticas, eram desenvolvidos nas atividades assistemáticas desse convênio outros eventos, como demonstram os depoimentos a seguir.

Vários eventos recreativos e esportivos. (Indivíduo 3, Polo Caetité, Núcleo Caetité)

Campeonatos com a participação de outros núcleos e festejos de datas comemorativas. (Indivíduo 5, Polo Caetité, Núcleo Caetité)

Levávamos o teatro em algumas regiões, passávamos filmes para a população que muitas vezes nunca teve acesso. (Indivíduo 13, Polo Caetité, Núcleo Morro do Chapéu)

Festa São João, Feira do Meio Ambiente, desfile 7 setembro (o PELC foi convidado para participar), desfile Carnaval, Dia das Crianças (no AABB - piscina, campo de futebol, música e brincadeiras), Dias das mães, piquenique no parque da cidade, Feira da saudê no parque da cidade, Festival de dança e dia da independência da Bahia (apresentação dos beneficiários em desfile e peças sobre a independência e outras atividades). (Indivíduo 18, Polo Caetité, Núcleo Guanambi)

Fizemos café da manhã com os beneficiários, festas do Dia das Mães, festas juninas, gincana no Dia das Crianças além de distribuição de brindes, fizemos torneios de futsal, vôlei e handebol, entre outros. (Indivíduo 22, Polo Eunápolis, Núcleo Eunápolis)

Todo mês aconteciam eventos culturais locais, ou movimentos em horários noturnos em que os beneficiários se reuniam juntamente com toda equipe do núcleo para momentos de lazer familiar como cinefamília (noite do filme). (Indivíduo 29, Polo Irecê, Núcleo Iraquara)

Tais depoimentos indicam a diversidade de eventos e festas desenvolvidas nos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia, cada qual com suas particularidades, respeitando a cultura local da comunidade atendida. Ao mesmo tempo, o programa também se preocupava em apresentar coisas novas, em realizar eventos que não eram comumente realizados em determinadas comunidades, como é o caso dos depoimentos a seguir.

Cinema em família, sábado animado, eventos esportivos e culturais (a maioria desses eram realizados na zona rural, haja visto que os residentes da sede já tinham a vivência com as oficinas ao contrário dos moradores da zona rural). (Indivíduo 10, Polo Caetité, Núcleo Tanque Novo)

Durante o projeto desenvolvemos os eventos mensais nas comunidades rurais, abrangendo a participação de pessoas que não moram próximo a cidade e que não tinha acesso ao projeto. (Indivíduo 11, Polo Caetité, Núcleo Tanque Novo)

No exemplo citado, a coordenação do núcleo compreendeu que, como as atividades sistemáticas ocorriam na sede do núcleo, privilegiando a comunidade residente próximo a ela, as atividades assistemáticas deveriam privilegiar também os moradores da região rural do município. Logo, a coordenação e os próprios agentes buscavam atender um público que normalmente não tinha acesso ao PELC-Bahia, ampliando também o acesso a esse processo de mediação cultural, fazendo com que esses indivíduos fossem expostos a experiências, em tese, diferenciadas.

Quando questionados sobre o envolvimento dos beneficiários do programa nas atividades assistemáticas, os indivíduos participantes da pesquisa relataram um grande envolvimento dos mesmos (95% das respostas), explicitado no gráfico 6. Para compreendermos melhor tal informação, foi questionado também o que eles consideravam importante para se analisar o envolvimento dos beneficiários nas atividades assistemáticas do PELC-Bahia. Os depoimentos a seguir respondem esse questionamento.

A satisfação expressada em cada rosto, que não escondiam alegria de estarem ali, além de envolvimento deles na criação, dos mesmos, como roteiro a ser seguido, enfim sua entrega... (Indivíduo 93, Núcleo Vitória da Conquista III, Polo Vitória da Conquista)

A comunidade ajudava de uma forma solidária com lanches, decorações dos eventos e de tudo um pouco. (Indivíduo 95, Núcleo Tremedal, Polo Vitória da Conquista)

Participação direta, ação direta na realização dos festejos, convite a terceiros para participar daquele momento... (Indivíduo 83, Núcleo Tremedal, Polo Vitória da Conquista)

A comunidade de fato abraçava a nossa proposta, do mesmo modo que contribuía com ações para que as atividades assistemáticas fossem excelentes! (Indivíduo 77, Núcleo Heliópolis, Polo Serrinha)

Participação direta e indireta, nas discussões em escolhas da programação, promoção, equipamentos, decoração e nas ações em geral sobre os eventos. (Indivíduo 60, Núcleo Camamu, Polo Santo Antônio de Jesus)

Adesão, organização e planejamento tanto antes, quanto durante e pós evento. Animação. (Indivíduo 58, Núcleo Camaçari, Polo Salvador B e RMS)

As festas e comemorações estavam sempre cheias, e a comunidade sempre nos dava feedback positivo. (Indivíduo 49, Núcleo Camaçari, Polo Salvador e RMS)

Importante analisar o empenho e o envolvimento da comunidade, pois, abraçavam cada ideia que evento que era realizado, fazendo com que

cada atividade assistemática fosse melhor que a anterior. (Indivíduo 32, Núcleo Ubaitaba, Polo Itabuna)

O interesse incondicional que cada beneficiário tinha em querer participar e ajuda em cada festa. (Indivíduo 22, Núcleo Eunápolis, Polo Eunápolis)

Participação, demonstração de interesse durante as atividades. (Indivíduo 10, Núcleo Tanque Novo, Polo Caetité)

Assiduidade, comprometimento, responsabilidade e respeito para com os beneficiários. (Indivíduo 15, Núcleo Paramirim, Polo Caetité)

Grande parte dos depoimentos analisados explicitam a própria participação do beneficiário como indicativo de envolvimento, sendo essa última tanto relacionada ao próprio evento quanto à organização dele. Além desse item, também são citados o interesse, o empenho, o comprometimento, a assiduidade, o engajamento e a demonstração, por parte dos beneficiários, da satisfação com o resultado do evento. O envolvimento comunitário, nesse caso, demonstra aproximação dos indivíduos com o próprio programa, mas também evidencia os eventos promovidos como possibilidade de análise das escolhas de cada um e sua relação com a identidade cultural desses indivíduos.

Os eventos promovidos pelo PELC-Bahia podem ser compreendidos como uma mistura cultural por reunir uma variedade de práticas sociais e elementos simbólicos diversos, como tradicionais, modernos, sagrados, profanos, urbanos e rurais, agregando valores culturais diversificados. Pina, Borges e Oliveira (2017) pontuam que, atualmente, múltiplas formas de produção e circulação das manifestações culturais são perceptíveis na sociedade.

Diante da flexibilidade percebida nas manifestações culturais, também é sentido um grande movimento relacionado à formação e transformação da identidade cultural na contemporaneidade, de modo que alguns traços que caracterizam um determinado grupo cultural estejam de alguma forma em processo de mudança e de adequação em relação aos elementos que surgirem e que foram incorporados ao longo do tempo. (PINA, BORGES e OLIVEIRA, 2017, p. 141)

Sendo assim, torna-se válido afirmar que as próprias atividades assistemáticas promovidas pelo programa podem ser consideradas espaços de mediação cultural, onde os aspectos pelos quais os sujeitos são representados

nos sistemas culturais são articulados, formados e transformados de maneira contínua.

5.3 As formações do PELC como possibilidade de mediação cultural

Para a atuação no PELC, as próprias diretrizes do programa indicam ser necessário que haja formações para toda a equipe, como explicitado anteriormente. Tais formações foram viabilizadas através de uma rede de Formadores e Interlocutores Regionais que auxiliaram no processo de formação e acompanhamento pedagógico. Esses profissionais envolvidos com o lazer e com o próprio programa foram indicados pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com o então Ministério do Esporte.

No caso do PELC-Bahia, conforme RCO do PELC-Bahia (2019), ocorreram formações específicas em três momentos distintos, sendo eles: Módulo Introdutório I, de agosto a setembro de 2017; Módulo Introdutório II, de abril a junho de 2018; Avaliação I e II, de abril a maio de 2019. Para além dessas formações específicas, também foram realizadas as chamadas formações em serviço, que ocorriam uma vez por semana com carga horária de quatro horas em cada um dos núcleos do PELC-Bahia. Essa formação em serviço propunha-se a um estudo da realidade onde o programa estava sendo desenvolvido, organização do seu desenvolvimento através da aplicação do conhecimento trabalhado, além da avaliação contínua das ações empregadas no desenvolvimento do programa. A ideia dessa formação, de acordo com as próprias diretrizes do programa, é ser o elemento central da proposta do PELC, uma vez que se configura uma ferramenta muito importante para o seu desenvolvimento.

Venâncio (2020), ao estudar a formação dos agentes sociais do PELC da cidade de Sete Lagoas/MG, verificou que para se pensar na profissionalidade desses sujeitos torna-se necessário compreender como a pluralidade, a temporalidade, a diversidade, a necessidade de contextualização e socialização nos processos de construção de saberes influenciam o seu desenvolvimento. Essa temática da formação dos agentes foi inclusive alvo de vários outros estudos no decorrer dos anos em que o programa foi desenvolvido por todo o território nacional.

Podemos citar como exemplo: Ewerton e Ferreira (2010), que analisa a proposta de formação profissional do PELC a partir do olhar dos próprios agentes sociais; Tondin (2011) e Tondin e Neto (2014), que tratam da relação estabelecida entre a formação dos agentes sociais (aqui entendidos como educadores sociais) e sua prática pedagógica, explicitando a diversidade de atuação e a abrangência social desses agentes; Castro, Gunther e Wittizorecki (2014), que traz informações acerca das ações formativas oferecidas pelo PELC, porém pela ótica das formações experienciais, ou seja, a influência da experiência no processo formativo desses indivíduos; Echer (2017), que analisa o processo formativo do PELC sob o olhar dos formadores, trazendo interpretações acerca do seu modelo de formação, da sua organização pedagógica e, principalmente, da sua relação com as realidades de trabalho de cada formador; Secco e Stoppa (2017), que analisa também o processo de formação continuada dos agentes tendo como base o PELC desenvolvido no município de São Bernardo do Campo; dentre vários outros.

Para que possamos analisar as formações ocorridas no âmbito do PELC-Bahia como possibilidade de mediação cultural, partiremos da análise documental do programa e dos objetivos traçados para tais formações. Em 2010, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do então Ministério do Esporte divulgou uma publicação normativa sobre as formações no Programa Esporte e Lazer da Cidade. Nesse documento, constam informações sobre os conceitos básicos da formação do contexto do PELC, sobre seus objetivos, principais temas e conteúdos a serem trabalhados na formação dos agentes sociais, dentre outros. Os quadros a seguir apresentam as principais temáticas e conteúdos a serem desenvolvidos no momento das formações, conforme o documento norteador.

Quadro 1 – Alguns dos principais temas tratados na formação dos agentes sociais.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS TEMAS TRATADOS NA FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS	
I. PELC: importância do lazer e do esporte, articulados às demais políticas sociais para a garantia dos Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • objetivos, princípios e diretrizes do PELC, atentando para suas especificidades: PELC todas as idades, PRONASCI e Vida Saudável; • o lugar: qual o território do PELC em questão, suas características, especificidades, necessidades e relações com o mundo; • a questão central que o PELC se propõe a enfrentar: acesso ao esporte e ao lazer (todos); envelhecimento e inclusão social (Vida Saudável); violência e ações solidárias na dinâmica do território (Pronasci); • tipos de barreiras enfrentadas pelas pessoas para o acesso ao esporte e lazer; • direitos humanos; • o papel do esporte e do lazer nas políticas públicas em geral, como instrumento de redução das desigualdades potencializadoras da violência e da produção de cidadania.
II. Conceitos e relações entre cultura, educação, trabalho e lazer como dimensões fundamentais na vida das pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • as fases da vida: aspectos históricos para a compreensão de cada fase enquanto uma categoria social (ênfatisando idosos no Vida Saudável e juventude no Pronasci); • características gerais das pessoas com deficiência e o trabalho a ser desenvolvido com elas; • a importância do diálogo intergeracional nas ações de lazer dos núcleos; • construção histórico-social do lazer – cultura corporal; cultura lúdica e práticas corporais; • significados do lazer.
III. Dimensão interdisciplinar do lazer: os interesses culturais e as possibilidades de intervenção junto aos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> • conteúdos e interesses culturais do lazer: a perspectiva de afirmação de direitos; • os usos dos conteúdos culturais do lazer pela indústria cultural e pelo mercado, excluindo quem não pode pagar; • as questões do esporte: o esporte que temos hegemonicamente, o esporte que queremos efetivamente para todos, e como podemos construí-lo; • as políticas de esporte e lazer na perspectiva intersetorial: relação esporte/lazer/trabalho – esporte/lazer/educação – esporte/lazer/cultura – esporte/lazer/saúde, e outras; • aspectos pedagógicos para construção e planejamento de oficinas temáticas críticas e criativas; • planejamento, vivências e avaliações de oficinas temáticas a partir dos conteúdos do lazer.
IV. Animação cultural: o papel do animador cultural como agente de inclusão e transformação social	<ul style="list-style-type: none"> • conceito de animação cultural; • importância da animação cultural para a cidade e os cidadãos; • ação crítica e criativa do animador; • mediação.
V. Planejamento participativo no PELC: desafio para a consolidação da política pública de lazer onde os sujeitos são protagonistas principais	<ul style="list-style-type: none"> • significado do planejamento participativo; • afirmação e/ou elaboração de princípios, diretrizes e objetivos para o planejamento dos núcleos; • formação continuada, orientação e acompanhamento dos núcleos; • avaliação continuada (instrumentos); • instrumentos para planejamento e sistematização das ações (relatórios, diário de campo, planejamento de eventos, planejamento das oficinas, etc.).

Fonte: BRASIL, 2010, p. 15.

Quadro 2 – Conteúdos a serem trabalhados na formação dos agentes sociais.

DIREITOS HUMANOS	
MARCO LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> • ECA; • Constituição; • Declaração dos Direitos Humanos; • Política Nacional (ver especificidade): da Juventude, Estatuto do Idoso; da Segurança Pública; • Política Nacional de Esporte; • Plano Nacional de Direitos Humanos.
MARCO CONCEITUAL	<ul style="list-style-type: none"> • contextualização histórica e estrutural; • exclusão social do acesso aos direitos; • cidadania; • pobreza e fome; • os cidadãos nas cidades e diferentes espaços urbanos.
POLÍTICA PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> • políticas sociais inclusivas e de proteção social; • direitos sociais e cidadania; • esporte; • lazer; • cultura.
INTERSETORIALIDADE	
PELC	<ul style="list-style-type: none"> • princípios e diretrizes; • objetivos; • quem são os sujeitos; • onde e quando; • proposta metodológica; • organização em rede.
TERRITÓRIO E ESPAÇO	<ul style="list-style-type: none"> • conceitos: território e vulnerabilidades; • diagnóstico e problematização da realidade local; • uso e ocupação dos espaços e equipamentos; • a compreensão do urbano e rural; • a fragmentação das cidades; • a democratização; • o público e o privado; • identidade e pertencimento; • vulnerabilidades sociais.
ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	
PARTICIPAÇÃO POPULAR	<ul style="list-style-type: none"> • história dos movimentos sociais; • formas de organização social; • identificação de lideranças; • produtores culturais; • protagonismo juvenil.
EDUCAÇÃO POPULAR	<ul style="list-style-type: none"> • conceito; • metodologia; • princípios; • possibilidades de aplicação.

Fonte: BRASIL, 2010, p. 16-17.

Tanto as temáticas apresentadas no quadro 1 quanto os conteúdos apresentados no quadro 2 para as formações do PELC já nos trazem uma noção de mediação. Podemos considerar como exemplo a problematização da animação cultural como forma de mediação e/ou a discussão do território e do espaço com foco na identidade e pertencimento. Essa ideia da formação como possibilidade de mediação cultural poderá se concretizar dependendo de como a formação for executada e da forma como os participantes a recebem.

Os temas e conteúdos tratados no momento da formação, explicitados nos quadros 1 e 2, foram pensados para serem desenvolvidos de maneira a perpassar três vértices de forma dialógica: o estudo da realidade, a organização do conhecimento e a aplicação desse conhecimento. Como as formações foram pensadas também para serem realizadas em consonância com os preceitos da

educação popular, o conhecimento prévio dos indivíduos envolvidos, principalmente nesse momento de formação, é levado em consideração.

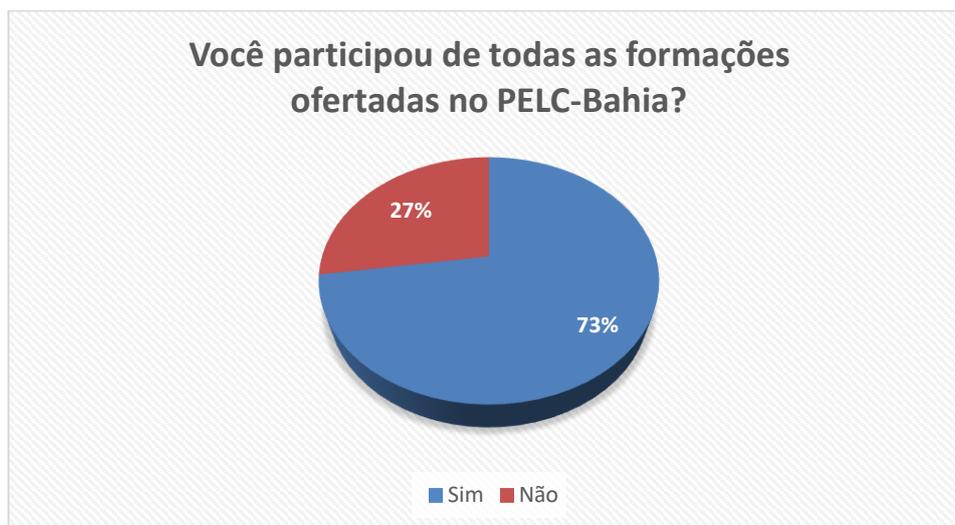
Conforme previsto no documento (BRASIL, 2010), o primeiro vértice, estudo da realidade, apresenta como objetivo realizar um mapeamento do território de atuação do PELC, a partir do olhar de quem irá atuar nele, no intuito de identificar problemas e potencialidades locais e caracterizar o público-alvo do programa. Sendo assim, as informações acerca do trabalho, economia, cultura, estudos e outros são consideradas essenciais para a realização do mapeamento.

O segundo vértice, organização do conhecimento, deve ser desenvolvido aprofundando a discussão acerca do esporte e do lazer, tendo em vista o conhecimento sistematizado historicamente sobre as temáticas, de maneira a promover a ampliação da visão dos sujeitos sobre a realidade vivenciada. E o terceiro vértice, aplicação do conhecimento, deve ser pensado de modo a tentar capacitar os participantes para empregarem os conhecimentos abordados no decorrer da formação, intervindo na realidade local com vistas à transformação social.

Apesar dessa premissa, ou seja, do desenvolvimento das formações com as temáticas e conteúdos sugeridos no documento (BRASIL, 2010), assim como afirmam Assis, Rocha Junior e Caú (2016), as formações são “elaboradas e vividas em função das realidades e peculiaridades de cada entidade conveniada, abordando os princípios, diretrizes e fundamentos políticos-pedagógicos do programa” (p.139). Por isso, a sua análise deve se dar de maneira diferente por cada convênio, levando em consideração suas especificidades e realidades.

No questionário aplicado aos indivíduos da pesquisa, inserimos perguntas voltadas para as formações. A primeira delas estava relacionada à participação dos indivíduos nas formações, conforme indica o gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Participação dos agentes sociais e coordenadores de núcleo nas formações ofertadas em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A maioria dos indivíduos que responderam ao questionário (73%) indicaram que participaram de todas as formações ofertadas no PELC-Bahia. Com relação aos 27% que responderam que não participaram, todos eles justificaram pontuando o período em que ingressaram no programa, ou seja, alguns ingressaram após as primeiras formações. Assis, Rocha Junior e Caú (2016) apontam a alta rotatividade de agentes sociais como um entrave na efetivação do programa como política pública de esporte e lazer. O depoimento a seguir ilustra essa rotatividade.

Porque existia muitos agentes que tinham acabado de entrar na escola e não entendiam um terço do que estava sendo transmitido. (Indivíduo 66, Núcleo Jacobina, Polo Senhor do Bonfim)

Para uma melhor compreensão sobre o significado dessas formações na visão dos participantes da pesquisa, foi questionado a eles também sobre a importância dessas formações para sua atuação no programa. O gráfico a seguir retrata as respostas obtidas.

Gráfico 8 – Importância das formações para a atuação dos indivíduos no PELC.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Essa pergunta sobre a importância das formações para a atuação no PELC solicitava que os indivíduos justificassem a sua escolha. A maior parte deles indicou que considerava as formações importantes, totalizando 96% das respostas. Dentre as justificativas apresentadas pelos participantes da pesquisa temos a possibilidade de trocas de experiências e de conhecimentos, como exemplificado nos depoimentos a seguir.

Por mais que os temas não eram novos segundo a minha realidade acadêmica e prática profissional, os formadores sempre apresentavam o tema numa ótica diferente e o debate sempre trazia algo de novo para todos. Como sempre, as trocas de experiências também eram únicas. (Indivíduo 2, Núcleo Caculê, Polo Caetité)

O contato com os agentes e condutores de outros núcleos, suas atividades e modo de trabalho, ajudou a ampliar o conhecimento. (Indivíduo 10, Núcleo Tanque Novo, Polo Caetité)

No momento em que outras pessoas demonstravam suas práticas dentro do programa iríamos aprendendo e trocando conhecimentos. A forma que o outro se desenvolvia no projeto seria como um espelho e um incentivo. Além disso, as palestras foram muito construtivas. (Indivíduo 13, Núcleo Morro do Chapéu, Polo Caetité)

As formações foram momentos importantes para compreender melhor o campo do lazer. A troca de conhecimento e a capacitação dos formadores, com certeza influenciaram de forma positiva na construção de um programa mais inclusivo e interessante. (Indivíduo 14, Núcleo Caetité, Polo Caetité)

Pois foram ligadas informações essenciais e a troca de cultura. (indivíduo 31, Núcleo Ubaitaba, Polo Itabuna)

Sim, a troca de experiência com outros subnúcleos ajudou o desenvolvimento na minha comunidade. (indivíduo 44, Núcleo Rodelas, Polo Salvador A)

Importante para o estreitamento das relações entre os núcleos, o próprio grupo e a coordenação geral; Aprendizagem coerente e de acordo com as diretrizes norteadoras do Programa, de entendimento do lazer e do esporte participação. (Indivíduo 51, Núcleo Lauro de Freitas III, Polo Salvador B e RMS)

Os conteúdos e oficinas como também as experiências positivas e negativas de cada um, fez com que nos identificasse em partes e melhorasse o nosso ser, profissional e pessoal. (Indivíduo 60, Núcleo Camamu, Polo Santo Antônio de Jesus)

Os depoimentos citados explicitam o entendimento dos participantes da pesquisa sobre o momento da formação como uma possibilidade de trocas. Tais trocas retratam um pouco do cotidiano de cada núcleo, da atuação dos agentes sociais e coordenadores de núcleo em suas comunidades, suas experiências. Nesse sentido, podemos entender o momento das formações como exemplo de mediação cultural, pois tais formações contribuíram, na opinião dos participantes, para a ampliação do contato de cada um deles com diversas práticas culturais, possibilitando um diálogo sobre diferenças, diversidades, gostos e interesses, como demonstram os depoimentos a seguir.

Maior poder de expressão, conhecimento de classes, e igualdade social. (Indivíduo 73, Núcleo Rodelas, Polo Senhor do Bonfim)

Aprendemos bastante a saber lidar com pessoas de todos os tipos sem desmerecer ou menosprezá-las. (Indivíduo 33, Núcleo Ubaitaba, Polo Itabuna)

Com toda certeza hoje tenho uma visão mais ampla e mais aguçada pois o fato de conviver com tanta gente de crenças e ideias diferentes das minhas me deram outra visão. (Indivíduo 29, Núcleo Iraquara, Polo Irecê)

Esses depoimentos explicitam a construção de um diálogo valorizando as experiências dos indivíduos envolvidos nas formações. E, não apenas dos agentes sociais e dos coordenadores de núcleo, mas também as experiências dos formadores que faziam o papel de mediadores nessas formações, conforme indicam os depoimentos a seguir.

Sem palavras para descrever cada aprendizado com os melhores professores e mestres da Educação. Saudades de todos, em especial

"Sheila" e tudo que aprendi na formação, esse conhecimento ninguém tira de mim, pois não foi só a prática da minha vida profissional que mudou e sim mudou a minha vida a visão ampla de tudo... (Indivíduo 17, Núcleo Paramirim, Polo Caetitê)

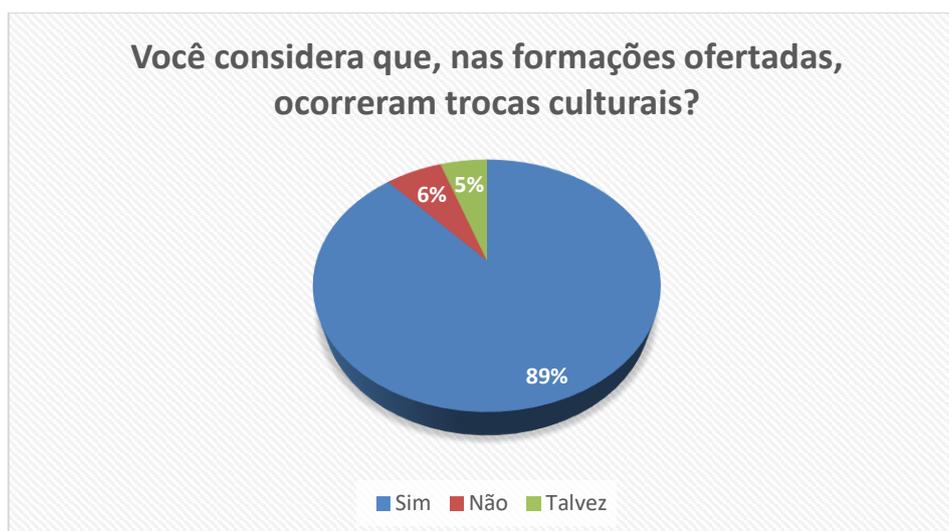
Os Formadores foram muito importantes nessas formações para a minha capacitação e aquisição de conhecimentos. (Indivíduo 68, Núcleo Senhor do Bonfim, Polo Senhor do Bonfim)

Houve uma aprendizagem significativa nas formações com professores bem capacitados e temas relevantes. (Indivíduo 67, Núcleo Jacobina, Polo Senhor do Bonfim)

Conforme explica Capi (2016), "o papel da formação é desenvolver no grupo os valores da participação que permitam desenvolver o trabalho em grupo, a construção coletiva e a identidade da cultura local" (p.105). Os relatos dos indivíduos da pesquisa sobre a importância da formação no PELC explicitam essa construção coletiva e a exemplificação de identidades locais ao citarem a troca de experiências entre os indivíduos de núcleos diferentes. Sendo assim, corroboramos a Capi (2016) quando ele afirma que "ao desenvolver a formação pautada nesses valores é possível contribuir com a promoção da auto-organização, do protagonismo e da autonomia dos sujeitos" (p.5).

Outra pergunta relacionada às formações foi sobre as trocas culturais, conforme indica o gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Trocas culturais nas formações do PELC-Bahia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Analisando o gráfico com as respostas dos participantes, verificamos que 89% deles indicaram que ocorreram trocas culturais durante as formações do PELC-Bahia. A partir das respostas expressas no gráfico, torna-se válido inferir novamente que as formações podem ser consideradas um momento de mediação cultural no programa. Apesar de ter sido uma pergunta com as opções sim, não e talvez, ela solicitava ao participante a justificativa para a sua resposta, conforme relatos a seguir.

Sim, a diversidade de cada município Baiano é imensa, cada núcleo tinha uma característica diferente, isso trazido a realidade provocou várias trocas de conhecimento e valores culturais. (Indivíduo 20, Núcleo Santana, Polo Caetité)

As formações eram momentos de compartilhar com os colegas de outros núcleos nossas experiências e aprender com eles, suas práticas e suas tradições! (Indivíduo 14, Núcleo Caetité, Polo Caetité)

Pessoas de vários lugares, cidades e culturas diferentes juntas no mesmo lugar compartilhando com todos. (Indivíduo 13, Núcleo Morro do Chapéu, Polo Caetité)

Sim, por se tratar de reunir vários municípios, a diversificação cultural era notória, cada grupo formado por coordenador(a) e agentes, tinham suas originalidades nos momentos das apresentações, assim, demonstravam de forma diversificada como estava acontecendo o PELC em cada cidade. (Indivíduo 11, Núcleo Tanque Novo, Polo Caetité)

Durante as formações havia troca de experiências, vivências e ações que aproximavam os núcleos, suas realidades e forma de trabalho, assim conseguimos ampliar nossos conhecimentos acerca da bagagem cultural do outro. (Indivíduo 10, Núcleo Tanque Novo, Polo Caetité)

Nos depoimentos citados, os participantes explicitam a diversificação cultural devido às características específicas de cada integrante dos diferentes núcleos que marcaram presença nas formações como possibilidade de trocas culturais. Esse espaço passa a ser considerado por eles um espaço de construção do conhecimento mediante a relação tanto dialética quanto dialógica, com o foco nas experiências de vida dos sujeitos que naquele contexto se assemelham ao mesmo tempo que se diferenciam e são compartilhadas.

Nessa linha de pensamento, e com o olhar na educação popular, Dalenogare e Alberti (2011) afirmam que as experiências sociais vivenciadas e compartilhadas, tanto individual como coletivamente, permitem aos sujeitos “compreender a sua realidade sócio-histórica e dela participarem enquanto

atuantes e conscientes de seu papel fundamental na construção social de suas próprias identidades” (p.76). Apesar da pesquisa de Dalenogare e Alberti (2011) não ter como objeto de estudo as formações de agentes sociais do PELC, podemos fazer esse paralelo no que diz respeito a possibilidade de construção social das identidades (profissionais e pessoais) através da mediação cultural promovida em tais formações.

Os relatos a seguir demonstram a construção ou reconstrução da prática profissional do participante a partir de trocas culturais que podem ser vivenciadas no processo de mediação cultural promovido nas formações.

Mesmo no estado da Bahia, vivemos vários movimentos culturais que afetam direta e indiretamente em algumas oficinas. (Indivíduo 34, Núcleo Ubaitaba, Polo Itabuna)

Quando cada núcleo expõe sua realidade e apresenta seu trabalho automaticamente você absorve a cultura do outro e o mesmo acontecerá quando é o seu núcleo expondo. (Indivíduo 87, Núcleo Macarani, Polo Vitória da Conquista)

Nas formações interagíamos com pessoas de estados, cidades e comunidades diferentes e as atividades e dinâmicas desenvolvidas durante a formação sempre proporcionavam essas trocas. (Indivíduo 50, Núcleo Camaçari, Polo Salvador B e RMS)

Os depoimentos citados enfatizam a vivência de movimentos culturais, exposição de realidades diversas e interação com tais realidades como possibilidade de trocas culturais. As identidades coletivas nesse momento se encontram, interagem e podem influenciar umas às outras, criando e recriando práticas a serem desenvolvidas nos núcleos do programa. Outros relatos dos participantes sobre as trocas culturais vão ao encontro dessa linha de pensamento.

Era o momento de encontro com outros coordenadores e com a coordenação geral e formadores, onde ocorria sempre atividades culturais na prática e teórica. (Indivíduo 36, Núcleo Itabuna II, Polo Itabuna)

As experiências trocadas foram múltiplas e o aprendizado era constante e em movimento constante. (Indivíduo 51, Núcleo Lauro de Freitas III, Polo Salvador B e RMS)

Nesse momento de reunião todas as culturas esportivas e de lazer que o programa oferecia, em diversas cidades do estado, um programa multicultural nos proporcionava realidades totalmente diferentes. (Indivíduo 53, Núcleo Lauro de Freitas – Portão, Polo Salvador B e RMS)

Os relatos citados exemplificam a possibilidade de aprendizado de saberes oriundos de experiências vivenciadas. Um processo de formação que não se restringe a trajetória profissional dos envolvidos e que promove, nesse contexto sociocultural dos sujeitos, as trocas culturais tanto citadas nessa pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento de finalização da pesquisa, torna-se necessário retomarmos alguns pontos dela. O primeiro deles diz respeito à sua problemática.

Iniciamos a pesquisa com questionamentos acerca da possibilidade de formação e/ou valorização da identidade cultural dos envolvidos no PELC-Bahia através dos processos de mediação cultural que ocorreram no âmbito do programa. A tese defendida aqui é a de que ocorreram processos de mediação cultural, passíveis de serem estudados como uma categoria autônoma, durante o desenvolvimento do PELC-Bahia (seja durante as atividades desenvolvidas com os beneficiários e/ou durante os momentos de formação da equipe) que influenciaram na formação da identidade cultural dos envolvidos.

A partir da revisão de literatura realizada e dos próprios relatos dos indivíduos da pesquisa verificamos que a maneira mais assertiva para se pensar na problemática citada seria compreender tais processos como possibilidade de identificação cultural, uma vez que os conceitos ou concepções acerca da identidade cultural dos indivíduos vêm sofrendo alterações e se transformando ao longo de todo o processo civilizatório. Logo, utilizamos os processos de mediação cultural identificados na pesquisa para auxiliar na narrativa dos processos de identificação cultural através das práticas de lazer vivenciadas nos núcleos e subnúcleos do PELC-Bahia, assim como nos momentos de formação da equipe.

A escolha das atividades ofertadas nos núcleos e subnúcleos do programa, a aceitação ou não dessas atividades por parte da comunidade atendida, as vivências e experiências relatadas, indicando inclusive disputas de territórios, os momentos das formações compartilhados, entre outros, integram essa narrativa e podem ser considerados exemplos de mediação cultural que influenciam os processos de identificação cultural dos indivíduos envolvidos no programa. Todas as práticas de lazer identificadas e registradas na pesquisa foram analisadas levando em consideração principalmente o relato dos participantes da pesquisa e o contexto em que estavam inseridas.

O fato de o programa ter sido desenvolvido em parceria com o governo federal explicitou tensões políticas, mesmo que não intencionalmente, e essa

situação influenciou a própria pesquisa. Inicialmente, ela foi planejada de forma a abarcar todos ou quase todos os coordenadores de núcleo do PELC-Bahia, totalizando 100 pessoas. A SUDESB disponibilizou a planilha de contato contendo os dados de cada um deles: e-mail, telefone, núcleo e/ou subnúcleo de atuação.

Para a realização da pesquisa, a primeira tentativa de contato foi realizada através dos e-mails indicados, mas não tivemos nenhum retorno dos coordenadores. A segunda tentativa de contato foi realizada através do aplicativo *Whatsapp*. A mesma mensagem contendo o convite para a participação na pesquisa disparada via e-mail foi encaminhada através do *Whatsapp*. Porém, dos 100 coordenadores de núcleo do PELC-Bahia, apenas 32 responderam ao questionário. Tivemos recusas por parte de alguns coordenadores de núcleo por motivos diversos, como consequências da pandemia do covid-19 na família, desmobilização dos envolvidos principalmente com a alteração do programa mediante a mudança no governo federal, o que gerou insatisfação, seja com o término do programa no estado da Bahia ou com o próprio governo, entre outros. Mas a grande maioria não respondeu ao contato ou os números de telefone não pertenciam mais aos coordenadores de núcleo.

Esse silêncio pode ser interpretado de diversas formas. Uma delas, em consonância com algumas negativas que recebemos, seria justamente o fato de que essas pessoas podem ter interpretado o nosso contato como sendo um contato oficial do próprio ministério e, insatisfeitos com o término do programa ou com o próprio governo federal, não quiseram responder.

Outro fator que pode ser interpretado como uma influência negativa nesse caso, e que poderia impedir a participação dos indivíduos na pesquisa, é a falta de vínculo desses indivíduos com o próprio programa no momento da pesquisa. Como a duração do convênio foi de 2017 a 2019, e as tentativas de contato foram realizadas inicialmente no ano de 2020, em grande parte dos municípios não existia mais o programa. Sendo assim, eles não estavam mais vinculados a ele.

Como a planilha de contatos disponibilizada pela SUDESB continha apenas os contatos dos coordenadores de núcleo, para que o questionário fosse disponibilizado também aos agentes sociais que atuaram no PELC-Bahia, solicitamos o auxílio dos próprios coordenadores de núcleo que quiseram participar da pesquisa para que o questionário fosse divulgado aos agentes

sociais. Alguns coordenadores de núcleo nos repassaram os contatos dos agentes sociais que eles coordenavam e outros se disponibilizaram a repassar o questionário a eles. Sendo assim, dos 600 agentes que atuaram no PELC-Bahia, conseguimos apenas 65 respostas ao questionário.

Qualitativamente, as respostas obtidas no questionário aplicado e, principalmente, nas entrevistas foram ricas. Os indivíduos indicaram continuação do programa nos mesmos moldes ou de formas diferentes do PELC-Bahia em mais de um município em que ele foi desenvolvido, com ou sem o auxílio das respectivas prefeituras. A própria coordenadora geral explicou sobre a possibilidade de estadualização do PELC com o novo programa denominado Lazer por toda parte. A SUDESB chegou inclusive a lançar o edital para a execução desse projeto em 2021, como informa a notícia divulgada no site da própria SUDESB:

este programa, previsto no PPA do estado, vem substituir o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), programa do governo federal que está inativo no país e que foi executado pela autarquia de esporte do estado entre 2017 e 2019²⁸.

Além dessas informações, tivemos acesso também aos inúmeros problemas ocorridos durante o planejamento, a execução e desenvolvimento do PELC-Bahia, indicando assim, em dito popular, que 'nem tudo são flores'. As dificuldades explicitadas pela coordenação geral e coordenação pedagógica para obterem a ordem de início do programa; os problemas de relacionamento com as próprias prefeituras dos municípios atendidos, resultando inclusive em retirada no PELC-Bahia do município; os problemas de relacionamento entre a equipe que atuava no programa, indicados pelos participantes da pesquisa, são alguns exemplos que podemos citar. A título de exemplo, em uma das entrevistas, a pessoa quis falar mais das desavenças com a coordenação geral do que das atividades desenvolvidas no seu núcleo e das possíveis trocas culturais promovidas pelo PELC-Bahia.

Todas essas informações e situações foram importantes para a construção da narrativa dessa pesquisa e, também, demonstram a riqueza de dados passíveis de investigações futuras. Não que o desenvolvimento do

²⁸ Notícia divulgada no site da SUDESB em agosto de 2020: <http://www.sudesb.ba.gov.br/2020/08/1747/Sudesb-lanca-edital-para-execucao-de-projeto-de-lazer-em-2021.html>

programa em si não tenha sido satisfatório, mas os fatores que desagradaram os envolvidos, as disputas com os governantes municipais, são potenciais possibilidades para novas investigações.

Quase todas as pessoas que participaram da pesquisa, principalmente nas entrevistas realizadas, expressaram a sua opinião sobre os atuais governantes, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Elas compreenderam que, pelo fato de o programa ser considerado uma política pública de esporte e de lazer, ponderações sobre os governantes precisavam ser realizadas.

Apesar de não ser o foco da pesquisa, a política pública aqui estudada proporcionou o desenvolvimento e conscientização de muitas questões. A partilha de seus pensamentos e percepções, assim como das atividades possibilitaram as mediações culturais identificadas, nos fornecendo dados para a problematização da identificação cultural dos envolvidos e as ponderações sobre a análise dessa política pública verificadas ao longo da pesquisa.

O PELC-Bahia foi desenvolvido em 208 espaços diferentes (núcleos e subnúcleos) localizados em 78 municípios, situados em 25 dos 27 territórios de identidade do estado da Bahia. Ou seja, a diversidade cultural, as especificidades e sutilezas de cada localidade ao mesmo tempo que são consideradas um fator positivo, de grande riqueza cultural para o desenvolvimento de um programa nessa magnitude, também podem ser consideradas o maior desafio para uma gestão unificada do mesmo. Desavenças e diferenças de opinião acerca do desenvolvimento do programa são esperadas e são de grande valia para o crescimento dele, desde que os envolvidos consigam ter maturidade suficiente para chegarem em um acordo, a um entendimento comum.

Os relatos dos indivíduos da pesquisa demonstram que, apesar de alguns desentendimentos sobre a forma com que o programa foi gerido, ele conseguiu se tornar uma possibilidade concreta de ofertar o lazer para a população com o status de um direito social e não somente como entretenimento ou descanso e/ou recuperação do trabalho. Assim, políticas públicas como essa, de amparo pedagógico e financeiro, são consideradas fundamentais para a apropriação e usufruto do lazer como direito social. E, no caso do PELC-Bahia, também foi

promotora de influência no processo de identificação cultural, através das mediações culturais, tão necessárias aos desafios da vida contemporânea.

As práticas culturais identificadas nas atividades sistemáticas e assistemáticas desenvolvidas no programa, assim como nos momentos de formação, seguem o hibridismo cultural, nos moldes que nos inspira Canclini, nesta vasta diversidade cultural presente do estado da Bahia. E esse hibridismo cultural foi verificado para além do território, em apropriações de outros contextos, como a troca cultural realizada nos momentos de formação.

Neles, a equipe vivenciava e experimentava manifestações culturais e saberes em situações diversas (devido a quantidade de participantes e à origem de cada um deles) e, conforme os relatos, absorviam, transformavam, recriavam e/ou ressignificavam essas práticas e saberes que passavam a compor o planejamento das atividades a serem desenvolvidas no PELC-Bahia. Além disso, confirmamos que os momentos de formação exerciam um papel pedagógico importante na identificação e percepção da importância da identidade cultural dos territórios.

Compreendendo a mediação como categoria intrínseca a qualquer processo cultural, assim como afirmam Perrotti e Pieruccini (2014), podemos inferir que novas leituras de fenômenos culturais, a exemplo dos citados neste texto, podem conferir centralidade aos processos de mediação cultural. Assim, poderemos também estudar tais processos, compreendendo-os como uma categoria autônoma e atribuindo a eles centralidade nas análises de pesquisas envolvendo processos culturais.

Nesse sentido, as práticas de lazer estudadas podem se configurar em processos socioculturais advindos da própria hibridação cultural. Ou seja, elas podem ser consideradas processos socioculturais onde “estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2011, p. 19). Em suma, foi verificado que a noção de mediação cultural estudada aqui pode ser compreendida como uma ação de produção de sentidos, e não apenas como uma intermediação ou uma transmissão de signos.

Para os Estudos do lazer e das políticas públicas no Brasil, os resultados dessa pesquisa trazem novos olhares sobre projetos socioculturais, passíveis de serem ampliados a outras políticas públicas de esporte e lazer assim como a

outras políticas públicas culturais. Tais percepções aproximam o leitor das diferentes tradições que emergem de experiências sociais distintas no âmbito do lazer. A pretensão da pesquisa, não foi chegar a uma verdade absoluta sobre os processos de identificação cultural e sua relação com os processos de mediação cultural no contexto do lazer e isso, de fato, não se constituía como nosso objetivo. E, por mais que consigamos lançar luz sobre determinadas experiências culturais, ainda existem inúmeras outras a serem estudadas nesse contexto. A problematização desses mesmos processos de identificação cultural e suas relações com os processos de mediação cultural, sob o ponto de vista dos beneficiários desse tipo de política pública, pode ser considerada um exemplo de continuação da pesquisa. Pelo fato de todos os envolvidos ainda estarem vinculados a ela, a realização de uma pesquisa durante o desenvolvimento da política pública por exemplo, em percepção ativa e nitidez dos acontecimentos e fatos da experiência, e não após a sua finalização, poderá apresentar resultados diferentes dos aqui encontrados ou poderá corroborar com eles, fortalecendo a nossa tese.

Esperamos que a nossa pesquisa, apesar de algumas limitações, possa ser considerada um gatilho, contribuindo de forma significativa para os estudos interdisciplinares relativos ao lazer e a identidade cultural nas sociedades contemporâneas. A ideia aqui é suscitar novos questionamentos aos leitores que se interessem também pelos estudos culturais e pelas políticas públicas em geral.

REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Cultura popular, educação e lazer: uma abordagem sobre a capoeira e o samba. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 1, p. 58-66, jan.-jun 2006.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 73-92, out./dez. 2010.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Políticas públicas de lazer e qualidade de vida: a contribuição do conceito de cultura para pensar as políticas de lazer. In: VILARTA, Roberto. **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas: IPES Editorial, 2004.

AMARAL, Rita de Cássia de Melo P. **Festa à brasileira. significados do festejar, no país que “não é sério”**.1998. 387p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1998.

AMARAL, Rita de Cássia de Melo P. As mediações culturais da festa. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 13-22, 1998.

AREIAS, Keni Tatiana Vazzoler; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16., 2009, Salvador; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.

AROSTEGUY, Agustin. **Território e experiências culturais: apropriações do lazer em dois “Pontos de Cultura” de Belo Horizonte/MG**. 2018. 182p. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ASCOM SETRE. Programa Esporte e Lazer da Cidade vai beneficiar 40 mil pessoas. Site da Superintendência de Desporto da Bahia, 2017. Disponível em: <http://www.sudesb.ba.gov.br/2017/04/855/Programa-Esporte-e-Lazer-da-Cidade-vai-beneficiar-40-mil-pessoas.html> Acesso: 05 jan. 2021.

ASSIS, Anielle.; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; CAÚ, José Nildo. Formação de agentes de esporte e lazer no PELC: uma análise de experiências. In: PINTOS, Ana Elenara da Silva.; ISAYAMA, Helder Ferreira (Org.). **Formação dos agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS): trajetórias, memórias e experiências**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. Coleção educação física e esportes. 528p.

ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte

e lazer no Governo Lula. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 37, n. 1, p. 2-10, fev. 2015.

AZEVEDO, Fábio Palácio de. O conceito de cultura de Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**. São Luís - Vol. 3 - Número Especial Jul./Dez., p. 205-224, 2017.

BARBOSA, Marco Antônio. Pós-modernidade: a identidade – real ou virtual? **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 5, n.8, p. 75-92, jan./jun. 2010.

BEZERRA, Jocastra Holanda. **O popular e a política cultural no Brasil contemporâneo**. Fortaleza: Editora Premium, 2018. 192 p.

BHABHA, Homi K. O terceiro espaço: uma entrevista com Homi Bhabha. (Entrevista conduzida por Jonathan Rutherford). Tradução: Regina Fróes; Leonardo Fróes. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 24, IPHAN, p. 35-41, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renato Gonçalves, 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441p.

BRASIL, República Federativa do. **Manual de orientações para a implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Orientações para implementação do programa Esporte e Lazer da Cidade**. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2011. 16p. Disponível em:

<http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesPELC2011.pdf>
Acesso: 09 ago 2020.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. **Diretriz e edital 2012**. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2012. 55p. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesEdital2012V4.pdf> Acesso: 09 ago 2020.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. **Orientações para implantação: Diretrizes e edital 2013**. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2013. 77p. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/DiretrizesPELC_Edital%202013_09.06.2014.pdf Acesso: 09 ago 2020.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. **Orientações preliminares para implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e lazer**. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2014. 36p. Disponível em:

http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/Diretrizes_PELC_2014_Emendas_Proponentes_Especificos_09.06.2014.pdf Acesso: 09 ago 2020.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. **Diretrizes 2016**. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2016. 18p. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_PELC_2016_atualizada.pdf Acesso: 09 ago 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. **Diretrizes 2019**. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2019. 24p. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/jornada_esporte_cidadao/diretrizes_pelc_2019.pdf Acesso: 23 jan 2021.

BIZZOCCHI, Aldo. O clássico e o moderno, o erudito e o popular na arte. **Líbero**. São Paulo, v. 2, n. 3/4, p. 72-76, 1999.

BUENO, Marielys Siqueira. Lazer, festa e festejar. **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, v. 2, n. 2, p. 47-59, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. Introdução à edição de 2001: Culturas híbridas em termos de globalização. In: CANCLINI, Nestor. Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011, p. XVII-XLIII.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997. 385p.

CANEDO, Danieli. “Cultura é o quê?” - Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V ENECULT - **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador/BA. 2009. 14 p.

CAPI, André Henrique Chabaribery. **Construção de saberes sobre o lazer nas trajetórias de formadores/as do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)**. 2016. 247p. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2016.

CARVALHO, Karoliny Diniz. Identidade, Turismo e Tradução cultural: Análise da dinâmica dos eventos juninos no Maranhão. **Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 3, n. 1, p. 62-72, jan./jun. 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: ____ (Org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007. 150 p.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Bertrand Brasil, 2005. 304 p.

CASTRO, Felipe Barroso de; GÜNTHER, Maria Cecília Camargos; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. A atuação no PELC/UFSM e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 2, p. 21-52, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. 1995. **Carta do Folclore Brasileiro**. Salvador: CNF. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Carta_do_folclore.pdf Acesso: 20 jan 2020.

CORBIN, Alan. **História dos tempos livres**. Editorial Teorema, 2001. 514p.

COSTA, Karla Tereza Ocelli. **Arturos, filhos do Rosário**: nas práticas sociais, uma história que se revela na festa de Nossa Senhora do Rosário. Orientador: José Alfredo Oliveira Debortoli. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

COSTA JÚNIOR, Edson Farret da. O PELC em São Gonçalo: uma proposta de lazer no Criam vivenciada numa perspectiva da diversidade dos interesses culturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16., 2009, Salvador; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.

COUTINHO, Silvano da Silva Coutinho: depoimento [nov. 2015]. Entrevistadora: Luiza Aguiar dos Anjos. Belo Horizonte: EEEFTO, 2015. 10 p. Entrevista realizada para o projeto Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148183/001002822.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 18 jan 2022.

DALENOGARE, Vanessa; ALBERTI, Dirceu Luiz. Educação popular: saberes intrelaçados. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 7, n. 12, p. 73-80, 2011.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2007.

DIAS, Cleber; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; CAÚ, José Nildo A. **Diagnóstico da realidade local**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. 89 p.

DOCIO, Susi Cristiane Santiago. **Entrevista I** (nov. 2020). Entrevistador: Jenifer Lourenço Borges Vieira. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo .mp4 (1h33min).

DUARTE, José Carlos Silveira. Território de identidade e multiterritorialidade: paradigma para formulação de uma nova regionalização da Bahia. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009. **Anais...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2009.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. 2 Edição. São Paulo: editora UNESP, 2011. 208 p.

ECHER, Silvana Regina. **A formação de agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): a visão dos formadores**. Orientador: Coriolano Pereira da Rocha Junior. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

EWERTON, Andrea Nascimento. **Análise da formação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): o olhar dos agentes sociais**. Orientador: Helder Ferreira Isayama. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

EWERTON, Adrea. Nascimento; FERREIRA, Helder. I. Análise da formação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): o olhar dos agentes sociais. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16., 2009, Salvador; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009

FERRETI, Sérgio Figueiredo. Dimensões da cultura: popular, erudita. **Ciências Humanas em Revista**. São Luís: CCH/UFMA, V. 5, N 2, 2007, P39-54.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **Política e formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FREIRE, Danilo Raniery Alves; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. Lazer e Políticas Públicas na Bahia: interpretações de um modelo. **LICERE**, Belo Horizonte, v.18, n.2, jun/2015, p. 96-113.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

GALEGALE, Bernardo Perri; OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. Mediação cultural no âmbito da web 2.0: interatividade, participação e experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. Esp., p. 46-50, 2017.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press. 1990.

GOELLNER, Silvana. V. *et al.* Lazer e gênero nos programas de esporte e lazer das cidades. **LICERE** - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 13, n. 2, p. 1-20, jun. 2010.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Helder Ferreira; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; SILVA; Silvio Ricardo da. Formação dos agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável: uma discussão conceitual sobre lazer, esporte e cultura. In: PINTOS, Ana Elenara da Silva.; ISAYAMA, Helder Ferreira. (org.) **Formação dos agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS): trajetória, memória e experiências.** Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene L. **Lazer e diversidade cultural.** Brasília: SESI/DN, 2005.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia, estudos culturais e Educação: desafios da modernidade. **Pro-Posições**, v. 19, n. 3 (57), set./dez. 2008.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368p.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, p.15-46, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. 102p.

HÚNGARO, Vitor; MELO, Lúcio Leite de. A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação ou reprodução. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15., 2007, Salvador; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2., 2007, Recife. **Anais...** Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

ISAYAMA, Helder Ferreira; CAPI, André Henrique Chabaribery; PINTOS, Ana Elenara da Silva; MORAIS, Aniele Fernanda Silva de Assis; VIANA, Juliana; OLIVEIRA, Karine Barbosa de; SILVA, Marcília de Souza; TAVARES, Marie Luce; RIBEIRO, Sheylazart Presciliana. Lazer, esporte e cultura: uma análise da formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: ISAYAMA, Helder Ferreira (Org.) **Formação e atuação profissional em políticas de esporte e lazer: estudos e pesquisas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. 328 p.

LIÃO JÚNIOR, Roberto; SAMPAIO, Juarez Oliveira; BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede. Controle social na perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16., 2009, Salvador; Congresso Internacional De Ciências Do Esporte, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: parábola Editorial, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 276p.

MENDES, Roseana. **O que é lazer?** Uma análise dos pleitos de Minas Gerais do Programa Esporte e Lazer da Cidade em 2007. 2009. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora/Universidade Federal de Viçosa, Juiz de Fora, 2009.

MENDES, Roseana; CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Compreensões sobre o lazer: uma análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 12, n. 3, p. 1-18, set. 2009.

MIGNOLO, Walter D. Los Estudios Subalternos ¿son posmodernos o poscoloniales?: la política y las sensibilidades de las ubicaciones geoculturales. **Revista de la Casa de las Américas**, ISSN 0008-7157, n. 204, p. 20-40, 1996.

MIRANDA, Antônio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, ago. 2000.

MORIGI, Valdir. Festa Junina: hibridismo cultural. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 18, n. 2, p. 251-266, 2002.

NASCIMENTO, Mariana C. Mesquita do. Folkcomunicação e hibridização cultural: interação de aportes para pensar as culturas populares. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, n. 34, p. 215-229, 2º sem. 2000.

NUNES, Raquel Rocha; CHAVES, Elisângela. Lazer e cultura: o cotidiano da comunidade dos Arturos. **Licere**, Belo Horizonte, v.22, n.1, p. 231-262, mar/2019.

OLINTO, Gilda. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995.

OLIVEIRA, Naiara Paola de. **O lazer para além do urbano**: a produção social do tempo e do território no povoado do Galheiros, Diamantina, Minas Gerais. [manuscrito] / Naiara Paola de Oliveira – 2019.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**. Cultura Popular. São Paulo, Ed. Olho D'Água, 1992.

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade Cultural e Alteridade: problematizações necessárias. **Revista eletrônica da UNISC**. Santa Catarina, 2004.

PEREIRA, Joyce Kimarce do Carmo; COSTA, Karla Tereza Ocelli; ASSIS, Sônia Cristina de; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Festas, modos de vida e patrimônio cultural: experiências de lazer nos rituais do tempo e do território. In: GOMES, Christianne Luce; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; SILVA, Luciano Pereira da. (Org.) **Lazer, práticas sociais e mediação cultural**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. 294 p.

PERETTI, L. Prefácio. In: PESSOA, J. de M. **Cultura Popular: gestos de ensinar e aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. ISSN 1981-8920.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cultura Popular: gestos de ensinar e aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PINA, Max Lânio Martins; BORGES, Gleiciene Ferreira Magalhães; OLIVEIRA, Maria da Piedade Souza Lisboa. A festa do Arraiá do Descoberto: uma identidade cultural em transformação. **Élisée**, Revista de Geografia. UEG – Porangatu, v.6, n.1, p.137-159, jan./jun. 2017.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães; SILVA, Luciano Pereira da. **Gestão participativa do PELC**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. 97 p.: il.

PINTOS, Ana Elenara; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; GODOFLITE, Marliese C. Simador. Municipalização do esporte e do lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 3, p. 424-448, set. 2017.

PINTOS, Ana Elenara da Silva; ISAYAMA, Helder Ferreira. (Org.) **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e Vida Saudável (VS)**. Edição bilíngue: português/espanhol. Ministério do Esporte - Governo Federal, UFMG-EEFFTO, Pelc, VS. [tradução português/espanhol Sandra Martha Dolinski]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2016. – (Coleção educação física e esportes). 528 p.

PINTOS, Ana Elenara da Silva, AMARAL, Maria Tereza M. Apresentação. In: BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS. Educação à distância no PELC e Vida Saudável: um olhar de dentro. **Revista Esporte e Lazer**, v. 1, n. 2, p.11-16, 2018.

RAMOS, Maria Leonor Brenner Ceia. (Org.) **Formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Fields, 2011. 57 p. (Política Intersetorial: PELC e PRONASCI, v. 2)

RECHIA, Simone; TSCHOKE, Aline; MORO, Luize. Espaço Univer-Cidade e Pelc: a experiência do grupo GEPLC/UFP na gestão do programa de esporte e lazer na cidade de Curitiba. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 15, n. 1, p. 1-17, mar., 2012.

SAGRILLO, Daniele. Rorato; BACCIN, Ecléa Vanessa Canei; BOTH, Vilmar José. Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa esporte e lazer da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Salvador; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2007, Recife. **Anais...** Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007

SALLES, Vicente. Questionamento teórico do folclore. Separata das Vozes. Ano 63, n. 10, out.1969 apud BRANDÃO, C. R. **O que é folclore?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANTANA, Mariza Alves Souza. **Entrevista II** (dez. 2020). Entrevistador: Jenifer Lourenço Borges Vieira. Belo Horizonte, 2020. 1 arquivo .mp4 (51min).

SANTOS, Beatriz Andreotti dos. **Dimensões da mediação cultural nos periódicos latino-americanos Qualis A da área de comunicação e informação**. 2021. 141p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília. Marília/SP, 2021.

SECCO, Evandro Brandão; STOPPA, Edmur Antônio. A formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 4, n. 2, p. 3-21, 2017.

SERPA, Ângelo. (Org.) **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade** [Livro digital]. Salvador: EDUFBA, 2015. 337 p.

SILVA, Ana Maria Costa e; PIEDADE, Ana; MORGADO, Margarida; RIBEIRO, Maria Del Carmen Arau. Mediação intercultural e território. **Entre Iguais e Diferentes**, p. 9-29, 2016.

SILVA, Joanna Lessa Fontes; GOMES, Christianne Luce. **Princípios teórico-metodológicos do PELC**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SILVA, Joanna Lessa Fontes; MATOS, L. da S.; ALVES, A. M. A relevância da educação popular no Programa de Esporte e Lazer da Cidade – PELC. In: BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS. Direito de Todos. **Revista Esporte e Lazer**, v. 1, n. 1, p.38-50, 2017.

SOARES, José Montanha. O Programa Esporte e Lazer da Cidade nos Planos Plurianuais do Governo Federal. **LICERE-Revista do Programa de Pós-**

graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 20, n. 3, p. 102-138, set. 2017.

SOUZA, Eneida Maria de. Sujeito e identidade cultural. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 1, n. 1, p. 34-40, mar. 2017.

SOUZA, Eustáquia Salvadora de; ALVES, Vânia de Fátima Noronha; RIBEIRO, Carla Andreia; TEIXEIRA, Daniel Marangon Duffles; FERNANDES, Duval Magalhães; VENÂNCIO, Maria Aparecida Dias. **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. 184p.

SOUZA, Doralice Lange de; CASTRO, Suelen Barbosa Eiras de; VIALICH, Andrea Leal. Barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes em um projeto socioesportivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, p. 761-774, 2012.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 923-955, jul./set. 2013.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 29, n. 2, p. 217-228, abr./jun. 2015.

SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. O Programa Esporte e Lazer da Cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16., 2009, Salvador; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.

TEIXEIRA, Marcelo Resende; MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Política Social de Esporte e Lazer no Governo Lula: O Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v.17, n.3, p. 134–161, set/2014.

TUBINO, Manoel José Gomes. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1992, p. 285-298.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato–Jornal de Cultura**, 1978.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço... Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 6, p. 207-243, dez.1990.

VIEIRA, Jenifer Lourenço Borges. **O lazer traduzido nas festas e folguedos presentes na Revista Brasileira de Folclore (1961 - 1976):** uma questão de educação das sensibilidades? 2013. 108p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

VIEIRA, Larissa Haddad Souza. **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer da cidade.** Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

WERNECK, Chistianne Luce Gomes. Lazer, história e pesquisa: reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926 – 1964). In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. **Coletânea IV Seminário “O lazer em debate”**. Belo Horizonte: UMFG/ DEF/ CELAR. 2003.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution.** Peterborough: Ont. Broadview Press, 2001. p. 1-119

APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar do estudo denominado “**Mediações entre políticas de lazer e experiências culturais: um estudo de caso a partir do olhar da gestão do PELC-Bahia**”, cujo objetivo é analisar os processos de mediação cultural que vieram a ocorrer no âmbito do PELC-Bahia, sua relação com a formação e/ou valorização da identidade cultural dos envolvidos sob a ótica do lazer.

Sua privacidade, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo.

Você pode recusar a sua participação no estudo, ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo de qualquer natureza.

Este estudo é de responsabilidade científica do Professor Doutor José Alfredo Oliveira Debortoli e da Professora Doutora Elisângela Chaves, contando com a participação da Pesquisadora Doutoranda Jenifer Lourenço Borges Vieira, da Universidade do Estado de Minas Gerais. Para esclarecimentos e dúvidas, você poderá entrar em contato através de e-mail (debortoli@eefft.ufmg.br ou jeniferborges@ymail.com) ou por telefone (31) 988804799, ou ainda através da Secretaria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG pelo telefone (31) 3409-2335. É possível entrar em contato também através do endereço da pesquisadora doutoranda Jenifer Lourenço: Rua Joaquim José, 1685, bloco 01, apartamento 402, bairro Fonte Grande, Contagem, Minas Gerais, CEP: 32013390. Caso haja alguma dúvida de natureza ética, você também poderá entrar em contato com o COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG, situado à Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592.

É assegurada a você a assistência com relação às possíveis dúvidas durante toda pesquisa, bem como lhe é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que você desejar saber antes, durante e depois de sua participação.

A presente pesquisa possui os seguintes possíveis riscos ao participante: invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. Porém, teremos o cuidado de: garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; limitar o acesso aos prontuários apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico – financeiro.

Enfim, compreendendo a natureza e o objetivo do referido estudo, você poderá manifestar o seu livre consentimento sobre a sua participação estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por essa participação. Em tempo, informamos que você receberá uma via de tal formulário, assinada pelos pesquisadores envolvidos.

_____, ____ de _____ de 2020.

Jenifer Lourenço Borges Vieira
Doutoranda em Estudos do Lazer
Pesquisadora Responsável

Prof. Orientador Dr. José Alfredo
Oliveira Debortoli

Assinatura do participante

Prof.^a Orientadora Dra. Elisângela
Chaves

APÊNDICE II – Questionário digital

01 - Você atuou no PELC-Bahia em qual POLO?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Salvador A | <input type="checkbox"/> Caetité |
| <input type="checkbox"/> Salvador B e RMS | <input type="checkbox"/> Irecê |
| <input type="checkbox"/> Serrinha | <input type="checkbox"/> Santo Antônio de Jesus |
| <input type="checkbox"/> Eunápolis | <input type="checkbox"/> Senhor do Bonfim |
| <input type="checkbox"/> Vitória da Conquista | <input type="checkbox"/> Itabuna |

02 - Escreva o nome do NÚCLEO ou SUBNÚCLEO do PELC-Bahia em que você atuou.

03 - Qual foi a função exercida por você no PELC-Bahia?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Coordenador Geral | <input type="checkbox"/> Coordenador Administrativo |
| <input type="checkbox"/> Coordenador Pedagógico | <input type="checkbox"/> Agente Social |
| <input type="checkbox"/> Coordenador Setorial | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Coordenador de Núcleo | |

04 - Qual o seu grau de escolaridade?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Nunca estudou | <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> Especialização |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo | <input type="checkbox"/> Mestrado |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto | <input type="checkbox"/> Doutorado |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo | <input type="checkbox"/> Pós-doutorado |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

05 - Por quanto tempo você atuou no PELC-Bahia?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 3 meses | <input type="checkbox"/> De 12 a 18 meses |
| <input type="checkbox"/> De 3 a 6 meses | <input type="checkbox"/> Por todo o período de vigência do programa |
| <input type="checkbox"/> De 6 a 12 meses | (24 meses) |

06 - Você reside ou residia próximo ao núcleo ou subnúcleo do PELC-Bahia em que atuou?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

Em caso afirmativo, explique como é a sua relação com as outras pessoas de sua comunidade. Por exemplo: participa de alguma associação comunitária? Faz parte de algum grupo (dança, esporte, teatro, atividades manuais, dentre outros.)?

Atividades desenvolvidas no PELC-Bahia

Nesta parte do questionário, queremos saber sobre as atividades desenvolvidas no núcleo em que você atuou, sejam sistemáticas (oficinas) ou assistemáticas (festas e comemorações).

01 - Cite as atividades sistemáticas (oficinas) que eram desenvolvidas no(s) núcleo(s) ou subnúcleo(s) do PELC em que você atuou.

02 - Explique como foi feita a escolha dessas atividades a serem ofertadas à comunidade. (Houve participação da comunidade nessa escolha? Houve discussão entre a equipe gestora na formulação da grade de horários? Etc.)

03 - Como você considera que foi a participação da comunidade (beneficiários) nas oficinas desenvolvidas no PELC-Bahia?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhuma participação | <input type="checkbox"/> Muita participação |
| <input type="checkbox"/> Pouca participação | <input type="checkbox"/> Dependia da atividade ofertada |

Caso tenha marcado na questão anterior a opção "dependia da atividade ofertada", justifique.

04 - Como você considera que foi o envolvimento da comunidade (beneficiários) nas oficinas desenvolvidas no PELC-Bahia?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhum envolvimento | <input type="checkbox"/> Muito envolvimento |
| <input type="checkbox"/> Pouco envolvimento | <input type="checkbox"/> Dependia da atividade ofertada |

Caso tenha marcado na questão anterior a opção "dependia da atividade ofertada", justifique.

05 - Explique o que você considera importante para se analisar o envolvimento da comunidade (beneficiários) durante a sua participação nas atividades sistemáticas (oficinas) desenvolvidas no(s) núcleo(s) ou subnúcleo(s) do PELC em que você atuou.

06 - Em algum momento, durante o período de sua atuação no PELC-Bahia, houve troca de oferta de atividades (oficinas) a partir de uma demanda da comunidade atendida?

Sim Não

Explique o motivo da troca de oferta de atividades nas oficinas.

07 - Cite as atividades assistemáticas (festas e comemorações) que eram desenvolvidas no(s) núcleo(s) ou subnúcleo(s) do PELC em que você atuou.

08 - Cite como eram escolhidas as atividades assistemáticas (festas e comemorações) que foram desenvolvidas no(s) núcleo(s) ou subnúcleo(s) do PELC em que você atuou.

09 - Como você considera que foi a participação da comunidade (beneficiários) nas festas e comemorações promovidas pelo PELC-Bahia?

Nenhuma participação Muita participação
 Pouco participação Dependia da festa ou comemoração

Caso tenha marcado na questão anterior a opção "dependia da festa ou comemoração", justifique.

10 - Como você considera que foi o envolvimento da comunidade (beneficiários) nas festas e comemorações promovidas pelo PELC-Bahia?

Nenhum envolvimento Muito envolvimento
 Pouco envolvimento Dependia da festa ou comemoração

Caso tenha marcado na questão anterior a opção "dependia da festa ou comemoração", justifique.

11 - Explique o que você considera importante para se analisar o envolvimento da comunidade (beneficiários) durante a sua participação nas atividades assistemáticas (festas e comemorações) desenvolvidas no(s) núcleo(s) ou subnúcleo(s) do PELC em que você atuou.

Mediação cultural

Nesta parte do questionário, queremos saber sobre as trocas culturais que ocorreram (ou não) no PELC-Bahia.

01 - Você participou de todas as formações ofertadas no PELC-Bahia?

Sim Não

Se não, comente sobre quais foram as formações em que você não esteve presente e o(s) motivo(s).

02 - Você considera que, nas formações ofertadas, ocorreram trocas culturais?

Sim Não Talvez

Justifique sua resposta na questão anterior.

03 - Explique o que você entende por trocas culturais.

04 - Você considera que as formações ofertadas foram importantes para a sua prática profissional no PELC-Bahia?

Sim Não Talvez

Justifique a sua resposta na questão anterior.

05- Você acompanhou as atividades sistemáticas (oficinas) desenvolvidas no(s) núcleo(s) e subnúcleo(s) do PELC-Bahia em que você atuou?

Sim Não

Em caso afirmativo, você considera que ocorreram trocas culturais nessas atividades sistemáticas (oficinas)? Justifique.

06 - Você acompanhou as atividades assistemáticas (festas e comemorações) desenvolvidas no(s) núcleo(s) e subnúcleo(s) do PELC-Bahia em que você atuou?

Sim Não

Em caso afirmativo, você considera que ocorreram trocas culturais nessas atividades assistemáticas (festas e comemorações)? Justifique.

Entrevista

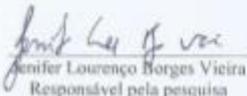
Nesta parte do questionário, queremos saber sobre o seu interesse e a sua disponibilidade para participar de uma entrevista.

Você aceita participar de uma entrevista sobre essa temática?

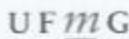
Sim Não

Deixe aqui o seu número de telefone e/ou e-mail para que possamos contactá-lo e agendar a realização da entrevista.

ANEXO A – Carta de Anuência da Secretaria Especial de Esporte (Ministério da Cidadania)

 UFMG UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	 Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer EFFITO/UFMG	 Grupo de Pesquisa EDUDANÇA
CARTA DE ANUÊNCIA		
Belo Horizonte, 08 de junho de 2019.		
<p>Ao Diretor do Departamento de Acompanhamento Pedagógico da SNELIS Secretaria Especial de Esporte – Ministério da Cidadania Sr. Ângelo Roger Aroldo da França Costa</p>		
<p>O Doutorado em Estudos do Lazer da UFMG, através do Grupo de pesquisa EduDança, está realizando uma pesquisa sobre <i>A apropriação de manifestações folclóricas nas atividades sistemáticas e assistemáticas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC</i>. Este estudo objetiva analisar de que forma e com qual objetivo acontece a apropriação de manifestações folclóricas nas oficinas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC no(s) convênio(s) selecionado(s).</p>		
<p>Este estudo é de responsabilidade científica do Professor Doutor José Alfredo Oliveira Debortoli e da Professora Doutora Elisângela Chaves, contando com a participação da Pesquisadora Doutoranda Jenifer Lourenço Borges Vieira.</p>		
<p>A metodologia da pesquisa se baseará em uma busca no sistema MIMBOÉ, no intuito de identificar na grade horária do(s) núcleo(s) selecionado(s) as manifestações folclóricas, em aplicação de um questionário online e na realização de entrevistas semi-estruturadas com os Agentes Sociais, Coordenadores Gerais e Coordenadores de Núcleo de Esporte e Lazer do PELC, pertencentes ao(s) convênio(s) vigente(s) no ano de 2019, da Região Nordeste, a princípio do Estado da Bahia, buscando compreender de que forma ocorre a apropriação de manifestações folclóricas nas atividades sistemáticas e assistemáticas do(s) convênio(s) do PELC selecionado(s).</p>		
<p>Importante destacar que a participação dos Agentes Sociais, Coordenadores Gerais e Coordenadores de Núcleo do PELC é voluntária e que os interessados em contribuir com a pesquisa deverão firmar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que esclarece os aspectos centrais do estudo, possíveis riscos e benefícios, entre outros cuidados éticos no tratamento do estudo. Cabe ressaltar que a identidade dos indivíduos envolvidos na pesquisa não será revelada publicamente e que somente os pesquisadores responsáveis pela pesquisa terão acesso às informações que serão utilizadas exclusivamente para esta investigação.</p>		
<p>Esclarecemos que a instituição poderá retirar esta Anuência em qualquer fase da investigação, sem nenhum prejuízo a ela. Para esclarecimento de dúvidas, por favor, entrar em contato através de e-mail (debortoli@effito.ufmg.br ou jeniferborges@gmail.com) ou por telefone (31)98880-4799, ou ainda através da Secretária do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG pelo telefone (31) 3409-2335. Atenciosamente,</p>		
 José Alfredo de Oliveira Debortoli Coordenador da pesquisa	 Jenifer Lourenço Borges Vieira Responsável pela pesquisa	 Elisângela Chaves Coordenadora da pesquisa

ANEXO B – Carta de Anuência SUDESB


 UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS


 Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Estudos do Lazer
ESTUDOS DO LAZER

Grupo de Pesquisa

 EDUDANÇA

CARTA DE ANUÊNCIA

Belo Horizonte, 08 de junho de 2019.

À Coordenação Geral PELC - SUDESB
Sr. Susi Cristiane Santiago Docio

O Doutorado em Estudos do Lazer da UFMG, através do Grupo de pesquisa EduDança, está realizando uma pesquisa sobre *A apropriação de manifestações folclóricas nas atividades sistemáticas e assistemáticas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC*. Este estudo objetiva analisar de que forma e com qual objetivo acontece a apropriação de manifestações folclóricas nas oficinas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC no(s) convênio(s) selecionado(s).

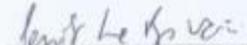
Este estudo é de responsabilidade científica do Professor Doutor José Alfredo Oliveira Debortoli e da Professora Doutora Elisângela Chaves, contando com a participação da Pesquisadora Doutoranda Jenifer Lourenço Borges Vieira.

A metodologia da pesquisa se baseará em uma busca no sistema MIMBOÉ, no intuito de identificar na grade horária do(s) núcleo(s) selecionado(s) as manifestações folclóricas, em aplicação de um questionário online e na realização de entrevistas semi-estruturadas com os Agentes Sociais, Coordenadores Gerais e Coordenadores de Núcleo de Esporte e Lazer do PELC, pertencentes ao(s) convênio(s) vigente(s) no ano de 2019, da Região Nordeste, a princípio do Estado da Bahia, buscando compreender de que forma ocorre a apropriação de manifestações folclóricas nas atividades sistemáticas e assistemáticas do(s) convênio(s) do PELC selecionado(s).

Importante destacar que a participação dos Agentes Sociais, Coordenadores Gerais e Coordenadores de Núcleo do PELC é voluntária e que os interessados em contribuir com a pesquisa deverão firmar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que esclarece os aspectos centrais do estudo, possíveis riscos e benefícios, entre outros cuidados éticos no tratamento do estudo. Cabe ressaltar que a identidade dos indivíduos envolvidos na pesquisa não será revelada publicamente e que somente os pesquisadores responsáveis pela pesquisa terão acesso às informações que serão utilizadas exclusivamente para esta investigação.

Esclarecemos que a instituição poderá retirar esta Anuência em qualquer fase da investigação, sem nenhum prejuízo a ela. Para esclarecimento de dúvidas, por favor, entrar em contato através de e-mail (debortoli@eefito.ufmg.br ou jeniferborges@ymail.com) ou por telefone (31)98880-4799, ou ainda através da Secretaria do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG pelo telefone (31) 3409-2335. Atenciosamente,


 José Alfredo de Oliveira Debortoli
Coordenador da pesquisa


 Jenifer Lourenço Borges Vieira
Responsável pela pesquisa


 Elisângela Chaves
Coordenadora da pesquisa

